

**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL**

PDI

2022 - 2026

ENSINO SUPERIOR ALBERT SABIN



SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 5 |
| 1. PERFIL INSTITUCIONAL..... | 7 |
| 1.1. MANTENEDORA..... | 7 |
| 1.2. MANTIDA..... | 7 |
| 1.3. BREVE HISTÓRICO DA IES..... | 7 |
| 1.4. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES E DO ENSINO SUPERIOR..... | 8 |
| 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR | 10 |
| 1.5. MISSÃO | 13 |
| 1.6. VISÃO..... | 14 |
| 1.7 PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS | 15 |
| 1.8 METAS E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS PARA O QUINQUÊNIO 2022-2026 | 16 |
| 1.9. ÁREAS DE ATUAÇÃO | 18 |
| 2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL: UMA SÍNTESE..... | 20 |
| 2.1. INSERÇÃO REGIONAL E CONJUNTURA DO ENSINO SUPERIOR | 26 |
| 2.2. ENSINO..... | 28 |
| 2.3. PESQUISA | 32 |
| 2.4. EXTENSÃO | 34 |
| 2.5. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA..... | 36 |
| 3. ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO | 40 |
| 3.1. POLÍTICA DE GESTÃO | 40 |
| 3.2. ESTRUTURA E ORGANOGRAMA | 40 |
| 3.3. PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS, DISCENTES E DA COMUNIDADE NAS ESFERAS DE DECISÃO | 43 |
| 4. POLÍTICA DE GENTE | 44 |
| 4.1. DOCENTES (COMPOSIÇÃO, SELEÇÃO, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO E PLANO DE CARREIRA) | 44 |
| 4.2. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO | 47 |
| 5. ATENDIMENTO E COMUNICAÇÃO | 49 |
| 5.1. DISCENTES E EGRESSOS..... | 49 |
| 5.2. FUNCIONÁRIOS | 55 |
| 5.3. COMUNIDADE E ATORES DE INTERESSE | 55 |
| 6. COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS..... | 57 |
| 6.2 POLÍTICA DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE E GRUPOS COM DEFICIÊNCIA | 58 |

| | |
|---|------------|
| 7. INFRAESTRUTURA | 60 |
| 7.1. ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL | 60 |
| 7.2. ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR | 61 |
| 7.3. SALA COLETIVA DE PROFESSORES | 61 |
| 7.4. SALAS DE AULA | 62 |
| 7.5. AUDITÓRIO | 63 |
| 7.6. BIBLIOTECA | 64 |
| 7.7. SALA DAS LIGAS ACADÊMICAS | 66 |
| 7.8. ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA | 66 |
| 7.9. SALA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) | 67 |
| 7.10. SALA DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO | 67 |
| 7.11. SALA DE ORIENTAÇÃO ACADÊMICA | 67 |
| 8. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA | 68 |
| 8.1. COMPROMISSOS DA MANTENEDORA | 68 |
| 8.2. BALANÇO | 68 |
| 8.3. PRINCÍPIOS DIDÁTICOS E METODOLÓGICOS | 69 |
| 8.4. POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL | 70 |
| 8.5. POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL | 71 |
| 8.6. CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA | 73 |
| 8.7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE DIREITOS HUMANOS | 74 |
| 8.8. POLÍTICAS PARA O ATENDIMENTO DO ESPECTRO AUTISTA | 75 |
| 8.9. RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO | 75 |
| 9. IMPLANTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA | 81 |
| 9.1. CURSOS DE GRADUAÇÃO | 81 |
| 9.2. PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS ESTABELECIDOS OS CRITÉRIOS GERAIS | 84 |
| 9.3. PERFIL DO EGRESSO | 85 |
| 9.4. SELEÇÃO DE CONTEÚDOS | 86 |
| 9.5. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS | 89 |
| 9.6. PROCESSO DE AVALIAÇÃO | 93 |
| 9.7. PRÁTICA PROFISSIONAL, ATIVIDADES COMPLEMENTARES E ESTÁGIOS | 95 |
| 10. CORPO DISCENTE | 100 |
| 10.1. PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO (BOLSAS) | 101 |

| | | |
|---|----------------------|------------|
| 10.2. ESTÍMULOS À | PERMANÊNCIA | 101 |
| | 10.3. ACOMPANHAMENTO | |
| PSICOPEDAGÓGICO..... | | 102 |
| 10.4. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL | | 103 |
| 10.5. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS | | 103 |
| 11. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA | | 104 |
| 11.1. DA AUTONOMIA | | 104 |
| 11.2. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL | | 106 |
| 11.3. COMUNICAÇÃO | | 111 |
| 12. DEMONSTRAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRAS | | 114 |
| 12.1. ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA | | 115 |
| 12.2. PLANOS DE INVESTIMENTOS | | 120 |
| CONCLUSÃO | | 122 |

INTRODUÇÃO

Concebe-se, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme Decreto nº 5.773/2006, que *“dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino”*, e atualizado conforme o Decreto nº 9.235/2017, que *“dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pósgraduação no sistema federal de ensino”*, e Decreto nº 9.057/2017, que *“regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”*, relacionadas à educação à distância, um instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às estratégias para atingir suas metas e objetivos, à sua estrutura organizacional, ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) com as diretrizes pedagógicas, que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas, que desenvolve ou que pretende desenvolver, e os recursos financeiros que dispõe.

Assim, a Mantenedora e a Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin , doravante denominada IES, em atendimento a Legislação do Ensino Superior vigente, apresentam o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme as recomendações do Conselho Nacional de Educação (CNE), na perspectiva de firmar um compromisso da Instituição com a Sociedade e o Ministério da Educação (MEC) através de elementos que fortaleçam as políticas de ensino, iniciação científica, extensão e gestão.

Desta forma, se estabelece um compromisso da Instituição com o Ministério da Educação (MEC) e a Sociedade para o período de 2022 a 2026, visando desenvolver ações de qualidade para a consolidação e expansão em todas as suas instâncias, com os olhos voltados para o futuro, o rumo, os objetivos e as metas da Instituição, bem como as estratégias e princípios que norteiam sua missão.

O presente Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é fruto de um trabalho coletivo que contou com participação de todos os membros que compõem os segmentos da estrutura organizacional da Instituição.

O presente trabalho reflete o esforço de pensar a Instituição em sua totalidade, desde o nascimento, a partir de uma visão que a insere no plano nacional, regional e local.

A primeira etapa do trabalho permitiu diagnosticar os elementos de fragilidades e potencialidades das possíveis ações institucionais, bem como a definição de princípios e

diretrizes que fundamentam a concepção da Instituição, contextualizada em seu tempo e que participará efetivamente da transformação econômica e social.

A partir dessas premissas, elaborou-se com os membros que comporão a equipe gestora da Instituição, planos de ação coerentes com as diretrizes gerais expressas neste documento.

MENCIONAR A REUNIÃO

DE CONSELHO SUPERIOR (CONSUP), ATA XXX QUE DESIGNOU A ATUALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS

INSTITUCIONAIS. Tais planos visam à racionalização no uso dos recursos, ao incremento das atividades, ao desenvolvimento de novos projetos e à formação de novos perfis acadêmicos, abrangendo o período de vigência do PDI, 2022 a 2026, período de vigência de 05 anos do PDI.

É um compromisso da Instituição para alinhar-se à nova era baseada num ambiente que busca autonomia e inovação, no contexto nacional, regional e local, com dimensão compatível com o atual estágio de desenvolvimento e com as necessidades futuras que a realidade impõe.

O Plano está plenamente coerente com a missão e com a concepção da Instituição contextualizada em seu tempo.

Um grande desafio agora se impõe, o de fazer acontecer este PDI para que, até o ano 2026, a Instituição seja reconhecida pela relevância de sua contribuição na solução dos problemas regionais que se apresentam e pela integração, crescimento e consolidação institucional.

1. PERFIL

INSTITUCIONAL

1.1. Mantenedora

Em dezembro de 2022 fora realizado processo de transferência de manutenção devidamente protocolado no sistema eletrônico do Ministério da Educação sob número 202130178, nos termos do artigos 35 e seguintes do Decreto-Lei 9.235 de 15 de dezembro de 2017 no qual a a JK EDUCACIONAL LTDA, inscrita sob CNPJ 17.347.405/0001-01 transferiu a manutenção da IES JK Brasília Asa Sul II à **NIMAB EDUCACIONAL LTDA**, mantenedora, pessoa jurídica de direito privado, sociedade Ltda, inscrita sob CNPJ nº 40.150.416/0001-00.

Diferentemente de outras mantenedoras, a **NIMAB Educacional** surge como visão e projeto de professores das mais variadas áreas e médicos desejosos de contribuir com a formação de quadros qualificados em suas áreas de formação e de atuação profissional, sobretudo no que tange à saúde. Ao desejo acima manifestado, foi adicionado um denso trabalho de reflexão e avaliação tanto no sentido de se entender quais eram as competências e potencialidades acadêmicas do projeto em gestação quanto no sentido de se compreender as necessidades sociais para os contextos, inclusive geográficos, nos quais os projetos iriam ser concretizados.

A reflexão e a avaliação destacadas levaram a construção de um projeto de uma IES que seria gerida por professores para professores e alunos.

1.2. Mantida

A Faculdade está localizada em Brasília, capital federal, com endereço institucional Asa Sul - Quadra SGAS 909 - Parte A, conjunto A, 909 (COD. DO ENDEREÇO: 1065825). Possui em seu portfólio a oferta dos cursos de Odontologia e Fisioterapia. Encontra-se em processo de credenciamento sob nº202110603.

A Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin, mantida pela NIMAB, está em fase de credenciamento no Ministério da Educação (MEC), sob o Processo e-MEC de nº 202110603.

1.3. Breve Histórico da IES

Por ser fruto de um processo de transferência de manutenção, o histórico da IES passa por uma gestão primeira em que surge dentro do contexto da JK Educacional, mantenedora de várias Instituições de Ensino Superior.

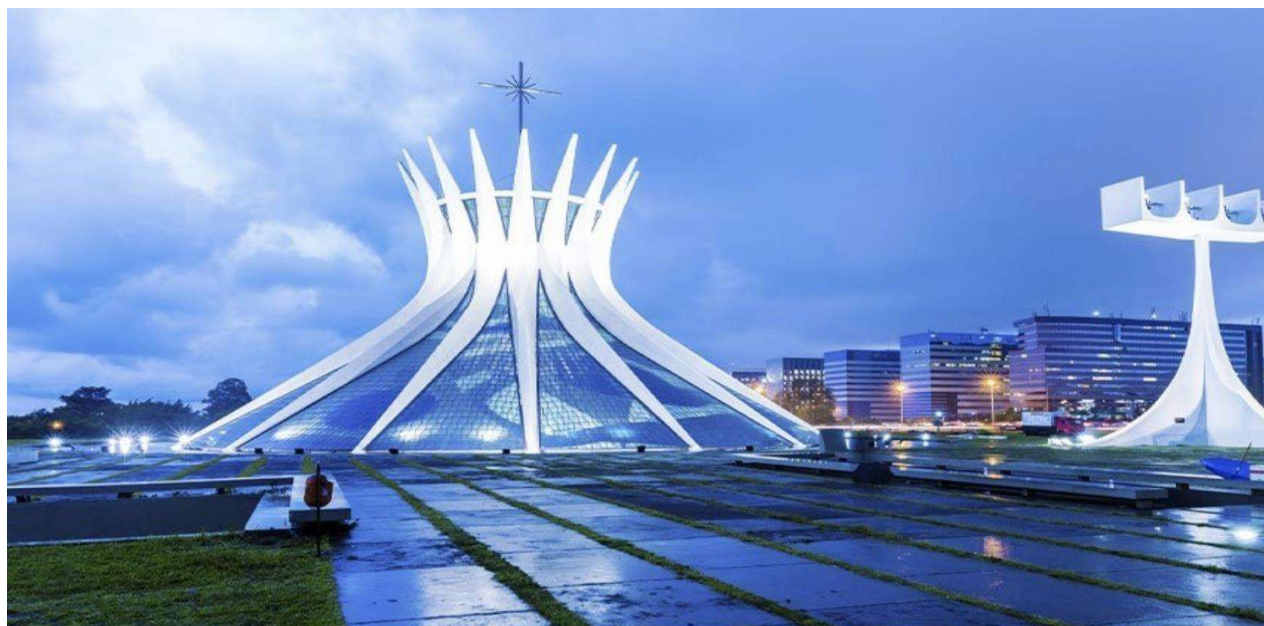
Em dezembro de 2022, através de um processo de transferência de manutenção a Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin passou à manutenção da NIMAB Educacional, uma mantenedora formada por professores.

Dessa forma, a história da Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin recomeça no primeiro semestre de 2022, com os primeiros passos da nova gestão na reconstrução de uma IES que pudesse refletir os valores idealizados por seus gestores.

Essa história começa a ser reescrita neste PDI que visa estabelecer as bases, objetivos e metas que serão publicamente comprometidos a partir de então.

1.4. Contextualização da IES e do Ensino Superior

A construção de Brasília foi uma obra realizada durante o governo de Juscelino Kubitschek e estendeu-se de 1957 a 1960, tornando-se o grande símbolo do desenvolvimentismo do governo JK. Brasília é a capital federal do Brasil e é uma das maiores cidades do país. Possui grande importância política, pois abriga a sede do Governo Federal.



A área metropolitana de Brasília (AMB) é composta por onze cidades. São elas: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Conhecer essas cidades é essencial para o planejamento urbano de Brasília, pois muitos habitantes desses municípios buscam serviços básicos (saúde, educação, lazer) na capital federal.

Por ser um território geograficamente limitado, o DF não tem condições de incentivar os setores primário e secundário da economia (agropecuária e indústria, respectivamente). Até os anos 1990, grande parte da economia do DF e, conseqüentemente, de Brasília girava em torno da construção civil e pequenas produções agrícolas para o mercado interno. Só a partir desse período que os setores de serviços e turismo ganharam força, configurando-se, hoje, como os mais importantes para o Produto Interno Bruto da região.

De acordo com a Codeplan, em 2012, o percentual de empregados no setor de serviços era de 69,11%, em sua maioria no Plano Piloto (47%). Tais números mostram a força dos serviços em Brasília, como bancos, universidades, consultórios médicos, segmento de informação (TV por assinatura, internet, celular), entre outros.

A Codeplan, em parceria com o IBGE, também nos revela que 93% do Produto Interno Bruto do DF é preenchido com o setor de serviços. Esse dado é refletido no PIB per capita da região, que é o mais alto do Brasil.

Considerada Patrimônio da Humanidade pela Unesco, Brasília conta com um turismo cultural e econômico muito forte. Muitos turistas visitam a cidade para tratar de negócios, mas também aproveitam os espaços culturais da cidade. Devido ao forte turismo, o Ministério do Turismo classifica Brasília na categoria A, o que revela o grande fluxo de turistas e a grande empregabilidade no setor hoteleiro, movimentando a economia.

De acordo com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), empresa pública de direito privado que fornece água e saneamento básico para o DF, Brasília é a região administrativa que mais possui domicílios com acesso ao saneamento básico e acesso ao abastecimento de água. Dos 86.583 domicílios ocupados, 86.338 possuem rede de água e 86.387 possuem rede de esgoto.

O acesso à saúde é regulamentado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, que conta com 16 hospitais públicos, quase 4 mil leitos, 65 centros de saúde e 44 postos de saúde espalhados pelo DF.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

6,3 milhões

de alunos estudam em instituições particulares. Esse montante representa uma participação de 75,8% do sistema de educação superior

Embora se fale na existência de uma “Sociedade do Conhecimento”, em uma economia em que a busca deveria ser pela educação continuada e pela atualização do conhecimento, questiona-se a adequação deste termo para a sociedade existente no mundo contemporâneo, no qual existem ainda bilhões de pessoas sem acesso às novas tecnologias de informação e comunicação e à Instituições de Ensino, tornando-os excluídos nesse processo de atualização e busca pelo conhecimento, formação e oportunidades de crescimento social e intelectual

A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) apresenta os Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2020 – ano base 2019. A publicação, que está em sua vigésima edição, demonstra, compacta e claramente, as dimensões da iniciativa privada de ensino superior em nosso país a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC).

A partir da análise das informações contidas neste trabalho é possível verificar uma tendência de crescimento do ensino a distância (EAD) se confirma, a cada ano, na educação superior brasileira.

Outros dados relevantes merecem destaque:



Em seu artigo, Cardoso e Sobrinho (2014) - Avaliação e Educação no Brasil: avanços e retrocessos, já reforçaram a importância das Instituições de Ensino Superior como local de formação do cidadão e do profissional que o país precisa, garantindo a oferta de uma

educação de qualidade e na diversidade necessária para atendimento às demandas e características regionais.

o



A análise dos dados publicados no estudo da ABMES demonstra, na trajetória do Ensino Superior no período de 2010 a 2019, que o ensino superior continua em processo de expansão.

- © O número de instituições de ensino superior privadas a nível nacional é de 88,42%, valor este acompanhado na região Centro-Oeste, onde alcança o percentual de 93,93%. Ao mesmo tempo é possível identificar que os cursos presenciais se apresentam em menor percentual, nacional e regionalmente, alcançando valores de 71,60 e 66, 56, respectivamente.
- © As matrículas em cursos de graduação presenciais ocorrem notadamente em Centros Universitários e Faculdades, em desfavor das Universidades que apresentam percentual inferior a 48,65, contra valores de 98,44 e 92,44 por cento.
- © No que concerne às matrículas por área de conhecimento duas áreas disputam a liderança, sendo elas as de Negócios, Administração e Direito, acompanhadas de perto por cursos nas áreas de Saúde e Bem-Estar.
- © No período de 2016 a 2019 houve um aumento do número de instituições de Ensino Superior no país, podendo se identificar que desde 2010 essa tendência já podia ser notada no que diz respeito ao número de cursos presenciais no Ensino Superior.
- © Em sentido decrescente a evolução do número de matrículas em cursos presenciais de Ensino Superior apresentou um declínio, notadamente a partir do ano de 2016.
- © Surpreendentemente a evolução do número de concludentes em cursos presenciais de ensino superior apresenta índice percentual negativo (7,10), no ano de 2019.
 - © A taxa de evasão dos cursos presenciais nas IES privadas gira anualmente em torno de 50%, valor esse muito aproximado para todos os cursos do país

Ainda que com forte tendência de crescimento da modalidade de Ensino a Distância (EaD), no país, de acordo com um levantamento da Quero Educação, por meio dos dados coletados no buscador da plataforma da Quero Bolsa, 30% dos potenciais alunos pretendem ingressar em cursos presenciais de saúde, que seguem entre os mais procurados pelos jovens.

A demanda por cursos na área de saúde aumentou na educação superior, e essas graduações ficam entre as mais procuradas tanto no ensino a distância (EAD) quanto no presencial. As informações são do levantamento Observatório do Ensino Superior: análise dos microdados do Censo da Educação Superior 2020. (Publicado em 22/03/2022 - 09:02 , Agência Brasil - Rio de Janeiro)

Sete dos 20 cursos presenciais mais demandados por novos alunos são na mesma área: psicologia, com aumento de 7,6% nas matrículas; medicina veterinária (6,9%), medicina (4,1%), odontologia (0,5%), biomedicina (2,1%). Os cursos de enfermagem e fisioterapia, apesar de estarem entre os mais procurados, tiveram queda no número de matrículas em relação a 2019, respectivamente de 9,6% e 12,7%. (Publicado em 22/03/2022 - 09:02 , Agência Brasil - Rio de Janeiro)

O curso mais buscado é o de Enfermagem, com 8% das intenções de busca. Em segundo lugar, vem o curso de Psicologia, representando 7% das pesquisas. Na sequência, aparecem os cursos de Medicina Veterinária (5%), Fisioterapia (5%), Odontologia (4%), Farmácia (4%), Biomedicina (3%), Nutrição (3%), Estética (2%) e Radiologia (1%). (Redação Revista Quero - 12/21)

“Essa tendência foi acelerada pela pandemia, na medida em que a sociedade tomou mais conhecimento dos chamados heróis da linha de frente e percebeu a necessidade de mais e melhores profissionais de saúde”, diz o diretor presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes), Celso Niskier.

A evolução e os investimentos na área da Saúde têm promovido uma nova era para o setor no Brasil. Com o aumento da expectativa de vida — que cresceu mais 3 meses e chegou a 76,3 anos — e da longevidade, novas doenças e diagnósticos estão surgindo e exigindo a contribuição de bons profissionais.

Dentro desse quadro a IES se lança na oferta de cursos com padrões de qualidade comprometidos e seguros na formação de um egresso capacitado tecnicamente e com a

absorção de princípios
sua maior e mais rara
necessária do ser.

éticos, tendo o ser humano como a
prioridade, levando a ele a dignidade

1.5. Missão

A IES, a partir da nova gestão, apresenta a seguinte Missão:

Formar profissionais para atuação na área de saúde, com visão pioneira e empreendedora, disponibilizando recursos tecnológicos e inovadores na construção de uma assistência ética, de qualidade e humanizada.

Não raro quando se estabelece e se apresenta a Missão de uma IES, todos aqueles envolvidos neste projeto encontram-se diante de um duplo desafio:

- ⦿ **que os elementos, categorias e conceitos que compõem a Missão sejam de fato compreendidos em toda sua profundidade pela comunidade acadêmica, e**
- ⦿ **uma vez compreendidos, que a práxis diária de todos os atores esteja orientada e impregnada por essa mesma Missão.**

Nesse sentido, pode-se dizer que o primeiro grande desafio posto por esse documento de PDI é o de se fazer conhecer e de se concretizar a partir da Missão que traz para a “nova” IES. E esse se “fazer” significa mesmo trabalhar para que missão se concretize e ganhe forma e volume na formação de todos aqueles que passarão pelos contextos de formação e educação da nova IES.

Ainda sobre a Missão, a mesma, como se apreende de sua leitura, está ancorada em um tripé, que, como se verá, dialoga com a Visão e com os Valores relacionados à Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin . Esse tripé poderia ser sintetizado da seguinte forma:

- a) pioneirismo e empreendedorismo;**
- b) tecnologia e inovação; e**
- c) assistência ética, de qualidade e humanizada.**

Com o pioneirismo e a inovação se quer defender a ênfase na realização e na construção, no sentido de um fazer que opera e se transforma em contextos muitas vezes ainda não explorados. Essa predileção pela expansão de fronteiras, por pisar em terrenos ainda não

alcançados certamente se constituirá como uma das marcas da Faculdade em “reconstrução”.

Com inovação e tecnologia se deixa claro que o fazer e o pioneirismo antes destacados estarão apoiados e articulados a uma perspectiva positiva em relação à tecnologia. Perspectiva positiva, pois essa mesma tecnologia é tida como conquista e patrimônio da IES e por isso é valorizada e utilizada na consecução dos objetivos da mesma.

Ainda, com a assistência ética, de qualidade e humanizada fica posta a centralidade do humano no projeto da Faculdade em seu sentido de valor mais profundo. A centralidade do humano revela a necessidade de que se reconheça em cada indivíduo e/ou grupo um valor que lhe é inerente e que traz consigo a necessidade de que se tenha o humano como fim em si mesmo. Em adição, é importante destacar que nesse aspecto – da assistência – não se confunde a Missão da Faculdade com a Missão do já consolidado Hospital Albert Sabin em Juiz de Fora, mas antes o que se revela é uma complementariedade e uma sinergia inequívoca com a visão de mundo que orienta ambos os projetos. O Hospital realizando a assistência da maneira exemplar que sempre o caracterizou, a Faculdade formando e educando novos profissionais que, para além de toda expertise técnica de suas profissões, também deverão estar aptos a atuar profissionalmente reconhecendo os elementos aqui discutidos.

1.6. Visão

Em sintonia com a Missão, a Faculdade está apoiada na seguinte Visão:

Ser protagonista de um novo sistema de saúde, formando profissionais de excelência para atuação e transformação desse novo contexto.

A Faculdade surge da percepção por parte de todos os atores envolvidos no projeto de que se avizinha a construção de um todo um novo sistema de saúde, que não perderá de vista as necessidades de realização com qualidade de políticas de saúde cada vez mais sistêmicas e holísticas para um número sempre crescente de beneficiados. Esse sistema deverá superar velhas divisões e permitir de maneira eficiente a comunicação de diversas formas e estruturas de cuidado e atendimento com vistas a realização da saúde como direito e necessidade prioritária de todos.

A partir dessa percepção, a questão que se coloca desde algum tempo para o grupo ora envolvido na construção do presente projeto de Faculdade é a seguinte: a formação desse futuro profissional para esse sistema posto em marcha está contemplada de maneira

suficiente ou existe a necessidade/possibilidade do aparecimento de novos atores de formação capazes de contribuir com esse desafio? A Faculdade está convencida da segunda hipótese e por isso se colocará como protagonista nesse processo de formação.

1.7 Princípios Institucionais

Na constituição de Instituições, não apenas Instituições de Ensino, não é incomum que se apresentem princípios e valores como sinônimos sendo o uso de um ou outro em geral como consequência de questões de estilo. Aqui, no presente documento de PDI se optou pela utilização de “princípios”, mas não apenas por uma escolha estilística.

Princípios, tanto quanto os valores, são norteadores e condicionadores da existência e da operação de uma Instituição, mas os princípios, em um sentido um tanto mais concreto que os valores, não apenas fazem referência a pontos de partida a que se atribui um peso, mas antes, princípios apontam também para um estado de coisas a ser realizado. Assim, princípios funcionam como ponto de partida, mas também como pontos de chegada, como mandamentos de concretização que devem ser perseguidos pela Instituição que a eles se subordina.

Princípios também conformam os meios. Assim, não se admite que se realizem objetivos e metas a qualquer custo ou de qualquer maneira ou de outra forma: realizar destruindo aquilo que possui valor não realiza princípios.

A partir dessa perspectiva de importância, a Faculdade assume para si os seguintes princípios caracterizadores:

- **Formação para valorização da vida**
- **Ética**
- **Busca pela Excelência**
- **Pioneirismo e Inovação**
- **Curiosidade Investigativa**

Os princípios supracitados sintetizam a compreensão da Faculdade de sua própria ontologia bem como de seus compromissos e responsabilidade. Esses princípios, que se desdobrarão em outros princípios e regras a serem prescritos em seu Regimentos e demais documentos

normativos, são os
Missão e Visão da IES e
atuação.

responsáveis pela coerência entre a
funcionário como régua de sua

1.8 Metas e objetivos institucionais para o quinquênio 2022-2026

Diante das premissas apresentadas e definidas pelo Regimento, o Plano de Desenvolvimento Institucional (2022-2026), foi concebido e discutido com os gestores, para a elaboração dos planos de metas inerentes a cada órgão de representação.

A elaboração dos planos de ações foi dividida em grandes grupos destacando-se: ensino, iniciação científica e extensão.

A Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin, para além das inúmeras metas e objetivos desenvolvidos ao longo do presente PDI, parte para o próximo quinquênio com os seguintes grandes objetivos e respectivas metas:

OBJETIVO 1: Constituir-se como referência na formação e na oferta de graduações na área de saúde em Brasília e no Brasil. Metas decorrentes:

- a) Ofertar cinco cursos de graduação na área de saúde, incluindo Medicina, nos cinco primeiros anos deste PDI; A IES hoje já oferta dois (Odontologia e Fisioterapia);
- b) Alcançar uma relação de pelo menos cinco candidatos por vaga nos processos seletivos nos cursos de graduação (exceto Medicina) já a partir do segundo processo seletivo;
- c) Posicionar todos os cursos de graduação com indicadores 4 ou 5 nas avaliações do SINAES.

OBJETIVO 2: Fortalecer e incrementar a cultura de pesquisa. Metas decorrentes;

- a) Instituir Núcleo responsável por coordenar ações voltadas à iniciação científica, o NICEPG – Núcleo de Iniciação Científica, Extensão e Pós-Graduação no primeiro semestre de 2022;
- b) Desenvolver um programa de iniciação científica (a partir do segundo semestre de 2022);

- c) Implementar revista digital a partir do segundo semestre de 2023;
- d) Consolidar duas revistas indexadas no prazo de cinco anos;
- e) Publicar edital anual de incentivo à pesquisa entre os professores (a partir de 2023);
- f) Desenvolver grupos de pesquisa em parcerias com outras Instituições (pelo menos três nos primeiros cinco anos);

OBJETIVO 3: Apresentar uma oferta consistente de Pós-Graduação. Metas decorrentes:

- a) Ofertar pelo menos oito cursos de pós-graduação *lato sensu* nos próximos cinco anos, de forma independente ou em parceria acadêmica;
- b) Submeter à CAPES proposta de curso de Mestrado na área Saúde ou interdisciplinar nos próximos quatro anos;

OBJETIVO 4: Projetar internacionalmente a Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin . Metas decorrentes:

- a) Realizar anualmente (a partir do terceiro ano) Seminário de Educação com a participação de professores de IES estrangeiras;
- b) Criar Programa de Intercâmbio para o futuro curso de Medicina;
- c) Ofertar cursos e disciplinas com professor estrangeiro no Programa de Mestrado;
- d) Publicar edital com incentivo para publicação e participação de professores em eventos internacionais.

OBJETIVO 5: Aplicar o pioneirismo tecnológico nas políticas de Educação. Metas decorrentes:

- a) Criar grupo de trabalho permanente para reflexão e aplicação de tecnologias na Educação na área de saúde, que terá entre as tarefas discutir o uso da EAD na educação.

OBJETIVO 6: Fortalecer laços comunitários através da Extensão. Metas decorrentes:

- a) Efetivar a curricularização da extensão em todos os seus cursos em oferta;
- b) Publicar edital com divulgação da política de extensão da Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin e incentivo a projetos de extensão ainda em 2022;
- c) Possuir portfólio permanente de cursos de extensão com amplo apelo comunitário.

OBJETIVO 7: Consolidar-se como referência em infraestrutura na educação superior. Metas decorrentes:

- a) Vocacionar prédio ou espaço para desenvolvimento pleno da Faculdade (2022);
- b) Criar condições para que professores e alunos possam usufruir da tecnologia avançada do campus.

OBJETIVO 8: Cumprir programa de responsabilidade social. Metas decorrentes:

- a) Instituir desde o primeiro ano núcleo responsável pelas Ações Sociais em Saúde, o NASS;
- b) Instituir, junto ao NASS, comissão responsável pela implementação de política de bolsas e outras formas de inclusão;
- c) Monitorar o impacto ambiental das atividades da faculdade, com relatórios anuais;
- d) Indicar profissional de referência para os alunos com deficiência desde o primeiro ano.

Os objetivos e metas acima indicados constituem norte de atuação, mas não esgotam a construção de metas e cronogramas específicos que serão objeto dos próximos capítulos do presente PDI.

1.9. Áreas de Atuação

Enquanto Instituição, o processo educacional é baseado, sobretudo no processo de ensino-aprendizagem, concentrando inicialmente nos cursos da área da saúde. Com a expansão prevista além da possibilidade da oferta de novos cursos voltados especialmente para o seu eixo de prestação de serviços, enriquece e intensifica as suas ações, desenvolvendo, indissociavelmente, as atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

Na Pós-Graduação os cursos de especialização (*lato sensu*) promovem ações diversificadas, integrando os processos de ensino, iniciação científica e extensão, a fim de capacitar o aluno para o pleno exercício profissional e da cidadania.

Na Iniciação Científica, a Instituição tem previsão para o Programa de Iniciação Científica que demonstra outra forma de atuação acadêmica da Instituição e promove a sistematização e institucionalização da iniciação científica, intensificando a interação docente-discente na prática investigativa e fortalecendo a mentalidade científica entre os alunos.

No sentido de expandir a iniciação científica para novas áreas de conhecimento, a Instituição promoverá ações multidisciplinares para identificar as novas vocações a serem desenvolvidas, tais como o desenvolvimento de pesquisas em parcerias com financiadores de bolsas de pesquisas, através de convênios com instituições nacionais e internacionais nas áreas de novos conhecimentos.

Na Extensão, busca a oferta de atividades que propiciam ao acadêmico a possibilidade de vivenciar a relação ensino/aprendizagem a partir da interlocução com os problemas da sociedade, por meio de cursos para comunidade, promoção de eventos culturais e atuação em trabalhos assistenciais, junto às populações em situação de vulnerabilidade social. Além disso, por força da legislação, implementará a partir da vigência desta Plano, nas matrizes curriculares dos seus cursos, os 10% (dez por cento), mínimos, definidos como obrigatórios para a extensão curricularizada.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL: UMA SÍNTESE

Está fora de dúvida que o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) ocupa lugar central na constituição, na existência e no desenvolvimento de uma IES. Na constituição porque como projeto nenhuma IES pode nascer sem estar alicerçada em paradigmas, princípios e, em algum sentido, crenças sobre sua atividade fundamental: educar.

Na existência de uma IES, o PPI cumpre o papel de impregnar todas as atividades acadêmicas com aqueles citados paradigmas, princípios e crenças, de modo que as práticas pedagógicas possam ao mesmo tempo existir em pluralidade, mas como unidade, isto é, como coerência que não está livre, nem pretende estar, da diversidade, da pluralidade e da contradição, mas que carrega em si a cor da tinta que caracteriza o projeto pedagógico daquela IES. Assim, o Projeto Pedagógico existe como um grande signo caracterizador da identidade pedagógica da IES.

Ainda, no desenvolvimento da IES, o PPI atua como ferramenta de realização e de mudança. De realização porque o PPI se concretiza em práticas, em atividades concretas que atuam sobre uma realidade e transformam essa realidade; e de mudança porque existe como processo, como prática reflexiva (e reflexão-prática) que na medida em que transforma o mundo, transforma também os atores do processo (alunos, professores etc) e transforma a si mesmo como atividade. Nesse sentido, não se entende aqui o PPI como dogma estático, mas antes como projeto em desenvolvimento.

Como projeto, o PPI é sempre coletivo e, ainda, democrático. É coletivo porque emerge na intersubjetividade, na interação, no trabalho de várias mãos e cabeças. Será democrático se os diferentes atores podem de fato contribuir dialogicamente para a construção do consenso que se traduz como PPI. É democrático, portanto, se diferentes vozes podem de fato contribuir com razões que levem a construção do todo que é o PPI.

Porém como projeto em desenvolvimento, como conjunto de sentidos e significados em permanente revisão, o caráter coletivo e democrático do PPI não se esgota na sua elaboração, mas antes se realiza e se verifica nos processos cotidianos de sua aplicação, abrindo espaço para que diferentes atores participem de sua crítica e de sua renovação.

Como projeto, o PPI existe no tempo, sendo certo de que o tempo do PPI não é necessariamente o tempo do PDI, embora existam entre esses documentos um constante diálogo e uma reciprocidade de influências. Por sua vez, a existência no tempo - e como processo em transformação - do PPI não pode significar fraqueza de princípios e conceitos (que de tão baixa densidade acabam por não influenciar) e nem inoperância no sentido de uma reflexão em estado permanente alienação das práticas concretizadoras.

A partir desses pontos, o PPI
Albert Sabin reconhece os

da Faculdade ESAS - Ensino Superior
seguintes primeiros objetivos:

- a) Construir uma identidade pedagógica clara e reconhecível nos diferentes contextos de atuação acadêmica;**
- b) Apresentar-se não apenas como referencial normativo das práticas e reflexões pedagógicas, mas também como referencial de ferramentas para que se opere a crítica e a renovação constante dos processos pedagógicos.**

Em comum nos objetivos está a intenção do PPI em existir “pra valer”.

A partir desses grandes objetivos, A Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin houve por bem assumir uma articulação direta entre o PPI e os princípios fundamentais de seu PDI, razão pela qual assume como diretrizes de seu PPI as seguintes:

- Ⓞ Educar para valorização da vida**
- Ⓞ Educar para a Ética**
- Ⓞ Educar com Excelência**
- Ⓞ Educar com Pioneirismo e Inovação**
- Ⓞ Educar para fomentar a Curiosidade Investigativa**

Ao educar para valorização da vida, a Faculdade realça uma vez mais a centralidade humanística de seu projeto, constituindo a vida e todas suas consequências como norte fundamental de sua atividade. Ao educar para valorização da vida, a Faculdade realça também o papel formador da educação para um agir orientado por valores, em uma percepção de que o aprendizado de uma técnica ou ofício e o domínio de uma ciência não alcançam seu sentido pleno sem que de maneira finalística estejam colocados a serviço da valorização da vida.

No que se refere ao compromisso educativo e pedagógico com a ética, a Faculdade articula seu projeto pedagógico com a ética em dois sentidos complementares. O primeiro diz respeito ao evidente e incontornável agir eticamente orientado que deve conformar todas

as suas práticas e atitudes todos os membros de sua funcionários administrativos).

pedagógicas, incluído aqui o agir de comunidade (alunos, professores e

O segundo sentido se relaciona na visão pedagógica da Faculdade de que a educação pode ter um papel de formação de sujeitos éticos tanto para o agir *intra* quanto *extra* muros. A visão de ética como algo que se ensina e que se aprende se articula a uma visão de educação como formação de sujeitos plenos, capazes e livres para atuar comunitariamente. E é justamente nesse sentido que a Faculdade assume o compromisso de educar nesse sentido, de educação para cidadania, para democracia e para a liberdade, que em todos os sentidos só se realizam com a devida consideração do papel do outro e do valor que o mesmo enseja.

A excelência significa uma escolha e um objetivo. A excelência significa pedagogicamente estar orientada como instituição pelo estado da arte das melhores práticas pedagógicas e também permitir que sujeitos se formem capazes de atuar de maneira excelente nos contextos nos quais suas formações serão demandadas.

Ao relacionar a pedagogia com o pioneirismo e com a inovação, a Faculdade coloca suas lentes pedagógicas apontadas para o futuro. Sem que se perca de vista todo legado cultural, científico e de saberes conquistados e testados, a Faculdade reconhece que o todo conhecimento é sempre patrimônio em construção e que sem que se avancem as fronteiras do mesmo e das práticas pedagógicas o conhecimento perde potencialidade e capacidade de realização. Assim, a faculdade ousa escolher como compromisso contribuir para avanço das fronteiras do conhecimento e buscar em suas práticas o novo como princípio.

Por último, a Faculdade deve educar para formação de sujeitos ativos capazes de atuar e agir de acordo com competências e habilidades desenvolvidas e fomentadas pedagogicamente. Nesse sentido, deseja a Faculdade educar para incutir o apreço e a capacidade de pensar por si próprio e a capacidade de descobrir por si próprio. Esse espírito investigativo é um dos pontos de partida e de chegada da visão pedagógica e das metodologias a ela relacionada inerentes à Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin .

As diretrizes e os objetivos do PPI aqui identificados deverão se concretizar em metodologias e práticas pedagógicas que deverão estar sustentadas e orientadas por pressupostos filosóficos e epistemológicos reconhecidos e assumidos pela Faculdade.

Sobre esses pressupostos são as palavras que se seguem.

* * *

A cultura e o conhecimento de nosso tempo passam desde algum tempo por um processo de crítica e revisão dos grandes paradigmas modernos acerca do conhecimento, do homem e da realidade¹. A modernidade e o esclarecimento colocaram a Razão como centro de referência de seus pressupostos fundamentais estruturantes – paradigmas -, em especial os paradigmas acerca da realidade, do homem e do conhecimento. Nos três casos se definiram os paradigmas pela razão, no que se acabou por entender o conhecimento como o encontro da racionalidade do sujeito com a racionalidade do objeto através de um método científico. Fora da razão e da ciência, portanto, não haveria conhecimento válido da realidade, do universo e do mundo.

Aqui não se trata de afirmar a falência dos grandes paradigmas modernos, mas antes de se afirmar sua incontornável necessidade crítica e de revisão. Nesse sentido, diante de um universo e de um mundo de complexidade não se pode assumir um conhecimento e um pensamento presos a visões reducionistas e simplificadoras da realidade. Assim, a Faculdade assume como um primeiro pressuposto o paradigma da complexidade, que é aquele que, sem prejuízo da utilização e do manejo do métodos e procedimentos científicos, reconhece a insuficiência do mesmo para dar conta da realidade sem que se permita dialogar com outros saberes e tradições de conhecimento².

O segundo pressuposto é o de que a educação e a pedagogia devem articular o conhecimento consolidado com uma abertura permanente para o novo, para o “futuro possível” no que se refere às competências relacionadas ao ofício de professor. Essa articulação passa, então, por uma fórmula genérica, mas útil, do que se pode entender como ofício do professor: “os professores devem dominar os saberes a serem ensinados, ser capazes de dar aulas, de administrar uma turma e de avaliar”, no que se soma a essa formulação também o ofício de “administrar a progressão das aprendizagens e envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho”³.

A partir dessa fórmula, a Faculdade assume como visão pedagógica um conjunto de métodos e conhecimento que podem ser enumerados nos seguintes:

a) Diversificação de percursos de formação;

¹ Nesse sentido, Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 41 e ss.

² Nesse sentido Cf. Conferência Internacional sobre os sete saberes necessários à educação do presente. In: MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez Editora, 2017, p. 13.

³ PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para Ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

- b) Avaliações formativas;
- c) Formação de equipes docentes para realização dos programas;
- d) Metodologias ativas (procedimentos por projeto, trabalho por problemas abertos e situações-problema);
- e) Ênfase no desenvolvimento de competências⁴ e habilidades.

Para dar conta dessas questões, alguns pressupostos filosóficos precisam estar na base do projeto pedagógico da IES, como os que se discutem em seguida.

Desde Piaget, a Pedagogia discute a relação entre a “evolução dos conhecimentos e a transformação do próprio pensamento”, tendo cabido a aquele pensador abordar a “inteligência como um verdadeiro processo de construção de conhecimentos, baseado na interação entre o sujeito e o mundo à sua volta”. Essa visão alcança importância desta que na construção de projetos pedagógicos na medida em que coloca o sujeito, e o humanismo a ele correlato, na centralidade da discussão e das práticas pedagógicas. Essa centralidade do sujeito aponta para uma pedagogia humanista, “privilegiando a liberdade de julgamento e de consciência que permite a formação de pessoas livres, responsáveis e autônomas”⁵.

No plano didático, o pensamento de Piaget contribuiu para a construção de concepções pedagógicas que colocam que o aluno deve estar na centralidade de suas aprendizagens, o

⁴ Sobre o significado de competência: “Competência designará aqui uma capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situações”. PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para Ensinar...*, p. 13.

⁵

Leg
endr
e,
350
6
Leg
endr
e,
350.

que leva a defesa de “procedimentos ativos” de elaboração do pensamento, pois não poderia haver aquisição do conhecimento desassociada de atividades cognitivas que devem ser solicitadas do aluno⁶. Essa centralidade do aluno e a solicitação de atividades do mesmo não significa a assunção de um papel menor por parte do docente, como explica Legendre: o docente “se revela essencial para apresentar ao aluno situação novas, estimular seus procedimentos de pensamento e suscitar desequilíbrios e reequilibrações que lhe permitirão ter acesso a novos saberes”⁶.

É necessário, então, provocar um comportamento ativo e operativo, isto é, uma certa resistência para que dessa interação com o real o aluno possa reequilibrar suas estruturas de conhecimento. É papel do docente, e do PPI e dos PPCs que o apoiam, achar a justa medida entre obstáculos que gerem uma interação que não gere nem o desinteresse por ser pouco resistente e nem um desequilíbrio tão grande que impeça a progressão. Ainda, é recomendável pedagogicamente permitir aos alunos a oportunidade de aplicar, testar e experimentar aquilo que estão aprendendo nas mais diversas situações, concretamente “é pela experimentação, pela discussão e pela troca de pontos de vista e pelo choque de ideias que o aluno será levado a tomar consciência daquilo que sabe, mas também dos limites dos seus conhecimentos e da pertinência de integrar novos saberes”⁷.

A partir de uma perspectiva mais social, o pensamento de Vygotsky também constitui-se como um importante fundamento filosófico para a política e as práticas pedagógicas que a IES buscará desenvolver. Nesse sentido, um importante ponto de referência desse pensamento diz respeito a visão de que “graças as interações com outrem, mediatizadas pelo recurso a ferramentas simbólicas, que tomamos consciência das nossas próprias ações e processos de pensamento, e é precisamente porque nos tornamos conscientes disso que conseguimos controlá-los, isto é, recorrer a eles de modo voluntário e intencional, e adaptá-los aos fins pretendidos”⁸. Disso decorrem a necessidade fornecer aos alunos as ferramentas adequadas e de por em relevo a necessidade de se pensar o ato de pensar. Aqui entra o docente como modelo, guia e tutor.

Outras ferramentas postas em função do pensamento de Vygotsky são a autoavaliação, pois o aluno precisa refletir sobre seu próprio progresso para progredir e, ainda, a partir da importância dada às interações, metodologias de trabalho em comum, pois “é principalmente através dos conflitos sociocognitivos, gerados pelos pontos de vistas diferentes” que o aluno toma consciência de suas concepções e modos de pensamento⁹.

⁶ Legendre, p. 351.

⁷ Legendre, 353.

⁸ Legendre, p. 381.

⁹ Legendre, p. 381.

Das aproximações entre Piaget e Vygotsky alguns pontos alcançam destaque no projeto pedagógico: i) refutação de abordagens pedagógicas meramente transmissivas para todos os momentos de prática; ii) a necessidade de estímulo a interação para o desenvolvimento e a aprendizagem; iii) não descarte do ensino magistral, mas a sua ressignificação dentro de contextos e objetivos; iv) ênfase em processos de aprendizagem; v) avaliação como objeto de aprendizagem; vi) como já destacado, valorização da intersubjetividade.

Uma vez mais, a noção de interação com o outro e com o ambiente como elementos centrais no processo educativo colocam destaque para a noção de competência, pois essa noção “está sem dúvida ligada à concepção geral da aprendizagem que se inspira dessas perspectivas e tenta integrar as dimensões social e cognitiva do pensamento”¹⁰. As competências se relacionam, também, com a capacidade de agir, com o conhecimento acerca das situações nas quais agir e conhecer a eficácias das ações.

A busca pela constituição de um “aluno ativo” passa por estimular processos e ferramentas de interação – não apenas entre alunos, mas entre esses e o professor -, pela valorização de que se aprenda a refletir, formular questões e confrontar representações, e, ainda, por ressignificar o erro em processos avaliativos que permitam sua utilização como ferramenta de aprendizado.

2.1. INSERÇÃO REGIONAL E CONJUNTURA DO ENSINO SUPERIOR

2.1.1. Inserção Regional

A Faculdade está localizada em Brasília, capital federal, com endereço institucional Asa Sul - SCS Quadra 8, Bloco B, loja 06, nº60 - subsolo 2 a SGAS 909 - Parte A, conjunto A, 909 (COD. DO ENDEREÇO: 1137428). Possui em seu portfólio a oferta dos cursos de Odontologia e Fisioterapia. Encontra-se em processo de credenciamento sob nº202110603.

Em dezembro de 2022 fora realizado processo de transferência de manutenção devidamente protocolado no sistema eletrônico do Ministério da Educação sob número 202130178 que concedeu, nos termos do artigos 35 e seguintes do Decreto-Lei 9.235 de 15 de dezembro de 2017 a manutenção da IES à NIMAB EDUCACIONAL LTDA, mantenedora, pessoa jurídica de direito privado, sociedade Ltda, inscrita sob CNPJ nº 40.150.416/0001-00. Por ora, consta no

¹⁰ Legendre, p. 385.

Sistema E-mec a mantenedora anterior, qual seja, JK EDUCACIONAL LTDA, inscrita sob CNPJ 17.347.405/0001-01.

A construção de Brasília foi uma obra realizada durante o governo de Juscelino Kubitschek e estendeu-se de 1957 a 1960, tornando-se o grande símbolo do desenvolvimentismo do governo JK. Brasília é a capital federal do Brasil e é uma das maiores cidades do país. Possui grande importância política, pois abriga a sede do Governo Federal.

A área metropolitana de Brasília (AMB) é composta por onze cidades. São elas: Águas Lindas de Goiás,

Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Conhecer essas cidades é essencial para o planejamento urbano de Brasília, pois muitos habitantes desses municípios buscam serviços básicos (saúde, educação, lazer) na capital federal.

Por ser um território geograficamente limitado, o DF não tem condições de incentivar os setores primário e secundário da economia (agropecuária e indústria, respectivamente). Até os anos 1990, grande parte da economia do DF e, conseqüentemente, de Brasília girava em torno da construção civil e pequenas produções agrícolas para o mercado interno. Só a partir desse período que os setores de serviços e turismo ganharam força, configurando-se, hoje, como os mais importantes para o Produto Interno Bruto da região.

De acordo com a Codeplan, em 2012, o percentual de empregados no setor de serviços era de 69,11%, em sua maioria no Plano Piloto (47%). Tais números mostram a força dos serviços em Brasília, como bancos, universidades, consultórios médicos, segmento de informação (TV por assinatura, internet, celular), entre outros.

A Codeplan, em parceria com o IBGE, também nos revela que 93% do Produto Interno Bruto do DF é preenchido com o setor de serviços. Esse dado é refletido no PIB per capita da região, que é o mais alto do Brasil.

Considerada Patrimônio da Humanidade pela Unesco, Brasília conta com um turismo cultural e econômico muito forte. Muitos turistas visitam a cidade para tratar de negócios, mas também aproveitam os espaços culturais da cidade. Devido ao forte turismo, o Ministério do Turismo classifica Brasília na categoria A, o que revela o grande fluxo de turistas e a grande empregabilidade no setor hoteleiro, movimentando a economia.

De acordo com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), empresa pública de direito privado que fornece água e saneamento básico para o DF, Brasília é a região administrativa que mais possui domicílios com acesso ao saneamento básico e acesso ao abastecimento de água. Dos

86.583 domicílios ocupados, 86.338 possuem rede de água e 86.387 possuem rede de esgoto.

O acesso à saúde é regulamentado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, que conta com 16 hospitais públicos, quase 4 mil leitos, 65 centros de saúde e 44 postos de saúde espalhados pelo DF.

Segundo dados do IBGE, o Distrito Federal possuía uma expectativa de população para o ano de 2021 de 3.094.325 pessoas. No ano de 2020, houveram 111.860 matrículas no ensino médio e, considerando dados do CENSO da Educação Superior de 2019, houveram 1256 matrículas na Graduação de Odontologia, por exemplo.

2.2.1. A Contribuição da Instituição

A Instituição contribui para o desenvolvimento econômico e social da região quando desenvolve atividades direcionadas para o atendimento de necessidades de instituições de cunho social e realiza ações extensionistas voltadas para o estudo de problemas de interesse econômico e social, através de parcerias.

O compromisso da Instituição para com o desenvolvimento econômico e social do Estado se faz presente nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, bem como em atividades já institucionalizadas, pertencentes à realização de Atividades de Responsabilidade Social, capitaneadas a partir da nova gestão pelo NASS – Núcleo de Ação Social em Saúde.

Nesse foco e com coerência às normas existentes no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Instituição promove ações e programas que integram as atividades acadêmicas de iniciação científica, ensino e extensão com setores sociais e produtivos e incentivam a transferência e produção de conhecimentos, tecnologias e dispositivos decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais, o que fortalece e desenvolvimento econômico e social.

2.2. Ensino

2.3.1 Graduação (currículos, metodologias e sistema de avaliação)

A partir dos pressupostos supra destacados, a IES ofertará seus cursos de graduação a partir de currículos com as seguintes características:

- a) **Flexibilidade:** os currículos derivados dos PPCs dos cursos deverão prever a possibilidade de construção de percursos individualizados, atentos às multiplicidades de interesses e contextos de formação. Concretamente, a flexibilidade e possibilidade de individualização de darão no eixo de disciplinas eletivas e optativas que deverão estar sempre disponíveis para os

alunos e, também, no eixo de atividade complementares que deverão estar previstas como requisitos para a integralização curricular;

- b) **Interdisciplinaridade:** É da organização do pensamento de nosso tempo Moderno a fragmentação em disciplinas para o desenvolvimento das ciências e do conhecimento. O risco de uma fragmentação excessiva (e arbitrária, porque não condizente com a estrutura do real) pode ser ainda mais evidente em IES vocacionadas para determinadas áreas do conhecimento. Assim, a Faculdade prescreve que seus currículos deverão sempre buscar a superação da fragmentação a partir de uma valorização da comunicação entre os saberes, da combinação de lentes metodológicas de análise e da construção de programas, planos e ementas que estejam essencialmente construídos a partir da complexidade e para a complexidade.
- c) **Reciprocidade entre ação e reflexão.** A partir de uma perspectiva que valoriza as reciprocidades entre ação e reflexão, o currículo deverá prever momentos e horas para contextualização; aplicação concreta dos conhecimentos; e valorização de comportamentos ativos e autônomos dos alunos. Esses momentos poderão estar previstos também, mas não apenas, na oferta de atividades estruturadas na carga horária de integralização de disciplinas e cursos.
- d) **Integração.** A partir da articulação dos três itens anteriores – flexibilização, interdisciplinaridade e relação ação-reflexão – serão buscadas estratégias de integração dos currículos e nos currículos. Essas estratégias deverão promover no âmbito dos próprios cursos e entre os cursos, projetos, práticas e experiências integradoras do conhecimento e das ferramentas sócio-cognitivas trabalhadas nas mais diversas disciplinas e atividades dos cursos. A integração poderá se aproveitar ainda do campo de estágio e de práticas que se darão de forma maciça nos cursos da área da saúde da Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin

Do ponto de vista da avaliação em seus cursos, a Faculdade, lastreada nos pressupostos epistemológicos e pedagógicos já discutidos, entende a avaliação tendo prioritariamente um caráter formativo (e formador), o que se traduz na percepção e na utilização da mesma como ferramenta de progressão e aprendizado e não como obstáculo exagerado no caminho do aluno. Nesse sentido, nos mais diversos momentos e contextos avaliativos a utilização construtiva da avaliação.

Caberá ao Regimento da Faculdade o estabelecimento das grandes regras, da sistemática, do calendário e da política de elaboração, divulgação e revisão das avaliações. E aos PPCs e regulamentos específicos caberão a pormenorização de práticas específicas para os diferentes cursos, programas e atividades, sempre em consonância com o previsto no Regimento. Não obstante essas previsões, o PDI destaca que deverão ser observados os seguintes critérios para aprovação/reprovação:

- ⦿ **Frequência mínima de 75% da carga-horária prevista para a disciplina, atividade ou projeto;**
- ⦿ **Obtenção de Nota Final/Média maior ou igual a 7,0 (sete) nas avaliações da disciplina, atividade ou projeto.**

No que se refere às metodologias de avaliação, as seguintes práticas deverão ser estimuladas, entre outras:

- ⦿ **Coerência entre avaliações e planos de aula e de curso;**
- ⦿ **Utilização de provas integradas e baseadas em bancos de questão;**
- ⦿ **Utilização de metodologias de autoavaliação e avaliação entre pares;**
- ⦿ **Avaliação de competências e habilidades em contextos de aplicação real ou simulado.**

As metodologias de ensino que serão desenvolvidas nos cursos deverão estar relacionadas com os pressupostos debatidos nesse PDI e no PPI, nos PPCs e com os consensos pedagógicos de suas aplicações produzidos entre os atores envolvidos nos contextos de ensino e aprendizagem, com destaque para as Coordenações de Curso e os Colegiados e NDEs.

A previsão de cursos/ano, bem como a organização de turmas e oferta estará apresentada em quadro no final do presente capítulo.

2.3.2 Pós-Graduação metodologias e sistema de avaliação)

lato sensu (cursos,

A Educação continuada será uma das marcas e constitui-se como um dos grandes objetivos da nova gestão da Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin . Nesse sentido, a Faculdade parte, como já debatido, de uma gestão feita por docentes, uma mantenedora composta por médicos e docentes, que tem longa tradição de dedicação ao ensino e pesquisa, comprometidos com as práticas na área de educação continuada.

Nesse sentido, estão previstos já para o período de vigência do presente PDI cursos de educação continuada, com destaque para Pós-Graduação lato sensu, em diversos temas de especialização, com projetos a serem desenvolvidos por equipe permanente de acompanhamento e monitoramento da oferta dos diversos cursos. Sem prejuízo das especificidades e inovações que poderão ser previstas em cada projeto, os seguintes pontos serão sempre observados:

- ⦿ **Coordenação do quadro permanente da IES;**
- ⦿ **Corpo docente com atuação desejável também na Graduação;**
- ⦿ **Intensa articulação de espaços, projetos e práticas entre a Faculdade e seus parceiros de cenários de prática;**

- ⦿ **Projeto Pedagógico sempre construído pelos quadros da IES e aprovado pelos seus Conselhos Superiores;**
- ⦿ **Fomento ao uso de inovações tecnológicas e outras formas de diferenciação do curso.**

A avaliação dos cursos de Pós lato sensu obedecerá ao previsto no Regimento e, em especial, ao PPC de cada curso, mas os seguintes critérios deverão sempre ser observados:

- ⦿ **Frequência mínima de 75% da carga-horária prevista para a disciplina, atividade ou projeto;**
- ⦿ **Obtenção de Nota Final/Média maior ou igual a 7,0 (sete) nas avaliações da disciplina, atividade ou projeto;**
- ⦿ **Previsão de apresentação de trabalho final com forma e metodologia a ser definida pelo projeto pedagógico.**

Deverá ser produzida pela gestão da Faculdade uma sistemática de avaliação de qualidade das aulas, disciplinas e módulos através de sistemática de pesquisa a ser implementada entre os alunos. Essas avaliações deverão ter caráter frequente e funcionarão como sistema de retroalimentação dos padrões de qualidade dos cursos ofertados.

A previsão de cursos/ano, bem como a organização de turmas e oferta estará apresentada em quadro no final do presente capítulo.

2.3.3 Mestrado e Doutorado

A Faculdade ambiciona para si constituir-se como um centro de referência e de excelência. É ainda ambição da Faculdade influenciar positivamente na formação de um novo sistema de saúde. Destarte, a Faculdade entende por bem que a formação de quadros em nível de Pós-graduação stricto sensu é parte incontornável dessa estratégia.

Isto posto, a Faculdade estabelece no presente PDI a intenção de constituir comissão desde o seu primeiro ano de funcionamento para a elaboração de projeto de Mestrados a serem submetidos à CAPES. A submissão desses projetos deverá seguir as seguintes diretrizes:

- **Submissão de pelo menos 2 (dois) projetos de Mestrado até o quarto ano de funcionamento da IES;**
- **Submissão de pelo menos um projeto de mestrado acadêmico na área Médica;**
- **Submissão de pelo menos um projeto de mestrado acadêmico ou profissional na área interdisciplinar.**

As formas e metodologias de avaliação estarão previstas em especial em regulamento de Mestrado a ser publicado no momento pertinente, sem prejuízo da observância dos grandes princípios e pressupostos debatidos nesse PDI.

2.3. Pesquisa

A Faculdade SAS - Ensino Superior Albert Sabin acredita que, independentemente de critérios de avaliação produzidos pelo SINAES ou mesmo indicadores exigidos pela legislação educacional, a valorização e o incentivo à pesquisa constituem-se como forma fundamental de incremento de qualidade do conjunto de práticas desenvolvidas pela IES.

Assim, para além do compromisso e das crenças filosóficas e pedagógicas, no que se refere aos compromissos com a produção e divulgação do conhecimento, a Faculdade acredita que o incentivo à pesquisa e a manutenção de uma política permanente de pesquisa contribuem para que os alunos se desenvolvam em capacidades cognitivas expressivas e, também, contribuem para que a Faculdade consiga atrair e manter em seus quadros docentes de destaque em suas áreas.

A Faculdade institucionalizará a pesquisa e produzirá uma política de pesquisa dividida em três eixos articulados entre si:

- a) Implementação de Mestrado e Doutorado (vide item supra);**
- b) Articulação de grupos de pesquisa e iniciativas de pesquisa entre a Faculdade e IES parceiras, nacionais e internacionais;**
- c) Criação de programas e bolsas da faculdade conforme cronograma abaixo destacado.**

2.3.1. Programas (Iniciação Científica e Incentivo à Pesquisa)

Os programas de iniciação científica serão coordenados e geridos pelo NICEPG – Núcleo de Iniciação Científica, Extensão e Pós-Graduação que possuirá regulamento próprio, mas, em linhas gerais, dois serão os programas principais de incentivo à pesquisa:

**i)
iniciação científica
(PIC) e ii) incentivo à
pesquisa (PIP).**

O primeiro (PIC) selecionará professores orientadores, concedendo carga horária extra aos professores, específica para a orientação de projetos de pesquisa desenvolvidos com alunos de graduação, e aperfeiçoando o controle das atividades, a cargo de uma comissão mista de professores doutores.

O segundo programa (PIP) selecionará anualmente professores doutores que desenvolverão pesquisas, com auxílio de carga-horária extra, e com o compromisso de produzir publicações indexadas e de participar de eventos de pesquisa em suas áreas de atuação.

Para além dos programas acima destacados, a política de pesquisa da Faculdade promoverá e incentivará as seguintes iniciativas:

- a) Institucionalização de grupos de pesquisa com profissionais da faculdade e das instituições parceiras, nacionais e internacionais;**
- b) Realização de seminário anual de pesquisa aberto a outras IES;**
- c) Boletim de pesquisa para divulgação interna de trabalhos, eventos e oportunidades de editais de pesquisa;**
- d) Articulação para recebimento de bolsas pelos professores e alunos provenientes de órgãos de fomento (CAPES, CNPQ, FAPESP etc).**

2.3.2 Bolsas e Incentivos

Os dois programas permanentes de pesquisa – PIBIC e PIP - deverão contar com bolsas anuais ou semestrais em quantidade e valores a serem divulgados no início de cada ano acadêmico. A escolha dos bolsistas deverá ser dar, preferencialmente, por edital a ser divulgado para toda a comunidade acadêmica da IES.

Para além da política de bolsas, preferencialmente por editais, a IES deverá incentivar a pesquisa por auxílios pontuais a eventos, publicações, viagens ou ajudas de natureza diversa, sempre levando-se em conta a relevância da pesquisa em si e para a IES e a disponibilidade de recursos para esse fim. De todo modo, o planejamento financeiro da IES deverá contemplar recursos anualmente para essa finalidade.

2.3.2.1 Cronograma de Implantação

| INICIATIVA/PROGRAMA | INÍCIO ATIVIDADE |
|-----------------------|------------------|
| PIC | 2023 |
| PIP | 2023 |
| Grupos de Pesquisa | 2022 |
| Seminário Pesquisa | 2022 |
| Boletim de Pesquisa | 2023 |
| Bolsas Órgãos Fomento | 2024 |

2.4 Extensão

2.4.1 Conceito

A extensão ocupa lugar central nos discursos e nos textos normativos que cuidam da Educação Superior (vide, por exemplo, a menção a mesma na LDB, art. 43 e na própria Constituição da República) e, Resolução nº7 de 2018 que estabelece a curricularização da extensão.

Inobstante certa pluralidade de conceitos e entendimentos, alguns pontos na caracterização da extensão parecem inescapáveis. O primeiro é de que a extensão se caracteriza pelo encontro, pela troca e pela articulação, e esse “encontro” se dá em pelo menos três contextos, conforme entendimento desse PDI:

- a) encontro/articulação entre ensino e pesquisa;
- b) encontro/articulação entre sociedade (extramuros) e comunidade acadêmica;
- c) encontro/articulação entre o saber formal, erudito e científico produzido, promovido e guardado pela IES e o saber dito mais popular,

comum, difuso que existe e passa na força da tradição dos povos e sociedades.

Com essa abertura, ganha a Faculdade, que renova suas práticas, interpretações e avaliações e ganha a sociedade, que se vê beneficiada pela democratização e pela cultura de emancipação que é permitida pelo acesso ao conhecimento.

A extensão deve permitir que o conhecimento, as ferramentas teórico-práticas e lentes analíticas cultivadas e difundidas nos diversos cursos da faculdade se testem e, eventualmente, se corrijam no confronto epistêmico com os saberes de “fora”. Assim, se exige que a extensão esteja estruturada, prevista em programas, monitorada e que tenha articulação com o PPI e os PPCs.

A extensão, todavia, pode e deve se desenvolver como oportunidade para que entre os muros da Faculdade passem, nos mais diversos períodos de tempo, grupos e indivíduos que não são aqueles da comunidade acadêmica permanente, e isso se dá através de frequente realização de eventos e cursos para os mais diversos públicos, sempre com o objetivo de permitir que um número mais amplo de pessoas tenha acesso ao conhecimento que a Faculdade cultiva.

No âmbito dos cursos, cada Projeto Pedagógico deverá dar conta da curricularização da extensão para além de uma carga horária formal, mas uma extensão efetiva como mais uma ferramenta útil na construção de bases sólidas do processo de ensino-aprendizagem.

2.4.2 Ações, Projetos e Cursos

A política de extensão estará desenvolvida pelo NICEPG em duas grandes frentes: uma política de carga horária extra para que professores com titulação de Doutorado ou Mestrado orientem alunos em grupos e atividades permanentes de extensão, sempre envolvendo conteúdos, competências e habilidades previstas no PPC do curso em questão, e sempre com o compromisso de que se formalize e se publiquem os resultados da aplicação daquelas ferramentas na realidade na qual se desenvolveu a extensão. Nesses resultados deverão sempre ser destacados os resultados a partir da lógica das articulações acima debatidas.

A segunda grande frente se realizará pela realização de cursos e atividades abertos aos mais diversos públicos, em todos os níveis e com as mais diversas carga-horárias. Aqui se dá a oportunidade ao mesmo tempo para a atualização, aperfeiçoamento e aprimoramento (no que pode se articular ou não com a educação continuada), mas também para a experimentação de temas, assuntos, e atividades que podem ser mais incomuns no dia-a-dia das IES.

2.4.3 Bolsas e

Incentivos

A cada ano de atividade, deverá ser previsto um quantitativo de carga-horária docente para incentivo na realização de atividades, projetos e eventos de extensão, sempre envolvendo alunos e de forma articulada com o PPC dos cursos. A Faculdade deverá, da mesma forma, criar condições de infraestrutura, incluídas de comunicação, para que se desenvolvam e realizem os mais diversos cursos de extensão no calendário acadêmico da IES.

2.4.4 Cronograma de Implantação

| INICIATIVA/CURSO | INÍCIO ATIVIDADE |
|----------------------------|------------------|
| Carga horária extensão | 2022 |
| Encontro anual de Extensão | 2023 |

2.5 Educação a Distância

Houve um momento em que se discutiu a validade e a possibilidade da mediação tecnológica como metodologia de qualidade na oferta do ensino superior. Esse debate, não muito longe no tempo, alcançava especial criticidade no campo específico dos cursos da área de saúde. Nesse sentido, a Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin assume uma posição clara de que essa não é mais uma discussão válida.

Há um conjunto de boas razões pelas quais a IES assume o uso da tecnologia no ensino, em especial naquilo que se convencionou denominar de Ensino a Distância. De início, é forçoso reconhecer que se a inovação é uma das características fundadoras da presente IES, não poderia a mesma de maneira contraditória ignorar ou deixar de ter em conta o estado da arte no qual se encontra essa questão, isto é, não é apenas possível, mas como recomendável que se utilize a tecnologia na educação, em especial, para concretização do Ensino a Distância.

Ainda como razão, está fora de questão também que a maioria expressiva dos atuais e futuros alunos fazem uso intensivo e definitivo da tecnologia, nas suas mais diversas formas, mas sobretudo aquelas ligadas à rede mundial de computadores. Nesse sentido, se os alunos não sairão da internet talvez seja forçoso assumir que as IES deverão encontrar formas de se posicionar corretamente dentro desse mundo virtual.

A razão anterior não é válida apenas porque o uso intensivo da tecnologia se tornou uma continuação das formas de vida de boa parcela das pessoas, mas, em especial, quando se descreve o conjunto de características desejáveis no aluno e no futuro profissional a ser

formado, características como a autonomia, a capacidade para atuar em rede e, ainda, a habilidade para lidar e aplicar a tecnologia nos mais diversos contextos surgirão como características desejáveis. Isso é assim, a tecnologia na educação não é apenas um fato, mas um fato positivo.

Ocorre, porém, que algo pode ser incontornável, inevitável, e até desejável, mas ainda assim ser complexo e inspirador de cuidados. Explica-se, a IES adota diante da tecnologia aplicada ao ensino a distância uma posição de confiança, mas adotará uma posição de muita responsabilidade, o que significa que adotará um plano de ação controlado para realizar a inserção dessa metodologia na justa medida em que controle com qualidade todos os aspectos e potencialidades da mesma.

Assim, o presente PDI apresenta as seguintes diretrizes para o EAD a ser desenvolvido na Faculdade:

- a) EAD que parte de uma visão concreta e fundamentada da relação aluno/professor/tutor e que seja capaz de destacar os objetivos e as consequências dessa metodologia para cada um desses atores;**
- b) EAD que estimule e valorize a produção do conhecimento em rede e das interações permitidas pela tecnologia como ferramentas pedagógicas úteis e transformacionais para alunos e professores;**
- c) EAD articulada com as necessidades de flexibilidade, individualização e adequação dos percursos curriculares às necessidades dos alunos com perfis diferenciados entre si;**
- d) EAD centrada na construção de um espaço virtual dialógico e de interação e não apenas de depósito ou disponibilização de conteúdos;**
- e) EAD centrada na necessidade disponibilização aos professores dos meios e ferramentais mais inovadores para o processo de constante atualização de suas práticas pedagógicas;**
- f) EAD ancorada na visão das potencialidades do aluno para desenvolver um papel ativo na gestão de seu percurso e de**

sua formação, bem como na visão da necessidade de uma formação com autonomia para autonomia.

A partir dessas diretrizes a Faculdade desenvolverá quatro frentes de atuação para desenvolvimento de seu EAD:

1. Elaboração/escolha/desenvolvimento de tecnologias para criação de seu ambiente virtual de aprendizagem (AVA) que deverá progredir para constituir-se como verdadeiro campus virtual dos professores e alunos

e que deverá, da mesma forma, estar integrado ao sistema acadêmico da IES;

- 2. Elaboração/desenvolvimento de metodologias e conteúdos próprios para construção de cursos, disciplinas e atividades a serem disponibilizadas através da EAD;**
- 3. Elaboração de estratégias de treinamento para professores e tutores responsáveis por atuar nos ambientes virtuais e na EAD;**
- 4. Elaboração de metodologia de autoavaliação para medição dos impactos da EAD nos processos pedagógicos da IES, identificando necessariamente seus pontos de promoção, intensificação e correção.**

Uma vez apresentadas as diretrizes e identificadas as grandes frentes de desenvolvimento de sua EAD, o PDI prescreve para a Faculdade o seguinte cronograma de implementação:

| INICIATIVA/AÇÃO | INÍCIO DA ATIVIDADE |
|--|----------------------------|
| Constituição de Coordenação e Comissão permanente de EAD | 2022 |
| Desenvolvimento de tecnologia e do AVA | 2022 |
| Produção de conteúdos | 2023 |

| | |
|--|-------------|
| Disponibilização de cursos de extensão e treinamento de professores em EAD | 2023 |
| Disponibilização de cursos nivelamento para os alunos | 2023 |
| Desenvolvimento das metodologias de autoavaliação | 2023 |
| Implementação de disciplinas optativas | 2023 |
| Início de oferta de disciplinas e eletivas e obrigatórias em EAD nos cursos presenciais, conforme demanda do PPC | 2022 |
| Plano de credenciamento para EAD | 2022 |

São essas então as diretrizes, frentes e cronograma postos pelo PDI para realização do EAD pela Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin

3. ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO

3.1. Política de Gestão

A política de gestão da Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin está intimamente relacionada com os princípios e regras norteadores da IES apresentados e discutidos no presente PDI. Nesse sentido, a expressão dos citados princípios se dá nos seguintes parâmetros que devem impregnar toda a gestão da IES:

- 🎯 **Pluralidade e participação;**
- 🎯 **Simplicidade e eficiência;** 🎯
- Qualidade e excelência.**

Os parâmetros acima constituem verdadeiro tripé normativo que orienta desde a organização quanto o exercício da gestão da IES.

3.2. Estrutura e Organograma

A Estrutura de gestão da Faculdade, prevista e disciplinada em seu Regimento, está composta por órgãos normativo-deliberativos e por órgãos executivos.

São órgãos da Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin :

- I. Conselho Superior;**
- II. Diretoria Geral;**
- III. Diretoria Acadêmica;**
- IV. Diretoria Administrativa-Financeira**
- V. Coordenações de Cursos de Graduação;**
- VI. Coordenação dos Cursos e Programas de Pós-Graduação;**

VII. Colegiados de Cursos;

VIII. Órgãos Suplementares.

O Conselho Superior (CONSUP) é o órgão máximo de administração da IES, cabendo ao mesmo a decisão em última instância dos assuntos mais altos da Faculdade, bem como a aprovação final dos grandes documentos normativos. A composição e atribuição pormenorizada do CONSUP são definidas no Regimento da Faculdade, mas constituem-se como cláusulas necessárias em sua composição a participação no mesmo de representantes dos professores, alunos e funcionários administrativos, bem como de representante da coordenação.

Os Colegiados de Curso constituem-se como a esfera normativa natural em cada um dos cursos ofertados. O regimento da IES disciplina os aspectos fundamentais desse colegiado, que será composto por todos os professores ativos do curso e contará com representação discente. O Colegiado de curso é o interprete fundamental do PPC de cada curso.

O Comitê de Ética em Pesquisa será organizado em estrita observância aos mandamentos legais sobre o tema, bem como tendo em conta os mais altos consensos produzidos no Brasil e internacionalmente para a condução das pesquisas e eventuais experimentos. No primeiro ano de funcionamento da Faculdade, o CONSUP elegerá comissão responsável pela implementação de Comitê de Ética, cabendo a essa comissão a indicação de Comitê de Ética externo ao qual a IES estará vinculada até a implementação do seu próprio Comitê.

O presente PDI e o regimento da IES preveem ainda a existência de outros dois importantes colegiados: a CPA, Comissão Própria de Avaliação, e os NDEs, Núcleos Docentes Estruturantes. A primeira terá sua atuação detalhada em capítulo próprio desse PDI e terá regulamento próprio a ser elaborado por seus próprios membros que gozarão de autonomia em relação aos demais órgãos de administração da IES.

Os NDEs, na esteira das normativas regulatórios e dos consensos produzidos ao longo dos últimos anos nos processos avaliativos, cumprirão, entre outras, a tarefa de existir enquanto verdadeira “alma” de cada curso, através de uma atuação permanente de professores com titulação adequada e expressividade histórica dentro do curso. Naturalmente, cada curso contará com seu NDE permanente.

* * *

A execução da administração da IES se realiza através de seus órgãos executivos que cumprem a tarefa cotidiana de fazer a IES funcionar orientados pelas grandes diretrizes contidas em seu PDI e Regimento, bem como aquelas provenientes de decisões e recomendações de outras instâncias internas – Conselhos – e externas – MEC, por exemplo.

Os cargos fundamentais da administração executiva da IES são os que se seguem: Direção Geral, Direção Acadêmica, Direção Administrativa-Financeira, Secretaria Geral, Coordenações de Curso, Biblioteca, Laboratórios e Ouvidoria.

Às Diretorias cabem chefiar a administração da IES, sendo o Diretor Geral o representante fundamental da IES e o presidente nato do Conselho Superior. Ao Diretor Acadêmico, por sua vez, cabe além da substituição do Diretor na forma do Regimento, cabe a chefia imediata da gerências da Faculdade. Nos dois casos, Direção Geral e Acadêmica, o regimento é documento definidor das atribuições de cada um desses cargos, sendo certo que ao Diretor Acadêmico poderá cumular a função de Procurador Institucional junto ao MEC.

À Secretaria Geral cabe a condução e a gestão das grandes áreas de funcionamento e relacionamento da Faculdade. Esses cargos acabam por representar no dia-a-dia da faculdade os grandes centros de referência de alunos, professores e funcionários administrativos da Faculdade.

As Coordenações de Curso, que serão sempre ocupadas com profissionais titulados e experientes em gestão de cursos, cabe, entre outras, a condução do Projeto Pedagógico, Corpo Docente e Infraestrutura vinculados ao curso. A coordenação é o ponto de referência natural tanto para os públicos interno quanto externo no que se refere ao curso, cabendo ao mesmo a liderança dos planos de ação pertinentes a todas as dimensões de oferta do curso.

A Biblioteca é chefiada por profissional habilitado conforme as normas do setor e, além da gestão da biblioteca e do acervo, cabe à mesma participação ativa no desenvolvimento da política de incremento continuado das bibliotecas, incluída a questão de seu desenvolvimento tecnológico.

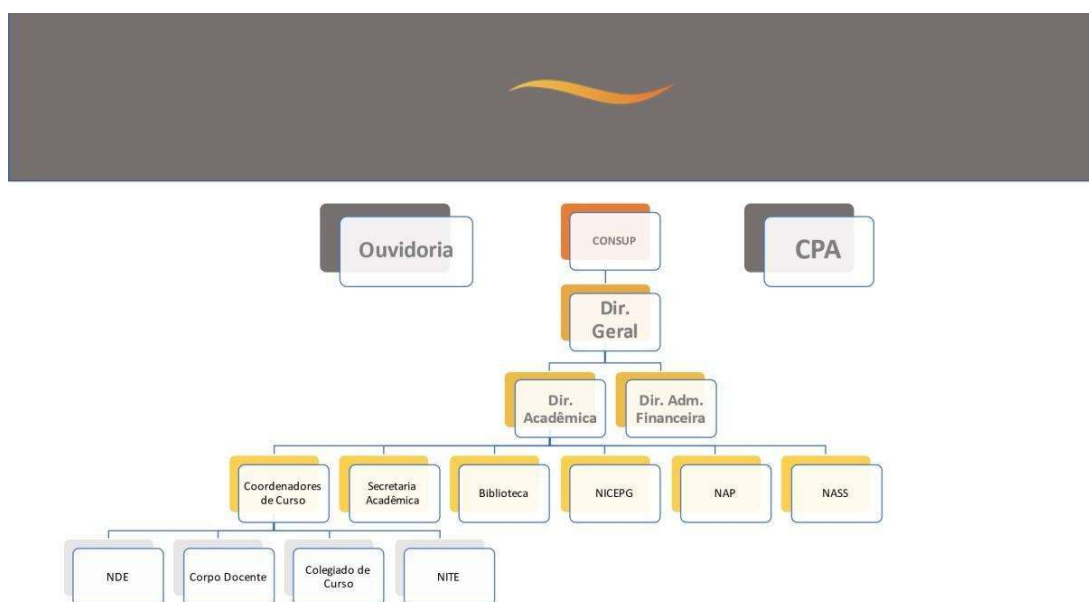
Os Laboratórios serão geridos por coordenador específico capaz de assegurar e participar dos seguintes pontos referente aos Laboratórios: implementação, incremento e conservação; funcionamento e organização; normativas de uso e segurança.

A instituição também contará com um Núcleo de Apoio Psico-Pedagógico (NAP), responsável por um acompanhamento permanente de alunos e professores em todos os assuntos relacionados ao tema. O NAP será ocupado sempre por professor titulado e com *expertise* relevante no tema.

A Ouvidoria gozará de plena autonomia, e estará norteadada pelo estado da arte no que se refere às regras, políticas e sistemas ligados ao tema de ouvidorias, tanto de IES quanto de instituições de outra natureza. Caberá à Direção Geral garantir meios administrativos e financeiros para funcionamento autônomo da Ouvidoria, devendo o cargo ser ocupado por profissional com experiência na área e que estará impedido de ocupar qualquer outro cargo ou exercer qualquer outra função na IES que não a de Ouvidor.

A IES contará ainda com outros cargos e comissões, permanentes ou temporários, para o atingimento de fins específicos ou em atenção a exigências legais e regulatórias, como programas de bolsas, por exemplo. De qualquer forma, o ato criador desses cargos e/ou comissões deverá prever sempre o alcance de seu funcionamento, bem como a fonte orçamentária possibilitadora de sua existência.

Os cargos discutidos acima podem ser representados no seguinte organograma:



3.3. Participação dos funcionários, discentes e da comunidade nas esferas de decisão

Norteadada pelo compromisso com a participação e a transparência, a Faculdade contará sempre em seus grandes órgãos e comissões deliberativas com a participação de representantes dos professores, alunos e funcionários administrativos, bem como com a participação de membros da sociedade civil, sempre na forma do regimento e em atenção à regulação pertinente, conforme indicado nos itens acima. Para além da participação como membro, a Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin assumirá o compromisso de fomentar canais e espaços de comunicação e debate com os mais diversos grupos de interesse, abrindo espaço para a participação comunicativa nos processos e também para a possibilidade de contestação das decisões de grande impacto.

Sem prejuízo de suas próprias iniciativas, os alunos, e demais públicos, gozarão, por obediência aos mandamentos constitucionais e por adesão de espírito da Faculdade, de plena liberdade para constituição de suas associações e grupos de comunicação e atuação, que deverão sempre estar pautados pelos princípios e regras regimentais aplicáveis a toda a comunidade acadêmica.

4. POLÍTICA DE GENTE

Como em todos os elementos fundamentais do presente PDI, a política de gente da IES também está impregnada pelos valores fundamentais que norteiam a Faculdade em “reconstrução”. Nesse sentido, destaca-se que uma visão humanista de mundo, que orienta todo o trabalho da Faculdade, passa necessariamente por uma política humanista de gestão de seu corpo de funcionários. Essa visão deve ser concretizada em uma política clara, objetiva, acessível e sempre sujeita a processos de incremento e melhoria.

A Faculdade, então, buscará sempre realizar sua política de gente com o respeito integral a todas as normativas estatais pertinentes, bem como em atenção aos mais altos valores éticos e humanísticos.

Essa política de gente está materializada documentalmente nos Planos de Carreira Docente e Administrativo, ambos documentos anexados a esse PDI, razão pela qual, no corpo do presente PDI se houve por bem realizar a explicitação dos grandes aspectos, princípios e critérios dos citados planos e da política de gente, de modo geral.

4.1 Docentes (composição, seleção, treinamento, capacitação e plano de carreira)

Composição. A nova gestão comporá o corpo docente da IES, tendo em vista a análise dos currículos e aderência dos professores que nela já estavam devidamente alocados antes da transferência de manutenção.

Somar-se-á a estes, corpo docente composto por professores todos com excepcional formação profissional, larga experiência acadêmica e titulação e regime de trabalho condizentes com os ambiciosos objetivos da Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin .

Nesse sentido, a composição do corpo docente sempre priorizará a formação em nível de mestrado e doutorado, a articulação do ensino com atividades de pesquisa e a possibilidade de dedicação para a atividade acadêmica para além da sala de aula.

Seleção. A seleção de professores, disciplinada no Regimento e no Plano de Carreiras, terá sempre como objetivo fundamental o enriquecimento do corpo docente, razão pela qual deverão ser incentivados sempre mecanismos capazes de dar visibilidade aos processos seletivos, bem como permitir uma participação ampliada de candidatos. A visibilidade e a abertura dos processos seletivos, todavia, deverão sempre ser ponderadas e contextualizadas a cada novo processo seletivo, cabendo ao CONSUP, de ofício ou por provocação, destacar quais serão os objetivos dos processos seletivos em andamento.

O presente PDI reconhece, sem prejuízo de outros assumidos pela gestão da Faculdade, os seguintes procedimentos para seleção docente (procedimentos esses passíveis de uso alternativo ou cumulativo):

- ⦿ **Banco de candidatos a professores;**
- ⦿ **Concurso, com necessária publicação de edital;**
- ⦿ **Prova de aula;**
- ⦿ **Entrevista;**
- ⦿ **Análise de currículo.**

Caberá ao CONSUP a aprovação dos critérios a serem utilizados a cada novo processo de contratação.

Treinamento. Sem prejuízo do perfil de docente contratado, o presente PDI entende como obrigatório que todo professor contratado deva passar por processo de treinamento e ambientação, no qual, para além de outros objetivos definidos pela gestão da Faculdade, serão tratados os seguintes pontos:

- ⦿ **Apresentação do PPI da IES e do PPC do curso;**
- ⦿ **Plano de Carreira e Regimento da IES;**
- ⦿ **Sistemas e Ferramentas pedagógico-acadêmicas;** ⦿ **Sistemas e Ferramentas de Recursos Humanos.**

O citado treinamento tem em especial dois objetivos: i) garantir a unidade e coerência dos projetos pedagógicos, sem prejuízo do respeito a liberdades epistemológicas, ideológicas e de cátedra; e ii) permitir ao professor conhecimento claro das regras e direitos como funcionário.

Qualificação. Caberá a gestão acadêmica da IES, estimulada pela alta gestão, conceber calendário anual com práticas e procedimentos de qualificação docente. Essas práticas e procedimentos que deverão estar articuladas com os grandes objetivos de gestão do corpo docente, razão pela qual é fundamental a participação ativa dos Coordenadores de curso na política de qualificação.

A política de qualificação englobará necessariamente as seguintes dimensões:

- ⊙ **Implementação de bolsas e incentivos para qualificação;**
- ⊙ **Realização de Fóruns, Seminários e Encontros docentes para aperfeiçoamento e troca de experiências;**
- ⊙ **Avaliação da atuação docente, conduzida necessariamente pela CPA da IES, com igual necessidade de devolução construtiva individual para os professores dos dados levantados.**

Plano de Carreira. O Plano de Carreira, cuja integra está anexada a este PDI, está pautado na publicidade de seus critérios e está apoiado nos princípios de mérito e de antiguidade para suas movimentações. Nesse sentido, as seguintes dimensões devem ser destacadas:

Regime de Trabalho. IES assumirá as seguintes possibilidades de regime de trabalho:

- a) Tutor;
- b) Professor horista;
- c) Professor em tempo parcial;
- d) Professor em tempo integral;
- e) Professor em tempo integral com dedicação exclusiva;

Classe. A IES admitirá as seguintes classes de professor/funcionário acadêmico:

- a) Tutor, figura participante dos processos didáticos do ensino em EAD;

-
- | | |
|--|-----------|
| b) Professor | Auxiliar, |
| classe de ingresso na IES, como professor; | |
| c) Professor Assistente, promoção da classe anterior de auxiliar, segundo critérios do plano de carreira, com requisito de titulação mínima de mestrado; | |
| d) Professor adjunto, promoção da classe anterior de assistente, segundo critérios do plano de carreira, com requisito de titulação mínima de doutor; | |
| e) Professor titular, promoção da classe anterior de adjunto, segundo critérios do plano de carreira. | |

Titulação e remuneração. Qualquer que seja o regime ou a classe de um professor, aquele que possuir titulação de mestre fará jus a adicional de 5% (cinco por cento) sobre sua remuneração; enquanto, segundo mesma lógica, aquele possuir titulação de doutor fará jus a adicional de 10% (dez por cento) sobre sua remuneração.

4.2. Corpo Técnico-Administrativo

O corpo técnico-administrativo da Faculdade está formado por todos os profissionais não docentes e que atuam na administração e/ou no suporte ao funcionamento da Faculdade, de seus cursos e suas demais atividades.

O plano de carreira administrativo está anexado ao presente PDI e, para além de todas as regras ali previstas, prevalecem na política do corpo técnico-administrativo a preocupação com a geração de engajamento desse corpo de funcionários, o que se dá pelo estímulo à capacitação e à possibilidade de aproveitamento em recrutamentos internos para preenchimento das vagas existentes.

A Faculdade preocupa-se também com o desenvolvimento profissional continuado de seus funcionários através de políticas e estratégias de formação e qualificação. Nesse sentido, segundo critérios do plano de carreira e decisão do CONSUP, a IES deverá adotar as seguintes estratégias para a qualificação dos seus funcionários:

- ⦿ **Implementação de calendário anual de treinamentos e cursos destinados aos funcionários administrativos;**
- ⦿ **Política de bolsa em cursos de graduação, segundo critérios de vagas e seleção;**
- ⦿ **Política de incentivo à educação continuada.**

A Faculdade também desenvolverá obrigatoriamente procedimentos de treinamento e ambientação para novos funcionários administrativos, com especial atenção para o conhecimento do Regimento, Plano de Carreira e ferramentas e sistemas de Recursos Humanos. Por fim, a política de avaliação conduzida pela CPA incluirá a avaliação dos cargos e funções administrativas, com a necessária devolutiva individual e construtiva dos resultados.

5. COMUNICAÇÃO

ATENDIMENTO E

5.1. Discentes e Egressos

5.1.1 Ingresso

O ingresso na Faculdade se dará pelas formas admitidas pela legislação e pelo Regimento e será definida para cada situação através de edital ou outro meio formal competente. Sem prejuízo da forma que será definida em cada edital, a Faculdade tentará conjugar nos seus processos seletivos sempre a meritocracia e a responsabilidade social.

Como dito, caberão aos Editais específicos, que deverão ser aprovados pelo Conselho de Epolitica de exnsino, a definição das formas de ingresso, mas os seguintes pontos deverão ser observados:

O ingresso na Graduação poderá conjugar formas alternativas e não excludentes de ingresso, tais como: vestibular, ENEM, reingresso, transferência externa (TE), matrícula de portadores de diploma (MSV) e convênios culturais com outras Instituições de Ensino etc;

O ingresso na Pós-graduação contará sempre com Edital específico, sendo no caso da Residência Médica, edital exclusivo;

O ingresso na extensão e cursos livres deverá assumir forma simplificada, capaz de cumprir o objetivo de permitir de que a Faculdade tenha “portas abertas” para a comunidade.

5.1.2 Canais de Atendimento (sistemas, e-mails e ferramentas, secretaria de alunos)

O atendimento aos alunos e a comunicação com os mesmos se dará pela articulação de espaços e meios físicos e espaços e meios digitais/virtuais. Nesse sentido, os seguintes pontos serão desenvolvidos e implementados.

Secretaria de alunos. A Secretaria de alunos existirá como espaço de contato e centro de referência fundamental dos alunos para realização de comunicações, cadastros, registros e solicitações. Com isso, é esperado que a secretaria possa se converter em verdadeiro espaço de relacionamento, no qual a Secretaria geral, além de cumprir a essencial função de guarda do acervo acadêmico da IES também possa desenvolver papel importante no controle de aspectos de qualidade do relacionamento com os alunos, como, por exemplo: tempo e

qualidade na resposta de requerimentos. A Secretaria é ainda o espaço central no qual os alunos buscam elucidar dúvidas que porventura tenham sobre aspectos administrativos fundamentais, como seus boletos ou manuseio do sistema acadêmico.

Coordenação de Curso. Para além de todas as funções centrais e essenciais desempenhadas pelo Coordenador, é esperado que a Coordenação de curso desempenhe papel incontornável na comunicação dos alunos. Assim, a Faculdade assume uma determinada visão da relação coordenador e aluno, na qual é entendido como parte da agenda do coordenador momentos de atendimento aos alunos, em grupo e individualmente. A Faculdade, portanto, proporcionará a possibilidade de “atendimento agendado” com o coordenador aos alunos do curso. Esse atendimento, naturalmente, deverá guardar proporcionalidade com a carga-horária dos coordenadores. O atendimento agendado não privará o coordenador da liberdade de pôr em práticas outras formas e estratégias de comunicação com o corpo discente que entender adequadas.

Murais, jornais e meios físicos de comunicação. A Faculdade, sem ignorar o momento e espírito do tempo em que se vive, no qual as formas virtuais e digitais de comunicação alcançaram estágio extraordinário, terá a preocupação de articular essas formas de comunicação com outras mais tradicionais, sempre com o objetivo de comunicar da maneira ampla e eficaz possível. Objetivamente, é esperado da Faculdade que a mesma promova e garanta formas tradicionais de comunicação, como os murais, por exemplo, que deverão estar disponíveis para a gestão da IES, os coordenadores, a CPA, os alunos etc. Dessa forma, a Faculdade manterá uma comunicação permanente através de murais e outros meios físicos, sempre primando pela clareza, objetividade e pluralidade na circulação de informações.

Sistema Acadêmico. O sistema acadêmico funcionará não apenas como repositório da matrícula de cada aluno para o semestre em curso, mas também deverá assumir a forma de ferramenta e plataforma de comunicação das mais diversas maneiras. Nesse sentido, a Faculdade empreenderá esforços para que seu sistema acadêmico se constitua em prazo razoável em verdadeiro campus virtual, tanto para fins acadêmicos quanto para fins administrativos e financeiros (requerimentos, boletos, matrículas etc). O futuro campus virtual funcionará ainda como importante espaço de divulgação dos mais diversos assuntos e temas de interesse, do aluno e da comunidade acadêmica e administrativa de modo geral: eventos, programações, calendários, cursos, políticas, documentos, acontecimentos extraordinários etc.

Ferramentas de comunicação (sms, e-mails e redes sociais). Para dar conta dos mais diversos propósitos, a Faculdade lançará mão de ferramentas como i) *email* marketing, que serão utilizados para variados conteúdos de informação, mas sempre de forma ética apenas para aqueles que concordarem com tal forma de contato; ii) SMS, forma de comunicação para assuntos extraordinárias ou cujo tempo de impacto precisa ser rápido, como

cancelamento de atividades, por exemplo; iii) redes e mídias sociais (*facebook*, *twitter* e *youtube*), a Faculdade destinará esforços para estar presente e para utilizar tais meios de comunicação da maneiras mais ampla, propositiva e criativa possível, objetivando uma aproximação com o aluno e com a comunidade de modo geral.

5.1.3 Bolsas

A política de bolsa da Faculdade estará destinada a dar conta de uma tripla preocupação: a) responsabilidade social, entendido aqui como a criação de oportunidades para que alunos das mais diversas origens socioeconômicas possam ingressar em seus quadros; b) meritocracia acadêmica, reconhecendo e incentivando desempenho acadêmico destacado; c) combate à evasão de origem financeira, que trata da criação de meios para que o aluno não precise abandonar o seu curso.

Dessa forma, a Faculdade, já nos seus três primeiros anos se engajará em implementar as seguintes bolsas e políticas:

- a) **PROUNI;**
- b) **FIES;**
- c) **Bolsa própria de mérito acadêmico;**
- d) **Bolsa de apoio à pesquisa e à extensão;**
- e) **Bolsa para aluno-funcionário;**

As bolsas citadas acima terão suas quantidades e critérios sempre disponibilizados de forma ampla, clara e com antecedência adequada em documentos próprios pertinentes. Ainda, para além das comissões para cuidado com bolsas de origem em políticas públicas, como PROUNI, por exemplo, a Faculdade fornecerá treinamento adequado para que os mais diversos canais de atendimento dominem as políticas e as ferramentas para correta orientação dos alunos. A gestão da Faculdade, com a autorização do Conselho Superior, poderá incrementar a política de bolsas da Faculdade.

5.1.4 Nivelamento e Apoio Psico-Pedagógico

Já no segundo semestre de funcionamento da Faculdade será colocada em prática política e estratégia de nivelamento que terá como eixos fundamentais:

- a) Análise textual;
- b) Matemática;
- c) Tecnologia da Informação;
- d) Biologia.

Os eixos acima serão concretizados através de cursos, materiais e ferramentas disponibilizadas sempre de maneira gratuita para os alunos. E ainda, sem prejuízo dos eixos acima, o corpo docente de cada curso, através da respectiva coordenação, informará à gestão acadêmica que estratégias adicionais de nivelamento deverão ser implementadas de acordo com a realidade concreta dos alunos de cada curso.

A coordenação do programa de nivelamento será uma das atribuições do NAP, Núcleo de Apoio Pedagógico. Além do nivelamento, o NAP funcionará como centro de referência de alunos e professores para debate, orientação e auxílio na superação de obstáculos e dificuldades que atrapalhem o desenvolvimento pedagógico.

O NAP atuará através de cursos, encontros, palestras e seminários, tanto para alunos quanto para professores, além da disponibilização de agenda para encontros individuais ou em grupo, que poderão acontecer através de iniciativa do indivíduo ou por provocação de um ator que apresentará ao NAP uma necessidade de intervenção. O NAP servirá também como agente facilitador de relações entre alunos; alunos e professores; alunos e funcionários; e professores e demais funcionários.

O NAP será coordenado por profissional habilitado e com destacada experiência com o tema e deverá produzir relatórios anuais para registro e fomento de políticas pela Faculdade. O NAP terá o seu agir pautado pela estrita observância das regras e princípios éticos pertinentes aos temas que trata.

Em tempo, caberá ao NAP o treinamento e a supervisão dos profissionais da Faculdade no que se refere aos alunos com necessidades especiais. Atenta aos mandamentos mais atuais, a Faculdade divulgará de forma ampla sua política de acessibilidade e fornecerá os meios, sempre com a competente supervisão do NAP, para que os alunos com necessidades especiais possam estar plenamente integrados ao corpo estudantil. Apenas como um exemplo dessa política, caberá ao NAP a seleção e alocação dos interpretes de libras.

5.1.5 Monitoria

Ao final do primeiro ano deste PDI Faculdade lançará processo seletivo de monitores, através de edital específico a ser elaborado com a participação do corpo docente. A monitoria existirá como uma estratégia pedagógica que terá como foco não apenas o aluno-

monitor, que deverá apresentar ganhos para sua própria formação, mas também os demais alunos que deverão necessariamente ser envolvidos em atividades com o aluno-monitor.

Os monitores serão escolhidos por concurso, para atuação junto ao professor(es) orientador(es), que deverá apresentar ao final de cada ano relatório sobre as atividades e desempenho do monitor.

5.1.6 Estágio

A política de estágio da Faculdade estará orientada para quatro grandes objetivos:

- 1. Disponibilização ampla de oportunidades de vagas para alunos.**
A Faculdade disponibilizará de maneira permanente um canal de informações sobre as oportunidades existentes, bem como trará como meta de seus gestores a busca por oportunidades de estágio para seus alunos.
- 2. Controle rígido de documentação, contratos e relatórios das atividades dos alunos.** A Secretaria, apoiada pelas coordenações de curso, manterá um controle permanente e passível de auditoria de toda a documentação referente a qualquer aluno engajado em atividade de estágio, bem como deverá proporcionar de maneira ágil os meios formais e documentais para que os alunos se engajem em atividades de estágio.
- 3. Articulação do estágio – obrigatório ou não – com os projetos pedagógicos de curso.** Os gestores acadêmicos, professores e alunos deverão perceber a atividade do estágio como parte fundamental da formação dos alunos, o que significa, mesmo para os estágios não obrigatórios, que as atividades de estágio devem se relacionar permanentemente com os objetivos, estratégias e metodologias do curso. O estágio também deverá

se relacionar [redacted] com o perfil do egresso pretendido por cada um dos cursos.

4. **Como quarto objetivo, a Faculdade buscará ter o cenários de prática como seu *locus privilegiado* e preferencial de atividades de estágio.** Nesse sentido, a Faculdade nasce com um estupendo diferencial que é a possibilidade de contar com um equipamento extraordinário e com um conjunto de profissionais extremamente qualificado. Caberá à gestão acadêmica e aos coordenadores utilizarem esse espaço singular da maneira mais efetiva possível, trazendo com isso benefício destacado para formação dos alunos.

5.1.7 Relacionamento com egresso

A Faculdade percebe a importância fundamental de se manter um canal ativo e permanente com seus futuros ex-alunos. Esse relacionamento tem vários objetivos e traz consequências destacáveis para a Faculdade. De início, o relacionamento com os egressos passa por medir em que nível e em que sentido os objetivos traçados para o perfil do egresso foram concretizados e recebidos pelo mercado de trabalho. O relacionamento com os egressos permitirá à Faculdade criticar e atualizar seu projeto de formação a partir do retorno dado por esses egressos.

O contato permanente com os egressos se faz também importante na medida em que a educação continuada é um dos objetivos da Faculdade, e a cultura de que a formação existe como processo permanente passa, também, por estimular e permitir que egressos continuem investindo em suas formações.

Da mesma maneira, o relacionamento com egresso importa para fomento da identidade e da cultura de pertencimento dos ex-alunos e dos atuais alunos, na medida em que a relação entre ambos pode estimular um vínculo e uma percepção de continuidade do corpo de alunos através do tempo. Essa cultura importa para a continuidade da Faculdade e estimula também a identidade tão importante para qualquer IES. Nesse sentido, a gestão da Faculdade colocará em prática os seguintes pontos:

- **Criação de espaço no site destinado aos egressos;**
- **Produção de conteúdo e informações voltados aos egressos;**
- **Comunicação ativa com os egressos;**

- **Realização de eventos e encontros de egressos;**
- **Realização de pesquisas e outras formas de monitoramento de atividades dos egressos.**

5.2 Funcionários

5.2.1 Sistemas, serviços e canais de comunicação

A comunicação com os funcionários estará pautada pelos princípios da ampla publicidade, da simplicidade e da agilidade. O primeiro significa que os funcionários deverão ter acesso aos conteúdos e meios de informação sobre os mais diversos tópicos. Nesse sentido, os diversos departamentos e setores deverão sempre produzir a mais ampla comunicação de suas atividades, bem como das decisões que impactem os funcionários.

Por simplicidade, a comunicação deverá estar disponível sem maiores liturgias ou formalidades para os funcionários, que deverão se sentir livres e seguros para buscarem conhecer os assuntos, temas e documentos de seu interesse. Por último, a agilidade pretende que os funcionários conheçam os meios físicos e eletrônicos (como sites, requerimentos, emails etc) disponíveis para acesso às informações e às solicitações.

Do ponto de vista ativo, a gestão da Faculdade deverá publicar nos mais diversos meios e com a frequência adequada as informações, decisões e produções de documentos que impactem a atuação dos funcionários.

Em tempo, será implantada Ouvidoria em conformidade com os parâmetros mais avançados para o tema.

5.3 Comunidade e Atores de Interesse

A Faculdade terá como uma preocupação fundamental a comunicação para além dos seus muros, o que deverá se concretizar pela construção de um site com linguagem e espaço capazes de se comunicar com o público externo (não apenas para possíveis candidatos) e com interlocutores de interesse. Essa comunicação para fora deve estar atenta para três questões:

- a) Produção de conteúdo voltado ao público externo, incluídas oportunidades de participação em eventos, cursos e atividades;
- b) Disponibilização com clareza de informações relevantes, entre as quais, setores e departamentos da faculdade;
- c) Disponibilização de formas claras e eficientes de contatos para públicos que não apenas possíveis candidatos.

A comunicação se dará também através de mídias e redes sociais, bem como a mídia tradicional, e deverá estar atenta a necessidade de que se comunique não apenas com possíveis candidatos. De todo modo, a comunicação com possíveis candidatos não poderá ser negligenciada, o que significará a dedicação de setores específicos atentos a formas e meios de se atingir o público em questão.

5.3.1 Participação em Fóruns, Grupos e Associações

A Faculdade surge com a pretensão de existir e atuar como um ator de destaque e relevante na educação. A Faculdade sabe também que embora a relevância possa existir como atributo individual a mesma se realiza, em geral, coletivamente, razão pela qual o presente PDI prescreve que a gestão e os atores da Faculdade deverão se engajar nos mais diversos espaços coletivos de atuação. Esse engajamento enriquecerá a Faculdade, mas também permitirá que a mesma contribua de maneira mais eficiente para o sistema como um todo.

5.3.2 Interlocução e abertura para participação de atores sociais na IES

A Faculdade se estruturará para permitir uma interlocução e uma atuação interna de grupos e atores da sociedade civil. A primeira forma dessa atuação se dará através da participação permanente nos Conselhos Superiores e na CPA da Faculdade de representantes da sociedade civil. Mas, para além dessa participação, a Faculdade deverá permitir que esses mesmos atores e grupos possam ter na Faculdade um espaço de atuação e utilização para assuntos de interesse social e da Faculdade.

6. SOCIOAMBIENTAIS

COMPROMISSOS

A Faculdade estará guiada por uma visão ética de atuação, o que significa dizer que a faculdade reconhece a necessidade de pautar suas ações e suas escolhas a partir de uma reflexão que tenha em conta o impacto das mesmas para com o outro - que pode ser um indivíduo, um grupo ou um coletivo e, ainda, outras instituições, tanto do presente quanto do futuro. Assim, é certo que essa visão estará apoiada nos seguintes pontos:

1. **Responsabilidade para com a comunidade local.** A faculdade reconhece e pretende ter um agir que gere impacto da comunidade na qual atua. Esse impacto deverá se traduzir em eventos, atividades, cursos e produções de conteúdos que tenham como destinatário predileto as comunidades de interação da Faculdade. Isto é, sem prejuízo de ter referências na humanidade e nos grupos mais amplos, a Faculdade estará orientada para uma preocupação de produzir resultados locais concretos;
2. **Sustentabilidade e educação ambiental como eixo determinante.** A Faculdade deverá impregnar suas práticas, mesmo aquelas específicas de sala de aula, com uma visão de sustentabilidade, que é a responsabilidade no uso dos recursos e possibilidades da atualidade tendo em vista a não diminuição ou deterioração das possibilidades das gerações futuras, e com uma preocupação holística com o meio ambiente. Isso significa lançar sobre si mesmo um duplo desafio: a) orientar suas práticas, ações e escolhas por esses parâmetros; e b) como casa da produção de conhecimento e da Educação, fazer uso de ofício e desse mandato para contribuir no avanço da cultura de sustentabilidade e cuidado com o meio ambiente.
3. **Interação e articulação de políticas e práticas com instituições parceiras.** Sempre orientada por uma visão de não desperdício de experiência e de possibilidade, aqui também a Faculdade poderá assumir grande êxito da intensa e profícua agenda de responsabilidade social hoje realizada pelo Hospital e sua Mantenedora.

A partir desses pontos, o presente PDI prescreve para a Faculdade os seguintes compromissos:

- a) Criar equipe multidisciplinar e intersetorial de responsabilidade socioambiental – 2023;**
- b) Publicar agenda de cursos, eventos e atividades para públicos interno e externo sobre os temas aqui relacionados – anual, a partir de 2022;**
- c) Firmar parcerias e convênios com instituições focadas no tema – a partir de 2023;**
- d) Desenvolver plano de ação para sustentabilidade do campus (energia elétrica, água e demais recursos, resíduos, sinalização etc) – 2023;**
- e) Desenvolver código de relacionamento sustentável com parceiros – 2019;**
- f) Publicar relatório anual de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental – anual, a partir de 2023.**
- g) Inserir nos programas, cursos e treinamentos acadêmicos conteúdos e práticas relacionadas ao tema – a partir de 2022.**

Como afirmado, o conjunto de compromissos acima destacados estão orientados não apenas para que a Faculdade exista em si mesmo de modo sustentável e orientada por valores e práticas de responsabilidade socioambiental, mas antes, como casa de Educação, cabe à Faculdade contribuir para que esses mesmos valores e práticas possam ter alcance e propagação significativos nas comunidades locais e na sociedade de modo geral.

6.2 Política de Inclusão e Acessibilidade e grupos com deficiência

As questões que se relacionam ao objetivo de se desenvolver uma política de inclusão e de acessibilidade estão espalhadas pelo texto e conjunto de compromissos do PDI. Nesse sentido, como exemplo, a política de bolsa da Faculdades e o funcionamento do NAP, ambos

já discutidos no presente política de inclusão e de PDI, integram o conjunto maior da acessibilidade da Faculdade. Porém, não obstante essa impregnação desses temas nesse documento, a Faculdade entende por bem relacionar aqui os seguintes compromissos, para os próximos cinco anos:

- a) Garantir ampla divulgação e acesso à sua política de bolsas;**
- b) Possuir agenda e calendário de atividades relacionadas ao tema da inclusão;**
- c) Estruturar o NAP para efetiva atuação nas questões de inclusão e acessibilidade;**
- d) Possuir plano de ação permanente para completa adequação dos espaços às exigências de acessibilidade;**
- e) Aprovar anualmente linha de investimento em infraestrutura relacionado ao tema da acessibilidade;**
- f) Promover treinamento semestral de funcionários para os temas da inclusão e da acessibilidade.**

Os compromissos acima são permanentes, isto é, devem ser implementados já no primeiro semestre de funcionamento da Faculdade (alguns deles, como adequação predial à acessibilidade, já deverão ser efetivos no credenciamento) e deverão estar em permanente execução e atualização durante o período de vigência desse PDI.

7. INFRAESTRUTURA

Um dos objetivos da IES, presentes em seu PDI e estabelecido em seu Regimento Interno no art. 4º, VIII é consolidar-se como referência em infraestrutura na educação superior. Nesse sentido, buscou-se para a alocação do campus da IES, um espaço privilegiado e vocacionado.

O campus encontra-se localizado em um Shopping recentemente retrofitado, o Venâncio 2000, dotado de ampla infraestrutura de alimentação e serviços os mais variados, além de espaços de atendimentos médicos e odontológicos.

Servido por farta rede de transporte público, também conta com segurança para nossos discentes e docentes, além de estacionamento.

Dos 2600 metros quadrados de área locada para a mantenedora, 1900 metros quadrados estão cuidadosamente preparados para receber com excelência, sustentabilidade, acessibilidade e inovação os cursos do portfólio .

Passa-se agora à descrição dos espaços vocacionados.

7.1. Espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral

O espaço dedicado ao trabalho e estudo dos Professores de Tempo Integral viabiliza ações acadêmicas de planejamento didático-pedagógico, atendendo às necessidades institucionais. Possui recursos de tecnologia da informação e comunicação apropriados. A sala de trabalho possui aproximadamente 20 metros quadrados exclusiva aos professores com tempo integral.

Este espaço disponibiliza 6 estações individuais de trabalho, com computador de última geração¹¹ (novos), internet, wi-fi e ligação para impressora, disponível para o uso dos docentes.

Garantem a privacidade para uso dos recursos para atendimento a discentes e orientandos que também pode ser feito em uma sala dedicada à orientação acadêmica que conta com mesas de reunião de pequenos grupos, estante, climatização e computador.

O espaço é amplo, climatizado, com iluminação adequada, mobiliário apropriado, atende aos requisitos de acessibilidade e está em excelente estado de conservação (mobiliário novo) e limpeza, propiciando um ambiente adequado à convivência com os colegas e para a execução de atividades afetas à rotina acadêmica.

Cada professor que atuará em regime de tempo integral terá seu armário com chaves, garantindo a guarda de seus materiais e equipamentos com segurança.

¹¹ Processador: Intel® Core™ i3; Windows 10 Pro de 64 bits - Português (Brasil); 8GB de Memória RAM; SSD de 128GB; Wireless; Monitor LED 19,5 Teclado com fio; Mouse com fio; Software Segurança McAfee Small Business Security; Pacote Office; Equipamentos Novos, primeiro uso.

7.2. Espaço de Coordenador

Trabalho para o

As Coordenações de Curso da ESAS contam com **sala privativa**, próxima das salas de aula, sala do NDE, do NAP, sala dos professores, sala destinada aos docentes em regime de trabalho em tempo integral, dentre outras.

A sala do(a) Coordenador(a) **viabiliza** ações acadêmico-administrativas, possui **equipamentos adequados**, atende aos requisitos de acessibilidade, e conta com computador, impressora ligada na rede, armário com chaves que permite a guarda de equipamentos e materiais pessoais com segurança. Conta com banheiro privativo.

A sala da coordenação permite o atendimento com privacidade aos discentes e docentes, seja individualizado ou em grupo, de acordo com a demanda da questão trazida à coordenação.

7.3. Sala Coletiva de Professores

A IES entende que a sala dos professores deve ser ambiente agradável, acolhedor e que permita que os docentes desenvolvam suas atividades acadêmicas de planejamento didático-pedagógico e também propiciem conforto e lazer.

Nesse sentido, a sala dos professores da Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin dispõe de aproximadamente 90 metros quadrados. Viabiliza o trabalho docente uma vez que possui mobiliário adequado composto mesa de trabalho coletiva e estações de trabalho individuais.

Possui recursos de tecnologia da informação, com acessibilidade. São 05 computadores dedicados aos docentes, conectados a internet e com acessibilidade. Uma estação de trabalho é especialmente dedicada aos docentes com deficiência, dotada de teclado em braile, DOSVOX, fone de ouvido e altura compatível para o acesso de cadeiras de rodas. Impressora colorida ligada em rede.

Permite o descanso e atividades de lazer, vez que disponibiliza wi-fi, sala de estar, com sofás, tapete, poltronas e Smart TV conectada à internet, com assinatura dos principais streamings. Fora pensado também em uma ante sala para descanso, convivência e pequenas refeições (além da copa disponibilizada) e de ilhas de relaxamento para jogos de tabuleiro como xadrez e dama e jogo de dominó.

Possui apoio técnico-administrativo próprio, nossa assessoria acadêmica que atua como suporte nas principais demandas dos docentes como materiais para as aulas, preparação de arquivos enviados para impressão, agendamento de salas de reunião, avisos, dentre outras demandas.

Pode ainda ser citado um espaço verde interno, na forma de jardim vertical, que confere ao ambiente acolhimento e humanização proporcionando conforto e bem-estar aos seus usuários.

Dispõe ainda de escaninhos individualizados e com chave para cada docente de modo que possa fazer a guarda de equipamentos e materiais com segurança.

Para maior comodidade, os docentes contam com banheiro masculino, feminino e PCD de uso exclusivo.

7.4. Salas de Aula

Todas as salas da ESAS são amplas, possuem iluminação artificial adequada, climatizadas e higienização, em perfeito estado de uso (novos), condições de acessibilidade, quadro branco e equipamentos de multimídia.

O mobiliário disponível à comunidade acadêmica dos Cursos está de acordo com o necessário para garantir o adequado cumprimento dos objetivos pedagógicos constantes no presente Projeto Pedagógico. Estão dessa forma sinalizadas:

Sala de Ideias: sala destinada às aulas cuja metodologia demanda a organização em pequenos grupos, para além de mobiliário flexível que permite várias formas de acomodação dos discentes de modo que possam estimular sua criatividade, trabalho em equipe e flexibilidade. A destinação de tal sala não se restringe às aulas ou atividades mediadas por docentes, podendo ser utilizadas em reuniões, organizações e pequenos grupos discentes, desde que previamente agendada, podendo ser entendida como espaço de *brain storm* de toda a comunidade acadêmica.

Sala Híbrida 1: tal sala fora concebida com sistema de áudio e vídeo que permite videoconferência nas quais o discente, única e exclusivamente, impossibilitado de frequentar a IES e demande um regime de acompanhamento especial previsto no “Protocolo de Saúde”, tenha a oportunidade de acompanhar a dinâmica das aulas, ouvindo não apenas o professor, mas também seus colegas com qualidade e podendo por eles ser ouvido. A ideia é que essa sala rompa as barreiras do distanciamento físico e possa acolher o discente que esteja nos casos do protocolo de saúde e/ou acompanhamento especial, trazendo-o para a dinâmica da sala de aula. Para além das questões de tecnologia da informação, a sala híbrida também fora pensada com mobiliário flexível que estimule a criatividade e o trabalho em grupo. Os equipamentos multimídias são duplicados de modo a atender o acompanhamento das projeções de forma confortável pelo discente.

São equipadas com dois quadros em lados opostos de modo a permitir maior mobilidade do docente e discente que quebra o paradigma de uma sala tradicional na qual todos estão enfileirados voltados para o quadro.

Também para desenvolver a criatividade, autonomia e, porque não, a liderança dos discentes, uma parede foi inteiramente projetada com tinta específica para escrita de modo que ali os discentes possam registrar seus insights, sugestões, questões no decorrer da aula.

A sala conta com número significativo de fontes de energia de modo que os discentes possam carregar e utilizar com conforto, dentro das regras estabelecidas pelo docente, seus equipamentos mobiles, seja smartphone, tablet ou laptop.

Esta sala está estruturada com mobiliário de bancadas compartilhadas, com cabeamento para energia e que propiciam o desenvolvimento de trabalho em equipe.

Todas as salas de aula da Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin possuem wifi, Smart TV para projeção de apresentações e outros recursos multimídias, estrutura de conforto e tecnologia para os docentes.

A manutenção e conservação das instalações físicas serão realizadas sistematicamente por empresa contratada para esse fim, associados aos Planos de Manutenção Preventiva e Corretiva da IES.

7.5. Auditório

A Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin conta com 01 (um) auditório com capacidade para 80 (oitenta) pessoas, dispostas em diferentes níveis de modo a facilitar a acústica e visualização do evento, devidamente equipado com:

- ⦿ **equipamento de áudio/ sistema de som digital (caixas de som, mesa de som, microfones);**
- ⦿ **equipamento de computação (microcomputador);**

- ⦿ **projektor multimídia (data show, projetores);**

- ⦿ **climatização;**

- ⦿ **cadeiras estofadas, sendo duas reservadas a pessoas obesas e espaço reservado para pessoas com deficiência física/limitações**
- ⦿ **tribuna.**

O espaço atende eficientemente em relação a ventilação, acessibilidade, conforto, iluminação e acústica apropriada aos seus fins e é limpo diariamente por uma equipe especializada, tornando o local adequado às atividades desenvolvidas. Além do acesso pelo interior da IES, conta com acesso externo, cuidadosamente pensado para eventos abertos à comunidade como palestras, semanas científicas, além dos projetos extensionistas.

Ademais, como acontece com outros setores da instituição, o Setor de Tecnologia e seus equipamentos são constantemente avaliados no que tange a adequação, qualidade e pertinência dos serviços prestados.

7.6. Biblioteca

A Biblioteca da IES conta com uma área aproximada de 120m², suficiente para atender com conforto e modernidade os da Graduação.

Ciente das necessidades de seu tempo e do perfil dos atuais discentes, a IES decidiu por inovar e operar uma biblioteca 100% digital, com o acervo que melhor atende aos cursos, o acervo da “Minha Biblioteca” devidamente contratado, conforme poderá ser analisado in loco.

A biblioteca fora pensada com diferentes espaços de estudo de modo a atender os diferentes perfis de discentes e às diferentes formas de aprender. Nesse sentido, conta com:

- ⦿ Bibliotecária dedicada ao atendimento e orientação técnica aos discentes. A ela fora reservado um espaço na recepção com computador, mesa, cadeira e arquivo.
- ⦿ Estação de Estudo Individual: são 08 estações que garantem individualidade e privacidade aos alunos
- ⦿ Estação de acesso ao acervo: 08 estações com computadores novos (primeiro uso), com acesso à internet e logados à “Minha Biblioteca”
- ⦿ Salas de Estudo Coletivo: são 04 salas climatizadas que garantem estudos de pequenos grupos com toda infraestrutura necessária como: mesa de reunião, cadeiras, computador e smart tv para projeção e acesso a conteúdos acadêmicos da internet.
- ⦿ Mesas de Estudo Compartilhado
- ⦿ Poltronas de Leitura

Todo acervo referente aos títulos indicados nas bibliografias básicas e complementares se encontra em base digital com o acervo que possui cerca de 10.000 títulos ativos. Neste sentido, o acesso à base de dados que contém o acervo da Biblioteca pode ser feito por terminais de computadores instalados em cabines individuais ou pela internet, no site da instituição ou ainda através de aplicativo disponibilizado aos acadêmicos, para acesso remoto.

Os alunos ainda contarão com a base de dados de pesquisa assinada pela IES, em fase final de contratação, que será uma forma eficiente de encontrar e acessar periódicos, revistas, jornais, livros e outras fontes, para além de validar as exigências de metodologias inovadoras.

Nesse viés, a IES adota um plano de contingência para garantir, continuamente, o acesso aos serviços prestados.

A bibliografia básica e complementar do curso está prevista no Projeto Pedagógico, sendo composta de no mínimo três títulos por unidade curricular para as básicas e cinco títulos para as complementares. Elas serão sempre definidas pelo professor da disciplina, validadas pelo NDE, e deverá estar em conformidade com às unidades curriculares e com os conteúdos descritos no Projeto Pedagógico, sendo atualizada semestralmente, após discussões com alunos, professores, coordenador do curso e bibliotecário, que através de processo institucionalizado de atualização do acervo, seguem o procedimento estabelecido.

7.6.1. Bases de Dados (Assinadas pela IES)

Base de Dados (Acesso Aberto)

© ANVISA

© DOAJ: Directory

© Biblioteca Virtual em Saúde – BVS

© Domínio Público

© Biblio.com

© Google Acadêmico

© BDJur

© Gutenberg

© BIOMED

© IBBE

© BNDigital

© LexML

7.7. Sala das Ligas Acadêmicas

O espaço destinado as Ligas Acadêmicas se insere no coração da IES, em ambiente que converge à biblioteca, favorecendo dessa forma o fomento na busca aprofundamento de saberes contidos na matriz curricular ou mesmo extrapolando e superando a mesma, na busca de descortinamento de horizontes, enriquecendo a formação acadêmica e proporcionando uma devolutiva social, característica desse tipo de atividade indo mais além, apontando possibilidades de projetos extensionistas previstos em diferentes momentos da grade curricular, permitindo dessa forma que o acadêmico possa ser construtor do seu próprio perfil profissional.

Neste espaço os "ligantes" deverão desenvolver atividades diversas que venham auxiliar o processo ensino-aprendizagem: realização de projetos, digitação de trabalhos, relatórios, pesquisas e consultas na Internet, reuniões e recebimento de componentes de ligas de mesmo teor, de outras instituições de ensino.

A sala possui aproximadamente 35m², iluminação adequada, climatização, terminal de computador com acesso à internet e previsão de arquivo destinado a cada uma das ligas que vierem a se constituir.

7.8. Espaço de Convivência

A socialização é um dos meios pelos quais a formação humana pode ocorrer no ensino superior. A partir do contato com o Outro o Eu abre caminho para o conhecimento, já que a relação que acontece entre indivíduos incentiva o diálogo e consequentes aprendizagens.

Os processos de ensino e de aprendizagem estabelecem-se numa relação entre sujeitos aprendentes, objetos a serem conhecidos e o contexto de inserção. Essa relação é mediada pelo professor, que cria ambientes onde ele e o estudante interagem num processo dialético de ação. Sendo assim, os sujeitos envolvidos se transformam por meio de movimentos recursivos em interação a si, com o outro e com o mundo. Nessa perspectiva, o pressuposto pedagógico preconiza que os contextos pedagógicos devem contemplar desafios cognitivos, espaços de troca e a multiplicidade de perspectivas, concepções, abordagens teóricas e diversidade de condições de acesso à informação e à construção do conhecimento. Sob essa abordagem, o estudante é um sujeito ativo, autônomo, comprometido e autor do seu processo de aprendizagem.

Dentro dos conceitos apresentados a IES oferece diferentes espaços acadêmicos para a concretização dos pressupostos decorrentes da socialização, com a capacidade de acolher a sua comunidade e oportunizar desta forma a condução do processo de ensino e de aprendizagem.

7.9. Sala do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Espinha dorsal do curso de graduação, para sua atuação completa, o NDE demanda infraestrutura correta que permita reuniões sobre discussão a respeito do PPC, disciplinas, acompanhamento do curso como um todo.

Para além de sua sala de estudo e planejamento individual enquanto professor TI, o NDE conta com sala de reunião própria, que garante a privacidade da reunião, climatizada, Smart TV e armários que permitem a guarda segura de materiais e equipamentos.

7.10. Sala da Comissão Própria de Avaliação

Com atuação eminentemente coletiva, a CPA demanda espaço que permita suas reuniões, análise de seus relatórios e guarda dos mesmos, além de equipamentos.

Nesse sentido, a sala da CPA da IES é composta por mesa de reunião, computador, armário com chaves e climatização. Foi estrategicamente pensada próxima a uma das áreas de convivência e acesso à coordenação, o que garante sua proximidade com o corpo docente, discente e técnico administrativo.

7.11. Sala de Orientação Acadêmica

Este espaço tem destinação a orientações acadêmicas ou atendimentos de grupos pela coordenação de curso.

Em ambiente climatizado, com iluminação e mobiliário adequados, seja o professor tempo integral com seus orientandos, seja o coordenador com seus grupos de alunos, terão espaço que atende a estas atividades.

8. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

8.1 Compromissos da Mantenedora

Como já destacado ainda na apresentação do presente PDI, a entidade mantenedora da Faculdade será a NIMAB Educacional Ltda

Como se trata de uma IES em credenciamento o primeiro ponto a ser destacado é que a criação dessa Faculdade é uma importante e fundamental decisão estratégica da Mantenedora, e que como decisão estratégica, contará e receberá por parte dessa a garantia de fornecimento de todos os meios, incluídos os financeiros e econômicos, necessários para o credenciamento e posterior funcionamento da Faculdade.

Como Faculdade em credenciamento, a Mantenedora está atenta para o curso normal do chamado plano de negócios ou plano de investimentos, bem como tem conhecimento de todos os detalhes de suas curvas de evolução. De todo modo, as vezes se faz necessário a afirmação do evidente, quais sejam: todo o investimento necessário para que a Faculdade se credencie e alcance a sua maturação serão garantidos pela Mantenedora e, também, a Mantenedora investirá para que a Faculdade não apenas opere, mas opere com excelência.

Caberá a Mantenedora anualmente, articulada com a alta gestão da Faculdade, a aprovação do orçamento e das decisões de impacto financeiro expressivo, e, ainda, a Mantenedora

proporcionará os meios e os treinamentos necessários para que os gestores da Faculdade operem o cotidiano da mesma em conformidade com os mais altos padrões de gestão, assim como faz em todos os campos de sua atuação.

8.2. Balanço

Como dito, a Mantenedora da faculdade, assim como todo o grupo por ela mantido, goza de excepcionais indicadores financeiros, de modo que a sustentabilidade financeira da faculdade será garantida por essa citada robustez. O quadro abaixo apresenta o resumo dos resultados obtidos pela Mantenedora.

8.2.1. Aspectos Psicopedagógicos

O conhecimento é considerado como uma construção contínua em uma relação sujeito-objeto, em que o desenvolvimento não depende apenas do investimento recebido, mas de investimento de cada pessoa envolvida, do seu interesse em construir e reconstruir sua aprendizagem. A aprendizagem se dá de forma dinâmica, sempre relacionando a teoria e a prática.

O fazer psicopedagógico deve permear toda a Instituição e requer olhares e práticas que sejam atuais, que recusem a reprodução estéril de fórmulas e modelos, que se apropriem do dinamismo da rotina acadêmica. A aprendizagem, portanto, é um processo ativo e integral do sujeito na construção do conhecimento, não valendo aqui a transmissão mecânica e descontextualizada. Nesse sentido, o diálogo no processo educativo é essencial para torná-lo dinâmico e promover a interação sujeito e objeto.

O fazer pedagógico consiste no processo de construção e reconstrução da aprendizagem, que se dá nas relações do sujeito consigo mesmo e com os outros, as quais se processam num contexto social e institucional marcado pela história subjetiva e coletiva.

Uma intencionalidade para a aquisição de um novo saber; pressupõe, portanto, um ensino em que se dialoguem com as relações existentes, não quem aprende e quem ensina, mas a crença de que não se pode ensinar corretamente enquanto não se aprende durante a própria tarefa de ensinar. Tal abordagem possui desdobramentos metodológicos e avaliativos, permitindo aos professores, pedagogos e coordenadores, enfim, a todos os atores escolares, o exercício da criatividade, de práticas humanizadas e rigorosas que recusem o assistencialismo, práticas que se pretendam radicais, sem serem, jamais, sectárias.

8.3. Princípios Metodológicos

Didáticos e

Os cursos da Instituição funcionam em regime semestral, sendo o currículo estruturado em Disciplinas de Estudos Básicos, Estudos Específicos e Estudos Profissionalizantes.

As Disciplinas de Estudos Básicos têm uma carga horária que propiciam uma leitura da realidade econômica e social do país e da profissão por meio de modelos normativos teóricos. Também, o aluno tem uma carga horária de disciplinas que lhe permitem entender como os modelos normativos teóricos podem ser operacionalizados no seio das organizações. Essa característica do projeto propicia ao aluno, desde o primeiro ano, o entendimento da natureza do campo de atuação profissional.

A estrutura curricular apresenta também a possibilidade de o aluno cursar no mínimo uma disciplina optativa entre todas as ofertadas nos cursos de graduação.

A Instituição está orientada à busca constante da excelência em qualidade, principalmente pelo fato de o mercado atual assim o exigir, e de o ambiente econômico no país gerar competição e competitividade.

Determinada a conseguir a excelência no ensino, a Instituição buscará manter essas prioridades em seus programas de ação.

8.4. Políticas para a Educação Ambiental

As Políticas de Educação Ambiental foram criadas em conformidade com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, com os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e conforme a determinação da Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.

Entende-se por Educação Ambiental os processos permanentes de aprendizagem e formação individual e coletiva para reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando à melhoria da qualidade da vida e uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra.

A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação de forma articulada e continuada, em todos os níveis e modalidades dos processos educativos: formal e não formal. A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da Política Nacional de Meio Ambiente, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades dos processos de gestão ambiental.

O objetivo destas Políticas é realizar, orientar e fortalecer ações de educação ambiental na sua rica e complexa diversidade, bem como subsidiar todo e qualquer futuro projeto, ação ou programa implantado ou que venha a ser implantado na Instituição. Em sintonia com a Política Nacional de Educação Ambiental, estas Políticas estão pautadas nas diretrizes da educação ambiental que orientam uma execução com ênfase na comunicação, transversalização e avaliação, consideradas eixos estruturantes para a elaboração de ações, programas e projetos de educação ambiental.

As diretrizes para a Educação Ambiental na Instituição, dentre outras, são:

- 1) Estabelecer o programa de ferramentas pedagógicas de conscientização ambiental da Instituição;
- 2) Estabelecer o programa integrado de educação ambiental e coleta seletiva da Instituição;
- 3) Estabelecer o programa integrado de educação ambiental e mobilidade da Instituição;
- 4) Estimular os enfoques humanísticos, holísticos, democráticos e participativos;
- 5) Garantir a corresponsabilidade e o compromisso individual e coletivo no desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem voltados à sustentabilidade;
- 6) Garantir o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da *multi, inter* e a transdisciplinaridade;
- 7) Mostrar a dialogicidade como abordagem para a construção do conhecimento, mantendo uma relação horizontal entre educador e educando, com vistas à transformação socioambiental;
- 8) Promover a contextualização do meio ambiente considerando as especificidades locais, regionais, territoriais, nacionais e globais e a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- 9) Promover o respeito e a valorização à diversidade, ao conhecimento tradicional e à identidade cultural;
- 10) Promover a solidariedade e a cooperação entre os indivíduos na troca de saberes em busca da preservação de todas as formas de vida e do ambiente que integram;

- 11) Ter a sustentabilidade como garantia ao atendimento das necessidades das gerações atuais, sem comprometimento das gerações futuras, valorizadas no processo educativo;
- 12) Trazer para uma reflexão crítica sobre a relação entre indivíduos, sociedade e ambiente.

As ações para a Educação Ambiental estão previstas neste PDI e são executadas no âmbito dos cursos de graduação com a participação dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e dos Colegiados de Cursos. A Instituição possui sua política de Educação Ambiental materializada nos Projetos Pedagógicos de cada Curso.

8.5. Políticas para a Educação Étnico-Racial

8.5.1. Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Indígena

A Instituição contempla nos conteúdos e metodologias das unidades curriculares de todos os seus cursos superiores de graduação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

A Instituição compreende a sua responsabilidade social como dimensão inalienável de seus compromissos na qualidade de instituição educacional de nível superior, imbuída dos princípios de formação de profissionais conscientes em relação à eliminação das desigualdades sociais e à promoção igualdade étnico-racial.

As ações de promoção de igualdade étnico-racial são incorporadas às atividades de ensino, de forma transversal e articulada com os conteúdos e as práticas curriculares, contextualizadas em componentes relacionados à promoção da saúde, da cidadania e dos direitos humanos, com ênfase na superação dos preconceitos étnicos, raciais, religiosos e de gênero.

Se por um lado há um notável avanço na implementação de políticas públicas de caráter étnico-racial no Brasil, não podemos perder de vista as inúmeras dificuldades enfrentadas para a operacionalização das medidas legais. A esse respeito, consideramos o contexto da formação, seja em nível universitário ou no espaço das redes de ensino, que geralmente

indica um silenciamento a respeito das questões relativas à diversidade étnico-racial e à afirmação da cultura afro-brasileira. Tal lacuna emperra as possibilidades de abordagem pedagógica da questão racial, assim como o enfrentamento de situações de racismo na escola.

É por tratar tais questões como fundamentais que a Instituição contempla este tema como mencionado acima, como forma de contribuir para desvelar o discurso pedagógico, buscando levantar e analisar as representações sociais sobre os negros e índios na sociedade brasileira e seus reflexos no contexto escolar.

8.5.2. Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial

Com a finalidade de propor, em âmbito institucional, políticas de promoção da igualdade racial com ênfase na população negra e outros segmentos raciais e étnicos da população brasileira, a Instituição, além do combate ao racismo, objetivando a superação das desigualdades raciais, tanto do ponto de vista econômico quanto social, político e cultural, também objetiva propor alternativas em defesa dos direitos humanos, lutando por educação, mas também por outros direitos sociais como saúde, moradia, luta pela terra e outros direitos de natureza similar e, assim, ampliando, os processos de controle social sobre as referidas políticas contempladas no seu PDI.

Haverá ações institucionais promovidas em defesa e promoção aos direitos humanos e igualdade étnicoracial, dentre as quais: "Dia Internacional da Tolerância", "Dia da Consciência Negra", dentre outras. Vale ressaltar que estas atividades serão institucionalizadas, pertencendo ao Calendário de Atividades de Responsabilidade Social da IES. E por reconhecer a importância destes temas, a IES já inseriu esses assuntos nos conteúdos curriculares dos seus cursos, de forma transversal, com a finalidade de atentar para as diferenças sociais, conscientizar seus alunos sobre a defesa e promoção da cidadania na comunidade, com o desenvolvimento de estudos.

8.6. Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

Será o Comitê de Acessibilidade, que visa orientar a institucionalização da Política de Acessibilidade na Instituição a fim de assegurar o direito da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida à educação superior, fundamentado nos princípios e diretrizes contidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006) e nos Decretos nº 186/2008, 6.949/2009, 5.296/2004, 5.626/2005 e 7.611/2011.

O acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida à educação superior vem se ampliando significativamente, em consequência do desenvolvimento inclusivo da educação básica.

O Comitê de Acessibilidade terá como objetivo fomentar a criação e a consolidação da acessibilidade e garantir a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

Com a finalidade de ressaltar as condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, na educação superior, sublinham-se os principais aspectos da legislação vigente e dos referenciais políticos e pedagógicos educacionais.

Assim, a Instituição assegura o pleno acesso, em todas as atividades acadêmicas, considerando:

- 1) A Constituição Federal/88, art. 205, que garante a educação como um direito de todos;
- 2) A Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais-Libras;
- 3) O Decreto nº 3.956/2001, que ratifica a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de deficiência;
- 4) O Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- 5) O Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos e, optativamente, nos demais cursos de educação superior;
- 6) A Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência para instruir processo de autorização e reconhecimento de cursos de credenciamento de instituições;

- 7) As Normas estabelecidas pela NBR nº 9050/2004, da ABNT; a Lei nº 10.098/2000, e os Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011.

A Instituição, em consonância com a Legislação vigente, procura atender todas as necessidades dos Portadores de Necessidades Especiais, da seguinte forma:

- 1) Rampas de acesso nas entradas da Instituição (sede e polos, este último, quando da existência);
- 2) No prédio sede, o acesso a pavimentos superiores (a partir do segundo) se dá pelo elevador;
- 3) Os banheiros dispõem de sanitários apropriados para portadores de necessidades especiais;
- 4) Logística de apoio para pessoas com dificuldades de locomoção;
- 5) Equipamentos para atendimento aos portadores de deficiência visual e auditiva serão adquiridos e disponibilizados em sala especial, conforme determinação da portaria ministerial, sempre que se fizer necessário;
- 6) Softwares de acessibilidade em computadores estratégicos na Instituição, sempre que se fizer necessário.

A Instituição busca integrar o portador de necessidade especial à comunidade acadêmica para que ele se forme nas mesmas condições dos demais membros do corpo discente. Para isso, inclusive, conta com o Programa de Educação Inclusiva, devidamente aprovado pelo CSA.

8.7. Políticas Institucionais de Direitos Humanos

A Instituição contempla as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, nos conteúdos e metodologias das unidades curriculares de todos os seus cursos superiores de graduação, de modo transversal, contínuo e permanente, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012.

Trabalhar a dimensão ética da Educação em Direitos Humanos implica na promoção da educação para a cidadania ativa; construção de uma prática educativa dialógica, participante e democrática, comprometida com a construção de uma sociedade que tenha por base a afirmação da dignidade de toda pessoa humana.

Os educadores, promotores e defensores de direitos, partem do princípio de que a defesa do direito é necessária à promoção da justiça. A Educação em Direitos Humanos não pode ficar indiferente à violação de direitos e ao sofrimento do povo. Os educadores a partir do momento que se propõem à tarefa de educar estão se assumindo como promotores e defensores de direitos. É preciso desenvolver no profissional da educação, seja na sua formação inicial ou continuada, a compreensão da natureza singular do direito à educação como um Direito Humano, que promove o acesso a outros direitos e à importância do seu papel na garantia desses direitos.

8.8. Políticas para o Atendimento do Espectro Autista

A Instituição cumpre plenamente a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que trata dos direitos da pessoa com o transtorno do espectro autista. Cabe frisar que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) ao colocar o tema no Instrumento de avaliação não considerou que a referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Colocando a questão do espectro autista no âmbito da acessibilidade.

Diante disso, a Instituição acompanha, quando necessário, todo o desenvolvimento do aluno e a assegura a proteção de seus direitos por meio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico. Os elementos técnicos, no que tange à especificidade do transtorno, bem como a capacitação dos docentes e dos discentes são realizados por profissional qualificado, vinculado às atividades do Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

Para isso, inclusive, conta com o Programa de Educação Inclusiva, devidamente aprovado pelo CAS.

8.9. Responsabilidade Social da Instituição

Partindo das orientações nacionais acerca da função social das instituições de ensino superior no que diz respeito à inclusão dos cidadãos, a Instituição executa o desenvolvimento de ações nesta área com o envolvimento de seus alunos, professores e funcionários. Essas ações são de caráter permanente ou eventual.

A Instituição diante do quadro de alta vulnerabilidade social, irá implementar, até o final de vigente deste PDI, projetos de cursos técnico profissionalizantes gerenciados por ela própria e em parceria com a classe empresarial, organizações não governamentais sem fins lucrativos e órgãos públicos de acordo com a demanda do mercado de trabalho.

Os cursos ofertados serão alicerçados nas demandas do setor produtivo de diversas áreas, garantindo ao profissional qualificado o posto de trabalho e a inclusão social do jovem de vulnerabilidade social. Esta proposta atende a classe empresarial, tendo em vista que a

empresa estará contratando profissionais com competência adquirida por meio de um curso de qualificação. Paralelamente podemos afirmar que este trabalho, além de contribuir para a qualidade de vida do cidadão em questão, estará ajudando na melhoria do quadro social do Estado e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região e do país.

A responsabilidade social de uma instituição de educação superior reflete-se na forma de conduzir e gerenciar as suas funções (ensino/ iniciação científica /extensão). A IES socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (alunos, professores, técnico-administrativos, prestadores de serviço, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los ao planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, não apenas dos seus dirigentes e/ou mantenedores ou sócios.

A Instituição tem como política de responsabilidade social o atendimento à sua comunidade acadêmica, com qualidade, ética, respeito e dignidade, estendendo este atendimento às comunidades sociais do seu entorno, da capital, e do Estado como um todo, vez que coloca à disposição destas, os benefícios da produção intelectual e científica dos seus professores e alunos.

A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e à educação inclusiva é refletida na/o(s):

- 1) **Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa;**
- 2) **Concessão de bolsas de estudos, de trabalho, de iniciação científica, de extensão e de monitoria aos alunos que demonstrarem aptidão para essas tarefas, de acordo com a programação anual;**
- 3) **Incentivo e apoio ao voluntariado;**
- 4) **Natureza das relações e parcerias com os setores público, produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;**
- 5) **Promoção de um clima organizacional que propicie o relacionamento fraterno e harmônico entre todos os segmentos da comunidade acadêmica e com a comunidade externa;**

6) Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e dos impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional.

A Responsabilidade Social por estar inserida na busca pelo desenvolvimento sustentável trabalha a formação de profissionais, o desenvolvimento de suas pesquisas, a difusão de conhecimentos e na sua vocação regional e comunitária por meio de sua extensão universitária. A Responsabilidade Social engloba a sua gestão, os docentes, a extensão e a iniciação científica, onde conseqüentemente trará resultados para a comunidade. As linhas de atuação do Programa de Responsabilidade Social se caracterizam por:

- 1) Ações sociais e práticas pedagógicas;**
- 2) Atendimento aos problemas prioritários da comunidade;**
- 3) Em prol da educação das relações étnico-raciais e da história e cultura afro-brasileira e indígena;**
- 4) Em prol da sustentabilidade ambiental;**
- 5) Em prol dos Direitos Humanos;**
- 6) Inclusão social e assistência a setores ou grupos sociais;**
- 7) Organização.**

No contexto das práticas institucionais socialmente responsáveis, a Instituição viabilizará e valorizará o fim a que todos buscam: a construção de um mundo melhor, próspero, socialmente justo e ambientalmente sustentável. As atividades de Responsabilidade Social buscarão maximizar e otimizar os esforços, a fim de alinhar as diretrizes institucionais e contribuir cada vez mais para ampliar os ganhos sociais, priorizando as seguintes áreas:

- 1) Compromisso com ações que promovam o Desenvolvimento Econômico e Social;**
- 2) Compromisso com as ações de Inclusão Social;**
- 3) Defesa da Memória Cultural e Patrimônio Cultural;**
- 4) Defesa do Meio Ambiente, especialmente no âmbito institucional.**

Assim, atividades, ações e eventos serão uma constante na realidade da IES, com a realização de feiras, a presença do atendimento na e à Comunidade, programas, campanhas e também a valorização de datas comemorativas em todos os âmbitos.

O envolvimento e a participação de todos da comunidade acadêmica vêm favorecer o desenvolvimento dos serviços e projetos de extensão. Desta forma, levar à comunidade os conhecimentos sistematizados pela iniciação científica e ensino, e receber dela contínuos

desafios sob a forma de objetivos fundamentais à

problemas ainda sem solução, serão vivência universitária.

Procurando envolver o grupo idealizador na construção da Instituição de Ensino Superior (IES), um trabalho muito significativo foi realizado para se chegar aos objetivos e à concepção da Instituição, numa visão moderna e participativa de modelo de gestão, chegou-se a delinear os seguintes objetivos:

- 1) Atuar com base nas habilidades e Competências na execução dos procedimentos, atuando de forma humanizada com o ser e a sociedade;
- 2) Estimular a criatividade e reflexão dos discentes como participantes ativos do processo de ensino e aprendizagem no contexto dos projetos de extensão;
- 3) Exercer uma prática com o olhar da gestão participativa, com elementos que contemplem as ferramentas para os três pilares essenciais (ensino / iniciação científica / extensão);
- 4) Facilitar os processos de relação entre instituição e comunidade partindo de ferramentas e Instrumentos facilitadores desta articulação;
- 5) Formar o educando para o cuidado, assistência e atenção humanizada, com uma visão holística do ser humano;
- 6) Fortalecer um cenário de práticas relacionais entre instituição e comunidade que seja enriquecedor e facilitador de todas as profissões envolvidas na instituição;
- 7) Instigar a sensibilidade e entendimento dos níveis de atenção à saúde, serviços da rede pública e privada, dentro de uma realidade humana e social para o desenvolvimento acadêmico;
- 8) Levar a comunidade o conhecimento sobre a Instituição sobre sua estrutura física, com materiais e equipamentos necessários à construção do aprendizado através das práticas e simulações, com serviços destinados ao Programa de Extensão e política de acolhimento;
- 9) Possuir seriedade e compromisso com as atividades relacionadas à comunidade acadêmica e sociedade;
- 10) Trabalhar com docentes qualificados, com compromisso ético, engajados junto à instituição, agentes participativos de todas as esferas da instituição, e que tenha uma interligação entre conhecimento teórico e aplicabilidade prática, e valorize as atividades de extensão, elo mais forte com a comunidade; se envolvendo com os projetos institucionais, seus princípios e diretrizes se colocando como verdadeiro parceiro como base em nossa missão.

8.9.1. Ações de Responsabilidade Social: Inclusão Social

A articulação com o PDI se encontra no sentido de criar seus projetos de excelência para a inclusão social dirigida ao público interno e externo. A Responsabilidade Social por estar inserida na busca pelo desenvolvimento sustentável é trabalhada na formação de profissionais, no desenvolvimento de atividades de iniciação científica, na difusão de e na vocação regional e comunitária por meio de ações de extensão. A Responsabilidade Social, na Faculdade, engloba a sua gestão, os docentes, os discentes, os funcionários e todas as atividades acadêmico-administrativas, onde, conseqüentemente, traz resultados para a comunidade em geral.

A responsabilidade social na Instituição considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social será refletida na transferência de conhecimento e importância social das ações e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional; nas ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa; no incentivo e apoio ao voluntariado; ao apoio e financiamento de estudos para alunos carentes.

8.9.2. Ações de Responsabilidade Social: Diversidade, Meio Ambiente, Memória Cultural, Produção Artística e Patrimônio Cultural

As ações institucionais no que se referem à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural são feitas por meio de projetos sociais próprios ou como executoras de ações sociais governamentais e na área da Responsabilidade Social, com vistas às políticas pertinentes disposta no PDI. Isso desenvolve uma visão integrada do indivíduo e é capaz de ajudar na formação do caráter e da promoção da intelectualidade, suscitando conhecimentos que devem estar fundamentados em princípios éticos, como os da solidariedade, respeito, transparência e participação. Então, uma IES que não cumpre sua obrigação, torna-se uma instituição socialmente irresponsável.

De acordo com as normas dimensionadas no seu PDI, a Instituição estimula a inclusão destes temas como de especial importância nos projetos pedagógicos dos cursos, bem como desenvolve ações extensionistas, através de parceria, voltadas para o meio ambiente, realiza atividades voltadas para o estudo de problemas relacionados ao meio ambiente e ainda apoiará ações de defesa da memória cultural e do patrimônio cultural propostas pela sociedade.

Assim e, diante destas ações institucionais que pertencem ao cotidiano da Instituição, se torna fácil o reconhecimento pela comunidade como uma Instituição socialmente responsável.

Abaixo, alguns modelos de programas que são institucionalizados para aplicação e cumprimento destas ações:

- 1) **Cantinho da leitura:** programa que buscará implementar na Instituição um “Cantinho de Leitura” para colaboradores, alunos e sociedade civil, a partir de doações de livros. O incentivo à leitura é contribuir com o conhecimento.
- 2) **Recrutamento responsável e diversidade:** programa que tem como intuito a contratação de pessoas mais idosas, desempregados de longa duração e/ou pessoas de desvantagem no mercado.
- 3) **Outubro Rosa:** programa que terá como objetivos a busca da melhoria da qualidade de vida de mulheres que sofrem com diagnósticos de câncer de mama, além, da prevenção, do apoio emocional e da operação quanto aos direitos dos pacientes;
- 4) **Responsabilidade Empresarial:** programa com a missão de promover e colocar em prática os conceitos institucionais, estabelecendo metas empresarias de cunho social, ambiental e cultural. Com a adoção destes valores espera-se um clima organizacional harmonioso, transparente e ético, não apenas na comunidade interna, mas também com os parceiros e a sociedade civil.

9. IMPLANTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

A Instituição oferece os cursos de Odontologia e Fisioterapia. Posteriormente irá solicitar junto ao MEC, outros cursos superiores Bacharelados e Licenciaturas e Superiores Tecnológicos. Os cursos de graduação da Instituição estão administrativa e pedagogicamente vinculados à Direção Acadêmica, e serão oferecidos na sede da Instituição. Os cursos funcionam de acordo com as devidas portarias de autorização, após as avaliações “*in loco*” do INEP.

Como o aluno é sujeito de seu processo educativo, em vista de que educar é, antes de tudo, educar-se e, por isso mesmo, a Instituição deseja proporcionar as condições e os requisitos essenciais para que possam construir seu projeto de vida e ser artífice da sua própria história. É fundamental que o aluno assuma uma opção profissional consciente e consistente, baseada no conhecimento de suas aptidões, adotando postura de cidadão comprometido com o desenvolvimento local, do estado e do País.

É essencial que o processo educativo, com o qual toda a IES deveria se preocupar e se empenhar, esteja voltado para o sentido do “aprender a aprender”, que possibilite aos formados, na condição de empreendedores, sua permanente atuação e liderança na sociedade. Por considerar de fundamental importância este comprometimento do aluno, a Instituição deseja implantar diversos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, proporcionando ao seu alunado sólida formação teórica como preparação para a prática, condição fundamental para a compreensão do mundo físico e social; uma educação de natureza reflexiva e crítica formadora do cidadão empreendedor, consciente e integrado à sua realidade histórico-social; a valorização da mentalidade científica e técnica nos estudos e trabalhos que desenvolver; e, uma aprendizagem comprometida com o processo de libertação e de autorrealização do alunado, por meio de uma metodologia ativa, de caráter científico-reflexivo.

9.1. Cursos de Graduação

O plano de expansão no Ensino de Graduação será efetuado com a implantação e consolidação dos cursos a serem oferecidos pela Instituição, onde será possível pensar a expansão com a proposta de criação de outros novos cursos no futuro.

Para evitar o crescimento meramente horizontal, procura-se definir as áreas de atuação para um futuro especialmente para prestação de serviços nas diversas áreas. Seguindo essa concepção propõem-se novos cursos para os próximos cinco anos, nas áreas de saúde, exatas, humanas, tecnológicas e demais áreas do conhecimento.

Ressaltamos que a proposta dos novos cursos que integram o plano de expansão não acontecerá de forma aleatória. Ela se respalda dentro de uma concepção da Instituição crescer no redimensionamento das atividades de ensino, extensão e iniciação científica, procurando fortalecer as áreas que atendam os setores de serviços e sociais de maior evidência em Brasília.

Convém ressaltar que a Instituição está situada geograficamente no coração do plano piloto de Brasília, os critérios que norteiam a proposta dos novos cursos para o plano de expansão são, dentre outros:

- 1) A necessidade local e regional da oferta de cursos bacharelados, licenciaturas e tecnológicos;**
- 2) Atendimento às novas exigências do mundo moderno e solicitações do mundo do trabalho com a possibilidade imediata de absorção da mão de obra a ser formada, especialmente nas diversas áreas;**
- 3) Compatibilidade dos objetivos dos novos cursos com a concepção da Instituição e com seu plano global;**
- 4) Maior aproveitamento dos recursos humanos, técnicos e materiais existentes, bem como a capacidade das instalações;**
- 5) O compromisso e garantia da qualidade do ensino oferecido, vinculado ao crescimento planejado e restrito e à necessidade social dos cursos.**

Outro ponto a ressaltar é que os cursos a serem solicitados futuramente estarão alinhados à vocação local e regional, em termos de mercado de trabalho, e que demandam de mão de obra qualificada. Os cursos sequenciais e tecnológicos seguirão o mesmo princípio de atendimento das demandas sociais, ao mesmo tempo em que tiram proveito da experiência adquirida pela Instituição no oferecimento de cursos em áreas afins, combinando a realidade local e a vocação institucional.

9.1.1. Objetivos, estratégias e metas para a graduação

Para alcançar a excelência na elaboração dos novos projetos pedagógicos, o parâmetro estabelecido pelo Ministério da Educação constante das Diretrizes Curriculares Nacionais e do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Além delas, devem também ser levadas em conta as habilidades e competências socialmente requeridas para os profissionais egressos dos cursos de graduação da Instituição. Estes devem ser capazes de assumir posições de liderança em seu meio e de absorver rapidamente novos conceitos das respectivas áreas de atuação, de modo a deixar demonstrado o grau de qualidade de educação por eles assimilado.

Como estratégia complementar na elaboração dos novos projetos pedagógicos, a Instituição destaca a incorporação de instrumental proporcionado pelas tecnologias de informação e comunicação às atividades didáticas, em conformidade com a estratégia pedagógica relacionada à aprendizagem significativa.

Pautando-se pelo princípio da indissociabilidade entre o ensino e a extensão, os quais também não podem estar dissociados da regionalidade, da comunicação dialógica e da qualidade do fazer educativo, na Instituição, a educação superior se concretiza por:

- a) Incorporação da tecnologia no processo de ensino, aprendizagem e formação profissional;
- b) Incorporação futura de ambientes de aprendizagem que permitam superação dos limites geográficos e temporais (EaD);
- c) Atualização constante dos Projetos Pedagógicos de Curso;
- d) Interação entre teoria e prática profissional;
- e) Qualificação dos docentes;
- f) Uso sistemático da biblioteca e dos laboratórios gerais e específicos.

9.1.1.1. Objetivo Geral da Graduação

A Instituição alinhada à sua Missão e orientada pela sua Visão, têm, para a graduação, o seguinte objetivo geral: oferecer à sociedade e ao mundo do trabalho um profissional com identidade e autonomia próprias, capaz de operar com desenvoltura e segurança a linguagem e os códigos da informação moderna, com domínio dos conhecimentos básicos da linguagem científica e dos novos conceitos e técnicas decorrentes do avanço do conhecimento.

9.1.1.2. Objetivos Específicos da Graduação

A implementação dessa proposta ancora-se nos objetivos estratégicos específicos, balizadores das estratégias e metas institucionais, como segue:

- 1) Analisar a viabilidade de manutenção dos cursos em funcionamento, considerando as demandas da sociedade e do mundo do trabalho;
- 2) Buscar excelência acadêmica, valorizando as tradições culturais e educacionais do aluno e auxiliando-o a desenvolver todo o seu potencial;
- 3) Criar (cursos novos), revisar e acompanhar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, levando em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais, os preceitos da Avaliação Institucional e as demandas sociais;
- 4) Direcionar a abertura de novos cursos, de modo a atender às especificidades e demandas locais e regionais.

9.2. Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas Estabelecendo os Critérios Gerais

A Instituição reuniu sua equipe de dirigentes (Direção e Coordenadores de cursos), além dos professores e definiu as diretrizes pedagógicas básicas, que são norteadoras para as diretrizes de cada curso, em seu projeto pedagógico próprio. Os projetos dos cursos de graduação foram desenvolvidos com base nas seguintes diretrizes gerais:

- 1) **Avaliação formativa e continuada da aprendizagem, minimizando as avaliações quantitativas centradas na acumulação de informações e conhecimento de cunho teórico-prático;**
- 2) **Integração do educando a comunidade social, por meio de programas e ações de iniciação científica e extensão, em parceria com organizações, empresas e instituições governamentais ou particulares de Brasília, e convênios interinstitucionais para viabilizar a troca de experiências e de informações entre a comunidade acadêmica da Faculdade, a comunidade local e regional e organizações brasileiras e estrangeiras;**

- 3) Metodologias de ensino que promovam o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas na formação integral do educando e na sua formação para o trabalho, nas diversas carreiras de nível superior;**
- 4) O educando como centro do processo pedagógico, mediante a assistência e atendimento em todos os momentos de sua vida acadêmica, ao lado da oferta de ensino de qualidade, apoiado em um corpo de professores qualificados e em recursos metodológicos, bibliográficos e tecnológicos adequados;**
- 5) Planos de ensino que propiciem a integração, simultânea, entre teoria e prática;**
- 6) Sistema organizacional que respeite as individualidades e harmonize a convivência acadêmica, em todos os níveis e categorias.**

9.3. Perfil do Egresso

Com base nas condicionantes do conhecimento básico e aplicado, assim como na formação de caráter tridimensional já enunciada, o profissional da Instituição deverá apresentar, necessariamente, perfil de conhecimentos, atitudes e habilidades que permitam caracterizá-lo como um profissional crítico e reflexivo, que valorize a interdisciplinaridade, tenha autonomia no pensar e decidir e que seja capaz de atender necessidades regionais e nacionais no âmbito de sua competência. Este profissional deverá estar pronto para atuação na realidade das Instituições Privadas, Públicas, Filantrópicas, ou seja, atores de um processo de formação a serem inseridos em todas as realidades do Mercado de Trabalho.

Em consonância, a Instituição considera os projetos pedagógicos de seus cursos como factível e assume o compromisso de oferecer um ensino orientado no sentido de prover uma base educacional sobre a qual a formação profissional possa ser construída de forma sólida. Em sua atuação, o futuro profissional deverá conceber o ambiente de trabalho como parte integrante do sistema organizado. Nessa perspectiva, deve ser capacitado para perceber e transformar, continuamente, essa realidade, gerando novos conhecimentos por meio de pesquisas e de atuação profissional consistente.

Os egressos dos cursos de aptos a desempenharem como possuirão formação crítica e humanística.

graduação da Instituição, estarão suas atividades profissionais, bem

Desenvolverão as seguintes competências e habilidade:

- 1) Assumir lideranças;
- 2) Atuar profissionalmente com postura ética, moral e humana; e,
- 3) Desenvolver suas atividades de forma crítica e humanística;
- 4) Identificar e analisar os desafios de sua profissão;
- 5) Ser capaz de aplicar os seus conhecimentos adquiridos no seu campo de atuação; 6) Ser capaz de contribuir para o progresso da sua área de atuação 7) Visão global e sistematizada do mundo em que estão inseridos.

Desde seu planejamento inicial, a Instituição tem a consciência de que, para alcançar o padrão de qualidade tão almejado, é necessário trabalhar com a tríade ensino - iniciação científica - extensão. Neste sentido, a Instituição já tem em sua estrutura setores e núcleos para a promoção de suas atividades acadêmicas e sociais.

É neste contexto onde se introduz o conceito de empreendedorismo social no ensino da Instituição. Os cursos ofertados pela Instituição visam formar sujeitos socialmente empreendedores dentro de sua área de atuação. A Instituição busca fazer com que o profissional por ela formado saiba atender as suas demandas sem perder a perspectiva do conjunto social, tornando-o parceiro e corresponsável pelo desenvolvimento regional, um agente de responsabilidade social e um difusor de atitudes cidadãs.

Dentro desta perspectiva, pode-se afirmar que o conceito de empreendedorismo social inspirador dos cursos da Instituição não se vincula exclusivamente à formação de profissionais para o mercado, mas para a sociedade. O profissional socialmente empreendedor tem como medida de seu êxito não a quantidade de clientes ou pacientes, mas o impacto social de sua ação, isto é, o número de pessoas beneficiadas com a solução por ele proposta para o problema. Ele tem a consciência de que o serviço prestado não é direcionado somente para o mercado, mas para a sociedade.

Uma Instituição com este perfil é particularmente importante para Região que se insere. Diante deste cenário, a Instituição situa o ensino no contexto da relação entre comunidade, Estado e setor privado, buscando o incremento de práticas sociais empreendedoras e o reforço da solidariedade social local. Incentiva o estudo crítico do saber visando a promover o desenvolvimento regional. É este, pois, o princípio de sua identidade pedagógica.

Para tanto, a Instituição estimula o fortalecimento do espaço público e o estabelecimento de padrões éticos nos trabalhos em grupo, gerando indivíduos bem informados,

participativos e com capacidade de articulação. Com isto, a Instituição quer, antes de tudo, ser uma experiência de vida participativa cuja qualidade depende a formação de novos cidadãos. E, por fim, visa a formar profissionais que irão aumentar o capital social da região, tornando-os parte da reserva de cooperação e participação cívica para o desenvolvimento regional. A Instituição assume, assim, uma postura pública na medida em que assumir a responsabilidade social da educação superior na redução das desigualdades sociais e regionais.

9.4. Seleção de Conteúdos

A seleção de conteúdo com base no modelo de formação geral, formação humana e formação profissional proposto pela Instituição, de acordo com a realidade em que a Instituição está inserida e com referenciais específicos, tais como:

- 1) **Epistemológico:** voltado para as características próprias das diversas áreas do conhecimento;
- 2) **Psicológico:** voltado para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- 3) **Socioantropológico:** voltado para os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado.

Ao procederem à seleção dos conteúdos, os professores devem ter em mente, a prática profissional, tomando como base a visão de homem, mundo e educação que orientam esta prática; as competências e habilidades essenciais para a formação profissional do aluno; as competências e habilidades essenciais para a formação do cidadão crítico; a ementa da disciplina.

Com o objetivo de garantir a qualidade do ensino e atender as diretrizes legais estabelecidas, são desenvolvidas as seguintes ações:

- 1) **Aperfeiçoamento/atualização docente;**
- 2) **Atualização constante dos programas, ementas, bibliografias e planos de ensino;**
- 3) **Autoavaliação;**
- 4) **Revisão contínua dos currículos;**
- 5) **Revisão constante dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.**

Para a revisão dos currículos são observadas:

- 1) Adequação, bibliografia, atualização e relevância da**
- 2) Adequação da carga horária do curso;**
- 3) Adequação da metodologia de ensino aos pressupostos teóricos do curso;**
- 4) Adequação das ementas e conteúdo;**
- 5) Coerência currículo/ objetivos do curso/ perfil do egresso/ diretrizes curriculares; 6) Integração entre as diferentes disciplinas.**

Ao elaborar seu Plano de disciplina e de aula, o professor deve ter conhecimento das determinações expressas no PDI e PPC, tendo em vista a adequação às exigências legais e institucionais. O acompanhamento do trabalho do professor é feito pelas Coordenações e Diretoria Acadêmica.

É competência da Coordenação do Curso, dos Docentes, do Núcleo Docente Estruturante (NDE), com aprovação do Colegiado de Curso, manter sempre em consonância o conteúdo programático das disciplinas de cada curso e a própria estrutura curricular com os anseios presentes no perfil do egresso.

Periodicamente, os NDEs debatem se a estrutura curricular de cada curso está direcionando os alunos a obterem o conhecimento e a maturidade requerida pela Instituição.

A alteração do conteúdo programático de algum componente curricular ou módulo se dará sempre, seguindo a tendência da profissão. Geralmente, surge uma nova tecnologia ou uma nova linha de pesquisa que influenciará as atividades profissionais e precisam ser passadas em sala de aula.

Em linhas gerais 04 (quatro) orientações gerais são colocadas para cada Colegiado de Curso, quando o assunto é o conteúdo programático das disciplinas, a saber: Inicialmente, o compromisso da Instituição em formar profissionais capacitados tecnicamente para o exercício de sua profissão e disposto a atuar visando o fortalecimento social, econômico e tecnológico da Região e do País. Para tanto, as disciplinas básicas de cada curso podem ser reforçadas, com o propósito de habilitar os futuros profissionais a exercerem na prática suas funções no mercado de trabalho. Em sintonia, existe uma preocupação permanente em trazer temas locais do Estado, da Cidade e da região, buscando fortalecer os pontos fortes e pensar melhor os pontos fracos.

Em segundo lugar, a Instituição pretende que o profissional seja socialmente empreendedor, protagonista de suas ações no processo de transformação social e catalisador de soluções e decisões construídas coletivamente. Este perfil está em consonância com a própria proposta institucional e pedagógica da Faculdade. Para tanto, os cursos são orientados a dispor de componentes curriculares e módulos que abordem a temática do empreendedorismo. A postura proativa necessária a um profissional empreendedor, juntamente com um

pensamento autoconfiante,
profissional formado pela

são características almeçadas pelo
Instituição.

Por fim, e imprescindível, o compromisso social que é uma marca presente nas ações da Instituição. Para a Instituição, o profissional formado é um patrimônio social e público. O conhecimento que é adquirido e precisa ser repassado e multiplicado. Para tanto, todos os alunos devem estar comprometidos com a melhoria da qualidade de vida dos seus semelhantes. Essa busca é permanente, e como tal, consiste num dos pilares que influencia e deve influenciar a formação do corpo discente.

A seleção dos conteúdos curriculares tem por base as áreas do conhecimento contempladas nas Diretrizes Curriculares Nacionais legislação educacional e profissional pertinente, tendo em vista a formação científica e considerando, ainda, o desenvolvimento de habilidades e atividades formativas. A sua organização, além de relacionar componentes curriculares acadêmicos, articula temas decisivos para a formação profissional do aluno.

Como parâmetro a construção curricular da Instituição segue os princípios de flexibilidade (abertura para a atualização de paradigmas científicos, diversificação de formas de produção de conhecimento e desenvolvimento da autonomia do aluno) e interdisciplinaridade (estabelecimento de conexões entre diferentes componentes curriculares e diferentes áreas de conhecimento).

Desta forma, é coerente com as competências selecionadas para cada curso oferecido e conforme a organização dessas ao longo dos cursos; atendendo aos conteúdos determinados em Diretrizes Curriculares específicas e o atendimento da carga horária estabelecida por lei. Sua construção organiza-se seguindo uma ordem gradativa e coerente de complementaridade, articulação e complexidade; oportunizando a flexibilidade e a articulação entre diferentes cursos e áreas do conhecimento.

9.5. Princípios Metodológicos

As situações propostas aos alunos fundamentam-se na aprendizagem significativa. O que o aluno aprende deve fazer sentido para ele. Nesse processo, a nova informação interage e ancora nos conceitos relevantes já existentes na sua estrutura cognitiva. As propostas devem estimular práticas de estudos independentes e de pesquisa, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno. A teoria deve estar articulada com a prática, e o professor deve criar situações - problema que desafiem a busca de soluções por meio da investigação (individual/grupo).

Partimos da premissa epistemológica de que o conhecimento se produz através de um processo de aprendizado contínuo e aberto às inúmeras contingências, e só pode ser compreendido através da indissociável vinculação entre teoria e prática e entre os diversos saberes que compõem a estrutura curricular dos cursos.

A metodologia de ensino e portanto, levar em conta as pelos acadêmicos:

de avaliação na Instituição, devem, habilidades a serem desenvolvidas

- 1) Correta utilização da linguagem - com clareza, precisão e propriedade - fluência verbal e riqueza de vocabulário;**
- 2) Julgar e de tomar decisões;**
- 3) Leitura e compreensão de textos e documentos;**
- 4) Pesquisa;**
- 5) Utilização do raciocínio lógico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica.**

A metodologia de ensino assim delineada deve buscar então:

- 1) Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa extraclasse para as diversas disciplinas dos cursos, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;
- 2) Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, os aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;
- 3) Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialogadas, seminários, debates e mesas redondas, onde se procura estimular o educando a uma atividade individual de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;
- 4) Valer-se da Internet como ferramenta de multiplicação do saber, de forma que, através de diversos serviços que venham a ser postos à disposição no site institucional, como simulados online, banco de provas, salas de discussão, mural de serviços, videoconferências e atualidades referentes ao curso em questão.

Seguindo esta lógica didática, as avaliações:

- 1) Não se limitam a provas e testes, mas ao acompanhamento coletivo e individual do desenvolvimento do aluno, buscando construir cotidianamente as condições mínimas para que se possa proceder à substituição da metodologia tradicional de avaliação pela chamada avaliação por objetivos, onde o acadêmico está constantemente em processo avaliativo sendo oportunizado ao aluno, as diversas chances de demonstrar a construção do conhecimento e/ou habilidades exigidas;
- 2) Quando realizadas através de provas tradicionais, nelas são privilegiadas as avaliações subjetivas e dissertativas, tendo como escopo central a percepção de se o aluno demonstra a capacidade e habilidade de encontrar soluções para os problemas propostos e não meramente a capacidade de repetir fórmulas ou padrões consagrados.

Devemos descrever que a Instituição tem a organização curricular dos cursos de forma sequencial de conteúdos e componentes distribuídos semestralmente no decorrer do ano letivo. Tais conteúdos são relativos ao conhecimento identificador da área e do conhecimento identificador do tipo de aprofundamento de cada componente curricular, que atendem a formação básica e específica, de modo a permitir o amadurecimento do aluno.

A Instituição prevê o desenvolvimento de projetos interdisciplinares de iniciação científica e extensão. Em conformidade com as novas diretrizes curriculares, cada curso desenvolve-se, efetivamente, com a articulação de ensino, iniciação científica e extensão de uma forma integrada e, dentro de suas possibilidades, com outros cursos da Mantenedora.

Uma prática delineada pela Instituição será integrar a teoria à prática, permitindo uma participação ativa nos processos comunitários, tomando como referência a realidade da sociedade em constante mudança e significativos avanços tecnológicos. Além de focar o ensino-aprendizagem nas ações. Nesta concepção, as metodologias ativas são ferramentas essenciais para alcançar o que se considera o elemento central, ou seja: o sujeito ativo, crítico, capaz de transformar e ser transformador de seu contexto. Assim, as técnicas de ensino, traduzidas pelas formas de condução do processo devem ser técnicas que permitam trabalhar a representação do conjunto das questões, que exercitem a comunicação, o trabalho em equipe, os contatos que se fazem e formas de convivência do e com o diferente.

No processo de ensino, fundamenta-se em não alienar o contexto próximo ou local e o contexto regional, com suas carências sociais, culturais, econômicas e vitais. A Instituição valoriza o respeito ao meio ambiente e seu desenvolvimento sustentável, respeitando o indivíduo e a natureza.

Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização, respeito ao meio ambiente e valorização do ser humano, dentre outros. Serão adotadas metodologias de ensino que favoreçam a aprendizagem, especialmente em atividades práticas. Seminários, estudos de casos, grupos de estudos, painéis, participação em projetos de extensão fortalecerão as aulas teóricas e expositivas, sempre com apoio em recursos da tecnologia da informação.

9.5.1. Princípios metodológicos

Visando cumprir a proposta pedagógica institucional, a Instituição desenvolve sua prática Educativa concebida em princípios metodológicos que garantam aos agentes participantes dos processos, ensinar e aprender a possibilidade de construir e/ou reconstruir os conteúdos

de forma a torná-los interatividade entre os socialização necessária.

significativos, proporcionando a mesmos e consequentemente a

9.5.2. Aprendizagem autodirigida

O estudante deve conhecer os primeiros passos do caminho para aprender a aprender. Como busca e aquisição de conhecimentos constitui um processo contínuo ao longo da vida de cada indivíduo, os estudantes, durante o curso, serão encorajados a definir seus próprios objetivos de aprendizagem e tomar a responsabilidade por avaliar seus progressos pessoais no sentido de quanto estão se aproximando dos objetivos formulados.

Esta avaliação deve incluir a habilidade de reconhecer necessidades educacionais pessoais, desenvolver um método próprio de estudo, utilizar adequadamente uma diversidade de recursos educacionais e avaliar criticamente os progressos obtidos.

Cada aluno pode discutir suas características pessoais de aprendizagem com seu professor. Desta forma, procurar-se estimular os discentes para que desenvolvam sua capacidade de compreensão dos conteúdos ministrados através de práticas personalizadas de estudo com o auxílio de professores escolhidos pelos mesmos e nomeados pela Direção Acadêmica da Instituição como responsáveis pela orientação do discente.

9.5.3. Aprendizagem baseada em problemas ou casos

Na aprendizagem baseada em problemas ou casos, o caso é utilizado como estímulo à aquisição de conhecimento e compreensão de conceitos. Nesta metodologia deve-se buscar:

- 1) Aclarar o problema oferecido, explorando os dados apresentados e refletindo se existe alguma pergunta sobre a descrição do problema que possa ser formulada para melhor explicá-lo;
- 2) Resumir os dados oferecidos no problema, especificando: O que é o problema? Do que trata o problema?
- 3) Identificar os pontos importantes do problema, definindo quais são as áreas de conhecimento relevantes;
- 4) Identificar o conhecimento atual relevante ao problema, frente aos objetivos de aprendizagem propostos;
- 5) Desenvolver hipóteses, a partir da explicação dos dados apresentados no problema;

- 6) Identificar o conhecimento adicional requerido para melhorar a compreensão do problema, baseado nas necessidades de aprendizagem individual e/ou grupal;
- 7) Identificar os recursos de aprendizagem apropriados, dentre uma diversidade:
livros, periódicos, base de dados local ou remota, programas interativos multimídia, entrevistas com professores; profissionais ou usuários, vídeos, laboratórios, comunidade, isto é, quais são as fontes de recursos mais apropriadas à exploração deste problema?;
- 8) Procurar novos conhecimentos, utilizando recursos de aprendizagem apropriados, o que implica em ampliar os horizontes de busca além dos limites institucionais (outras bibliotecas, outros acervos, outros locais passíveis de utilização no processo ativo de ensino-aprendizagem);
- 9) Sintetizar os conhecimentos prévios e novos em relação ao problema, isto é, baseado em sólidas evidências científicas, como pode explicar o problema agora?
- 10) Repetir alguns ou todos os passos anteriores, se necessário;
- 11) Reconhecer o que foi identificado como uma necessidade de aprendizagem, mas que não foi adequadamente explorado, para incursões complementares;
- 12) Sintetizar os conhecimentos auferidos e, se possível, testar a compreensão do conhecimento adquirido por sua aplicação em outro caso ou problema.

Neste sentido, o discente pode vivenciar situações práticas em sala de aula e em visitas técnicas conduzidas e orientadas por professores responsáveis por disciplinas específicas.

9.6. Processo de Avaliação

Dentro de toda e qualquer instituição de ensino, o sistema de avaliação dos alunos constitui-se num importante instrumento para verificação de como o processo de ensino e aprendizagem vem se formando efetivamente.

Seguindo este propósito, a Instituição, representada pela Coordenação do Curso, estimula seus professores a adotarem práticas inovadoras de avaliação, objetivando a capacidade de verificação do processo de aprendizagem, mediante a superação do modelo tradicional, baseado na memorização e descrição dos conteúdos.

Neste processo, a confecção e apresentação de seminários, a discussão de trabalhos individuais ou em grupo, a formação de grupos de discussão, a realização de estudos dirigidos e a apresentação pública de trabalhos, contribuem para a formação de um

profissional melhor qualificado. Procurando trazer a realidade do dia a dia da profissão, muitas disciplinas contemplam em suas formas de avaliação a entrevista com profissionais, com a comunidade, bem como a confecção de relatórios de visitas técnicas.

Indissociavelmente com o ensino, contemplaremos ainda no processo de avaliação ensinoaprendizagem a confecção de projetos de iniciação científica e de extensão, a apresentação de artigos e de temas-livres. Outros processos que são utilizados na avaliação dos acadêmicos, consistem na adoção da autoavaliação, avaliação contínua ao longo dos componentes curriculares, participação em sala de aula, frequência, assiduidade, pontualidade, interesse e iniciativa, dinamismo, capacidade de observação, controle e habilidade durante as aulas práticas, dentre outras.

Somado a tudo isso, são feitas reavaliações periódicas das formas de avaliação a serem utilizadas, procurando sempre obter um melhor *feedback* dos acadêmicos relacionados aos conteúdos expostos e aos procedimentos práticos e técnicos. Tudo isso pode ser constatado nos planos de ensino dos componentes curriculares pertencentes às estruturas curriculares dos cursos ofertados pela Instituição.

Entende-se a avaliação como processo diagnóstico, qualitativo e cumulativo, que acompanha a aprendizagem do estudante e orienta as atividades de ensino. São considerados instrumentos de avaliação da aprendizagem, trabalhos individuais e em grupo, participação em seminários, produção de textos, testes e provas escritas, as atividades práticas, de campo e pesquisa, relatórios, projetos, e outros, realizados pelo aluno em cada disciplina, coerente com a proposta pedagógica do curso, predominando a reflexão sobre a memorização.

A avaliação não será, portanto, reduzida a uma nota estática, mas sim vinculada ao processo de elaboração intelectual do aluno, que terá oportunidades diferenciadas de reelaborar seu pensamento e aprofundar seu conhecimento. No contexto formativo da avaliação, será considerada a frequência e participação nas aulas e debates, realização das leituras e atividades propostas, relatórios de pesquisa e investigação, bem como os registros decorrentes do desenvolvimento das aulas, que irão subsidiar a produção e organização de seminários e artigos apresentados.

A avaliação do rendimento escolar e o sistema de aprovação seguem o Regimento Geral, contendo as normas específicas com relação à frequência e a avaliação de desempenho.

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento. O docente terá a atribuição de notas de avaliação e a responsabilidade pelo controle de frequência dos alunos, devendo o Coordenador de Curso acompanhar o cumprimento destas obrigações, intervindo em caso de omissão.

É atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração dos trabalhos, das verificações parciais, dos exames ou de qualquer outra atividade que resulte na avaliação do conhecimento por atribuição de notas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por este ato de improbidade.

A frequência às aulas e demais atividades escolares, é obrigatória, sendo vetado o abono de faltas, salvo os casos previstos na legislação pertinente. São atividades curriculares, além das provas escritas, orais e práticas, previstas nos respectivos planos de ensino, as preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, excursões e estágios, incluídos os realizados em campus avançado ou equivalente.

A critério do professor ou do respectivo Colegiado de Curso são indicadas realizações de trabalhos, exercícios e outras atividades computadas nas notas das verificações parciais, nos limites definidos pelo mesmo Colegiado. A avaliação do desempenho escolar será feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento dos conteúdos ministrados em cada um deles. A frequência às aulas, a participação nas demais atividades escolares e a utilização dos serviços educacionais fornecidos pela Instituição são direitos dos alunos, e são permitidas apenas aos alunos regularmente matriculados, que estejam em dia com suas obrigações acadêmicas e demais encargos.

Independente dos demais resultados obtidos é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

É dado tratamento excepcional para alunos amparados por legislação específica, no caso de dependências ou adaptações, em caso de enfermidades ou gestação, sendo-lhes atribuídos nesses casos, como compensação das ausências às aulas, exercícios domiciliares supervisionados, com acompanhamento do Coordenador de Curso e seus respectivos professores, segundo normas estabelecidas pelo CSA, nos seguintes termos:

- 1) A concessão do benefício é dada a partir da data do protocolo na Secretaria da Instituição;**
- 2) Aceito o pedido, os trabalhos domiciliares devem ter aprovação da Coordenação de Curso correspondente e estão sujeitos às normas gerais do planejamento didático do curso;**
- 3) Em caso de doença específica, amparada pela legislação, o interessado deve requerer imediatamente no início de sua enfermidade, se possível, por si ou seu preposto, a fim de possibilitar que lhe seja atribuído o competente expediente departamental referente aos exercícios domiciliares;**

- 4) Não são aceitos requerimentos após, decorrido o prazo dado pelo laudo médico, ou seja, após a reabilitação do interessado, exceto nos casos de força maior, a critério da Diretoria Geral;**
- 5) No caso de gestantes, depende do laudo médico quanto ao período de concessão do benefício, entretanto, não são aceitos requerimentos após o período indicado pelo médico responsável;**
- 6) No caso de dependência e adaptações, haverá norma específica aprovada pelo Conselho Superior de Administração (CSA);**
- 7) O requerimento solicitando a concessão dos citados benefícios deve ser instruído com o competente laudo médico.**

O aproveitamento escolar é avaliado através do acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares, provas e outros instrumentos avaliativos, aprovados no Conselho Superior de Administração (CSA).

Caberá aos professores dos componentes e módulos, elaborar exercícios e atividades escolares sob a forma de leituras, relatórios, consultas, pesquisas e demais trabalhos, bem como julgar e registrar os resultados.

9.7. Prática Profissional, Atividades Complementares e Estágios

9.7.1. Estágios Supervisionados

O Estágio Curricular Supervisionado é considerado o conjunto de atividades práticas que são realizadas por alunos em empresas ou instituições públicas ou privadas, com a interveniência da Faculdade, correspondendo às aulas práticas do componente curricular de Estágio Supervisionado em que o aluno estiver regularmente matriculado, obedecendo ao disposto na legislação vigente.

O Estágio Curricular Supervisionado, em qualquer curso, não pode ter duração inferior ao número de horas práticas estabelecidas em regulamento específico de cada curso (atendidas as DCNs e matriz curricular) ou ser superior ao período do semestre letivo. As atividades de Estágio Curricular Supervisionado não podem exceder a 30 (trinta) horas semanais, ou 06 (seis) horas diárias.

O Estágio Curricular Supervisionado deve ser regularizado, de acordo com o disposto na legislação em vigente, com seu regulamento no Regimento Institucional, e funcionar através de convênio entre o local cedente e a IES, por meio de Termo de Compromisso que é

realizado entre o aluno e a
interveniência da Instituição

empresa ou instituição com
de ensino, além do Plano de Estágio.

O Estágio Supervisionado configura-se como processo de interação na prática profissional e pressuposto básico a ser desenvolvido nos cursos da Instituição, constituindo-se requisito para obtenção da titulação no mesmo.

Esse processo de intervenção no cotidiano acadêmico-profissional e também uma forma complementar do processo ensino-aprendizagem se configura como a oportunidade dada ao aluno para se defrontar com a concretude das dinâmicas de prática, sobretudo com a prática do aprender a aprender. Essa intervenção é vista ainda como possibilidade de integração entre os diversos componentes curriculares do curso.

Por ser um procedimento didático-pedagógico, não pode prescindir de sua propriedade integrativa: o dimensionamento da articulação teoria e prática e da vivência na realidade profissional, caracterizada pela problematização das circunstâncias concretas.

A viabilização das atividades arroladas nos Estágios Supervisionados é de responsabilidade da Faculdade, a quem caberá captar oportunidades e buscar apoio por meio de convênios junto a instituições públicas e privadas, ademais de responsabilizar-se pela administração dos programas em desenvolvimento e garantir aos profissionais em formação possibilidades de acesso ao mercado de trabalho.

9.7.2. Atividades de Prática Profissional

As Práticas Profissionais na Instituição têm por objetivo uma melhoria do desenvolvimento e amadurecimento pessoal do aluno, bem como a sensibilização para as atividades profissionais da área de formação. Os núcleos de prática dos cursos são regidos por regulamentação própria, aprovada pelo Conselho Superior de Administração (CSA), sendo conduzidos por professores indicados pelas respectivas Coordenações dos Cursos.

Atendendo a uma de suas Diretrizes Pedagógicas que afirma que se deve “ênfaticamente as atividades práticas e de extensão”, estará implantado na Instituição um sólido programa nesse sentido, que resultará na implantação de espaços específicos de acordo com a natureza de cada curso, em médio e longo prazo, além dos locais conveniados, com o objetivo de dar aos alunos a oportunidade de vivenciarem, na sua formação, a identidade acadêmico-profissional a partir da compreensão de competências e de habilidades que abrangem as dimensões político-sociais, ético-moral, técnico-profissional e científica.

Sendo assim, as atividades de prática profissional são concebidas levando em conta às dimensões do fazer e do saber fazer, compreendendo as questões e as situações-problema envolvidas no trabalho, identificando-as e resolvendo-as.

9.7.3. Atividades

Complementares

As Atividades Complementares, de recomendação do Conselho Nacional de Educação, por comporem o currículo são obrigatórias a todos os alunos matriculados na Instituição. A conclusão destas atividades é pré-requisito para a conclusão do curso. As atividades devem ser diversificadas, por isso existe uma carga horária máxima em cada tipo de atividade. Somente são aceitas atividades realizadas após o ingresso do aluno nos cursos.

Cabe ao aluno decidir qual atividade complementar irá realizar, sendo que a Instituição se preocupa com a ampla divulgação de oportunidades formativas que podem convergir para o aproveitamento como atividades formativas. Portanto, sistematicamente, os alunos são solicitados a estarem atentos à divulgação dos eventos e oportunidades, tanto na Instituição, como em outros espaços.

As Atividades Complementares possibilitam o reconhecimento por avaliação de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, hipóteses em que o aluno alarga o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, internos ou externos ao curso. Orientam-se, desta maneira, a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica; sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais, temas relativos à Educação das Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, Direitos Humanos e Educação Ambiental.

Nesse sentido, as Atividades Complementares incluem projetos de monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, visitas técnicas, disciplinas optativas, disciplinas oferecidas em outros cursos da própria Instituição e de outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional, ainda que esses conteúdos não estejam previstos no currículo do curso, mas nele podem ser aproveitados porque circulam em um mesmo currículo, de forma interdisciplinar, e se integram com os demais conteúdos realizados.

A Instituição promove uma diversidade de Atividades Complementares, desde a oportunidade para os graduandos participarem em eventos como ouvintes, ministrantes, apresentando trabalhos, dentre outros, destacando o apoio às atividades científicas, como participação dos alunos em atividades de iniciação científica. Também serão consideradas Atividades Complementares a participação em eventos culturais, além das visitas em locais pertencentes ao Patrimônio Histórico e Cultural. Ainda pode ocorrer a designação de professores com carga horária específica para orientar, acompanhar a organização de parâmetros claros para validar a sua ampla publicização.

O instrumento balizador de planejamento e acompanhamento das Atividades Complementares é o seu regulamento. O instrumento normativo reflete não somente as necessidades acadêmicas previstas em atos regulatórios como refletem, sobretudo, o compromisso da Instituição com uma formação ampla, plural e complementar para os seus graduandos. Nele está prevista uma gama de atividades que são desenvolvidas pelos alunos no sentido de garantir aos mesmos suportes diversos para a consolidação de suas formações epistemológicas, teóricas e práticas, em complementação ao seu cotidiano acadêmico, desenvolvido em sala de aula.

O acompanhamento das Atividades Complementares é realizado a partir do aconselhamento de matrícula individualizada de cada aluno. A partir da divulgação e organização destas oportunidades formativas, que podem ser validadas como atividades complementares pela coordenação de graduação, o aluno entrega formulários de validação da Atividade Complementar até o prazo final de cada semestre. É utilizado um Formulário de Validação da Atividade Complementar, que a Coordenação de cada curso disponibilizará para o aluno. Cada aluno possui sua pasta individualizada onde são registradas e arquivadas todas as entregas de documentos feitos pelo mesmo.

9.7.4. Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade enquanto processo de integração recíproca entre vários componentes curriculares e campos de conhecimento, é capaz de romper as estruturas de cada um deles, para alcançar uma visão unitária e comum do saber, trabalhando em parceria.

O contexto histórico vivido nessa virada de milênio, caracterizado pela divisão do trabalho intelectual, fragmentação do conhecimento e pela excessiva predominância das especializações, demanda a retomada do antigo conceito de interdisciplinaridade que no longo percurso do século 20, foi sufocado pela racionalidade da revolução industrial.

A necessidade de romper com a tendência fragmentadora e desarticulada do processo do conhecimento justifica-se pela compreensão da importância da interação e transformação, recíprocas entre as diferentes áreas do saber. Essa compreensão crítica colabora para a superação da divisão do pensamento e do conhecimento, que vem colocando a iniciação científica e o ensino como processo reprodutor de um saber parcelado, que conseqüentemente muito tem refletido na profissionalização, nas relações de trabalho, no fortalecimento da predominância reprodutivista e na desvinculação do conhecimento do projeto global de sociedade.

Esta realização integrativa-interativa permite-nos visualizar um conjunto de ações interligadas de caráter totalizante e isenta de qualquer visão parcelada, superando-se as

atuais fronteiras disciplinares e conceituais. Em face dessas ideias, torna-se necessário repensar a produção e a sistematização do conhecimento fora das posturas científicas dogmáticas, no sentido de inseri-las num contexto de totalidade. Dessa forma, a complexidade do mundo em que vivemos, passa a ser sentida e vivida de forma globalizada e interdependente, recuperando-se assim, o sentido da unidade a qual tem sido sufocada pelos valores constantes do especialismo.

Trabalhar a interdisciplinaridade não significa negar as especialidades e objetividade de cada ciência. O seu sentido reside na oposição da concepção de que o conhecimento se processa em campos fechados em si mesmo, como se as teorias pudessem ser construídas em mundos particulares sem uma posição unificadora, que sirva de base para todas as ciências, e isoladas dos processos e contextos historicoculturais.

A interdisciplinaridade tem que respeitar o território de cada campo do conhecimento, bem como distinguir os pontos que os unem, e que os diferenciam. Essa é a condição necessária para detectar as áreas onde se possam estabelecer as conexões possíveis. A interdisciplinaridade impõe que cada especialista transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites, para colher as contribuições dos outros componentes curriculares.

9.7.5. Flexibilidade

O perfil do egresso almejado pela Instituição é calcado na perene reflexão ética, humanística e crítica dos diversos problemas que se apresentam aos egressos. A essa pretensão alia-se a constante transversalidade de conteúdos e interação entre os eixos propedêutico, prático e profissionalizante, o que leva à adoção de matrizes curriculares que permitem ao acadêmico optar entre diversos conteúdos postos em disciplinas eletivas.

Realiza-se, assim, a necessária flexibilidade curricular, de modo a propiciar ao acadêmico a escolha de disciplinas com variados conteúdos curriculares e temáticos, proporcionando adequar seu estudo dentre as possíveis atuações no mercado profissional e na área acadêmica.

Nesse contexto, as matrizes curriculares contemplam ao acadêmico cursar disciplinas eletivas distribuídas, conforme deliberações das temáticas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Por fim, com a oferta nos turnos noturno e matutino, o aluno pode cursar disciplinas no contra turno quando desperiodizado. Com isso, o curso possui formas diferenciadas que permitem sua integralização. Por fim, para as disciplinas com maior retenção, o curso disponibiliza disciplinas em época especial, nas mesmas condições das disciplinas normais,

cumprindo plenamente a avaliação de uma disciplina

carga-horária e as condições de ofertada em período normal.

10. CORPO DISCENTE

Desde seu ingresso na Instituição os alunos são acompanhados intensivamente pelas Coordenações dos Cursos. Por meio deles, os alunos receberão todas as informações necessárias sobre os cursos, bem como sobre o funcionamento dos diversos departamentos e da estrutura da Instituição. As informações são também disponibilizadas através de material impresso, e-mails, aluno on-line e site da Internet.

Para melhor acompanhar o aluno, no ato de sua inscrição para o processo seletivo, é realizada a pesquisa sobre o Perfil do Estudante, cuja finalidade é conhecer melhor o perfil do alunado de cada curso.

Além disso, a Coordenação realiza reuniões frequentes com os Representantes de Turma de cada sala, conforme calendário previamente elaborado. Esta reunião tem a dupla pretensão de acompanhar de perto o andamento dos cursos, e monitorar o desenvolvimento dos alunos. Esta atuação permite uma efetiva rapidez na ação do Coordenador, de maneira a perceber e sanar eventuais desvios da proposta pedagógica.

O intuito da Instituição é sempre atender da melhor forma seus alunos proporcionando um melhor aproveitamento do seu tempo na busca do conhecimento. Para tanto, a Central de Atendimento, além de fazer o primeiro atendimento ao aluno, atua também na área acadêmica e financeira.

O aluno pode ainda acessar o sistema de atendimento, via sistema da Instituição, que lhe propicia a aquisição de informações e documentos e o acompanhamento de sua vida acadêmica. Por meio deste serviço, acessando a *internet* ele pode: consultar nota, frequência, histórico escolar e disciplinas; efetuar sua matrícula subsequente, verificar e confirmar seu Plano de Estudos (PE), tendo que comparecer à Instituição apenas quando discordar do PE proposto por ela.

A Instituição atenta às implicações relativas à expansão de seus cursos e alunos, planeja, quando julgar necessário, a implantação da figura da Tutoria Acadêmica. Entende-a como a instância responsável por receber, registrar, conduzir internamente, responder e/ou solucionar as manifestações (reclamações, sugestões, elogios e denúncias) do corpo discente, com intuito de corrigir e aprimorar os serviços prestados pela Instituição.

A projeção desta instância reflete o compromisso da Instituição com a satisfação de todos aqueles que, por opção, vincularam seus estudos, sua profissão e seus sucessos pessoais à

Instituição. O contato permanente com o aluno faz do tutor um conhecedor dos questionamentos relacionados à Instituição, ajudando-o a encontrar caminhos para resolver eventuais problemas que possa ter tido em qualquer setor, de forma rápida e eficaz, a fim de que não haja prejuízo à sua vida acadêmica. Deste modo, o aluno torna-se o verdadeiro e principal controlador da qualidade dos serviços que lhe são prestados pela Instituição.

10.1. Programas de Apoio Financeiro (Bolsas)

A principal forma de acesso de candidatos nos cursos de graduação dar-se-á através de Processo de Seleção, por transferência ou aproveitamento de estudos (Reabertura de Matrícula e Portadores de Diploma de Curso Superior).

A Instituição como Instituição de ensino superior, ciente de suas responsabilidades e das enormes dificuldades pelas quais passam os estudantes brasileiro, adota alguns programas de apoio pedagógico e financeiro. Entre eles, pode-se citar os seguintes:

PROUNI (Programa Universidade Para Todos) - Iniciativa do Governo Federal, é destinado à concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais para cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

FIES (Financiamento Estudantil) - É um programa de financiamento criado pelo Governo Federal em 1999, em substituição ao antigo Crédito Educativo. Regulamentado pela Lei nº 10.260, de 12/07/2001, o programa é gerido pelo Ministério da Educação (MEC). Sua característica básica é fornecer financiamentos de parte da mensalidade, para estudantes de graduação que tenham bom aproveitamento acadêmico. O benefício tem a vigência equivalente ao tempo de duração do curso, sendo descontado o valor correspondente aos semestres já cursados pelo aluno. Depois de formar-se, ele dispõe de um período equivalente a uma vez e meia o tempo utilizado para pagar seu financiamento. A taxa de juros é fixada pela mencionada lei.

Iniciação Científica - É a bolsa destinada ao estudante de graduação que, sob orientação de um professor (de preferência com o título de doutor), desenvolve iniciação científica ou tecnológica. O estudante deve ter concluído as disciplinas relevantes para o desenvolvimento do projeto e deve dedicar-se exclusivamente ao curso e à iniciação científica. Deve ainda apresentar relatório científico semestral.

10.2. Estímulos à Permanência

Com o intuito de estimular e na instituição, a Instituição e apoio acadêmico.

auxiliar a permanência do discente disponibiliza serviços de Sala Virtual

Através da Sala Virtual, ferramenta pedagógica que propicia permanente e eficaz interação entre professor e aluno, é possível selecionar entre as opções que oferecem *download* e *upload* de arquivos, publicação de avisos, mensagens e consulta aos dados dos alunos matriculados na disciplina.

Além destes procedimentos, a Instituição, projetando a expansão de cursos e alunos, planejam outras três formas de atendimento ao aluno: o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e a Monitoria.

Pelo AVA o aluno passa a contar com várias ferramentas que possibilitam aos professores disponibilizar material de apoio e atividades, esclarecer dúvidas por meio de *chats* e correio eletrônico, receber trabalhos de alunos e conhecer o perfil dos mesmos. O uso deste recurso, assim como da Sala Virtual, é opcional para o aluno.

10.3. Acompanhamento Psicopedagógico

Considerando sua missão institucional, a Instituição busca promover a dignidade e a valorização da pessoa de forma integral. Neste sentido, procura acolher os alunos de forma fraternal, orientando-os no enfrentamento das dificuldades típicas da vida acadêmica, pessoal e social.

No que diz respeito à acolhida pessoal e às questões sociais, a Instituição busca promover diversas atividades (culturais, esportivas, pastorais, espirituais, artísticas e de lazer), de maneira a proporcionar ao aluno um espaço privilegiado para o debate de questões pertinentes ao cotidiano da vida acadêmica.

Além dos serviços acima indicados, a Instituição se preocupa também em oferecer um serviço de Orientação Psicopedagógica aos seus alunos. Trata-se de uma resposta da Instituição para atender não somente às metas institucionais, mas principalmente para suprir algumas necessidades básicas de um bom número do corpo discente diagnosticadas no cotidiano acadêmico. Constata-se que este serviço, que buscará promover autoconfiança e autoconhecimento, costuma resultar em melhoria do desempenho acadêmico, pois acaba propiciando também a formação de posturas mais profissionais, atitudes mais equilibradas e perspectivas de comportamento proativo e pró-social.

É oferecido, ainda, o serviço de orientação profissional específica nos cursos de graduação, procedimento considerado fundamental para sustentar uma formação focada de acordo com o perfil profissiográfico de cada curso.

As principais ações dos profissionais que fazem acompanhamento psicopedagógico estão normalmente voltadas à escuta do acadêmico e ao diagnóstico interdisciplinar. No entanto, a equipe de profissionais tem competência e habilidade para, ao identificar casos mais graves, fazer os encaminhamentos devidos recomendando atendimento especializado fora da Instituição.

10.4. Organização Estudantil

A Instituição, em consideração à sua missão de formação integral do homem e em respeito aos valores sociopolíticos da democracia, estimula a participação e a organização dos estudantes nas mais diversas instâncias e modalidades.

Exemplos delas podem ser como os que se indica a seguir: Monitoria, Participação em Órgãos Colegiados da Faculdade e dos Cursos. Cabe frisar que a Instituição incentiva e subsidia a constituição e o desenvolvimento de Centros Acadêmicos e Diretórios Estudantis.

10.5. Acompanhamento dos Egressos

A Instituição oferece, tanto aos alunos a serem matriculados quanto aos futuros egressos, o serviço acadêmico denominado Empregabilidade. O acesso ao serviço é feito por meio do portal da Instituição. Nele, os alunos têm a possibilidade de atualizar seu currículo e as empresas, cadastradas previamente, inserem vagas de estágio ou emprego. Neste portal, os alunos e egressos podem acessar e “baixar” textos orientativos sobre empregabilidade.

O Serviço é ofertado pela Coordenação de Estágios, que mantém o registro da situação dos alunos de penúltimo e/ou último ano que realizam o estágio supervisionado. Para o resgate de informações dos alunos egressos foi criado um sitio específico onde é possível fazer a atualização cadastral, permitindo assim obter informações sobre a sua evolução profissional.

No futuro a Instituição terá a participação de egressos nos colegiados de curso, na Comissão Própria de Avaliação (CPA) e no Conselho Superior de Administração (CSA). Desta forma, os egressos continuarão atuando no âmbito da Instituição.

11. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

11.1. Da Autonomia

A Instituição goza de autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar nos termos da legislação federal e de seu estatuto.

11.1.1. Autonomia Didático-Científica

A autonomia didático-científica consiste em:

- I. Criar projetos, solicitar ao MEC a criação, organização e extinção de cursos e programas de educação superior previstos em Lei, obedecendo às normas gerais da União, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e demais baixadas pelo sistema federal de ensino;**
- II. Fixar os currículos dos cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;**
- III. Estabelecer planos, programas e projetos de iniciação científica, produção artística e atividades de extensão;**
- IV. Fixar o número de vagas por processos seletivos de acordo com os atos autorizativos dos cursos, a capacidade institucional e as exigências do meio, respeitada a legislação vigente;**
- V. Conferir graus, diplomas e outros títulos;**
- VI. Promover programa de avaliação institucional;**
- VII. Emitir normas relacionadas com as atividades didaticopedagógicas, científicas e acadêmicas da Instituição.**

11.1.2. Autonomia Administrativa

A autonomia administrativa consiste em:

- I. Elaborar e reformar o Regimento em consonância com as normas gerais atinentes;**
- II. Propor à Mantenedora a política de pessoal docente e técnico-administrativo, assim como o plano de carreira, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;**
- III. Elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais nos termos do Regimento;**
- IV. Adotar procedimentos e medidas inerentes à sua gestão, emitindo os atos pertinentes.**

11.1.3. Autonomia Disciplinar

A autonomia disciplinar consiste em:

- I. Elaborar o plano de carreira do pessoal docente e técnico-administrativo, em conformidade com o ordenamento jurídico vigente;**
- II. Fixar normas e procedimentos para o regime disciplinar, observado o devido processo legal e o Regimento.**

11.1.4. Ouvidoria

A Ouvidoria é um serviço de relacionamento da Instituição, vinculado à Diretoria Geral, disponível a todos os públicos de interesse da Instituição.

As ações da Ouvidoria devem ser desenvolvidas de modo a assegurar o atendimento acessível, confidencial, imparcial, ético e comprometido com os direitos do manifestante e com o cumprimento das normas e princípios da Instituição.

São objetivos da Ouvidoria:

- I. assegurar ao usuário a oportunidade de ter a sua demanda reavivada caso o atendimento recebido anteriormente não tenha sido considerado satisfatório;**
- II. assegurar que o atendimento seja acessível a todos os públicos, com diferentes canais de comunicação, como telefone, e-mail, correspondência e escuta pessoal;**
- III. assegurar a imparcialidade e igualdade nos atendimentos prestados pela Instituição;**
- IV. assegurar o direito de manifestação independentemente de a consideração ser procedente ou não;**
- V. assegurar que o manifestante receba retorno, com as devidas justificativas, para todo e qualquer assunto;**
- VI. assegurar ao manifestante a oportunidade de ter sua demanda levada ao conhecimento do da Diretoria-Geral e Diretoria Acadêmica, caso seja necessário;**
- VI. assegurar o relacionamento de respeito e confiança entre a Instituição e os manifestantes.**

A Ouvidoria será composta por um Ouvidor, de livre escolha da Diretoria Geral, e por membros encarregados das atividades ordinárias do setor, sob a coordenação do Ouvidor.

11.2. Autoavaliação Institucional

11.2.1. Introdução

A Instituição vem, desde a sua criação, desenvolvendo e implementando um modelo de autoavaliação que, gradativamente, incorpore e acompanhe o processo de crescimento da própria instituição. Apesar de ser um processo planejado e conduzido internamente, revela-se como tarefa árdua e complexa. A sua implantação integral é uma ação ainda mais desafiadora, pois implica investigar as práticas administrativas e pedagógicas, com senso crítico e participativo, a fim de identificar as suas potencialidades e limitações, para auxiliar no processo decisório, visando a melhoria da qualidade de ensino e da gestão acadêmica.

O mundo atual é caracterizado por intensas mudanças de natureza social, econômica e tecnológica.

Além disso, com o surgimento da denominada sociedade do conhecimento, exige-se das pessoas e empresas reflexões cada vez mais apuradas da realidade. Ter à mão informações precisas e atualizadas é fator preponderante e representa um poderoso fator de vantagem competitiva para as organizações, qualquer que seja a sua área de atuação. No caso específico das instituições de ensino, é necessário que se avalie, permanentemente, o seu desempenho, a fim de que os resultados possam ser utilizados para a tomada de decisões rápidas e seguras.

11.2.2. Pressupostos e princípios da avaliação

Pretende-se consolidar a avaliação institucional como um programa permanente na Instituição, através da CPA (Comissão Permanente de Avaliação), pautada nos princípios emanados do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) que fixou as atribuições e competências da CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior): globalidade, aceitação, legitimidade e adesão à avaliação, para fundamentar as etapas consecutivas e interdependentes de:

1)

Sensibilização da comunidade acadêmica como forma de garantir a sua aceitação e participação no processo avaliativo.

2) Diagnóstico multidimensional da realidade através da construção de indicadores quantitativos e qualitativos.

3) Avaliações internas e externas dos cursos.

4) Reavaliação com base nas informações e recomendações das avaliações interna e externa.

5) Reformulação de políticas institucionais e de modelos de gestão acadêmica e administrativa, através da implementação de medidas apontadas pelo processo de avaliação.

11.2.3. Objetivo geral

A CPA da Instituição tem como principal objetivo subsidiar e orientar a gestão institucional nas dimensões política, acadêmica e administrativa de forma a viabilizar os ajustes necessários à elevação do padrão de desempenho e à melhoria permanente da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas.

11.2.4. Objetivos

específicos

Pretende-se consolidar o processo de avaliação implementando-se:

- 1) Uma metodologia quantitativo-qualitativa que permita gerar um banco de dados consistentes e integrados, para a construção de indicadores relevantes para efeito de diagnóstico, controle e autoconhecimento, visando a melhoria da qualidade de ensino, da iniciação científica, da extensão, da gestão administrativa, da gestão e alocação de talentos humanos e da alocação de recursos orçamentários.**
- 2) Um processo contínuo e permanente de avaliação, visando à autocrítica dos aspectos administrativos e pedagógicos dos cursos de graduação.**
- 3) O fornecimento constante de elementos essenciais ao corpo diretivo sobre o desempenho da instituição, que permitam o dimensionamento de políticas de ensino e de gestão acadêmica.**

11.2.5. Programa proposto de avaliação institucional

A seguir, são propostos os seguintes instrumentos de avaliação planejados para vir a constituir o programa completo de avaliação interna da Instituição.

- I. Avaliação dos professores pelos alunos (graduação e pós-graduação *lato sensu*).**
- II. Avaliação dos alunos pelos docentes.**
- III. Autoavaliação dos docentes.**
- IV. Visão que os docentes têm da Instituição. v. Avaliação dos serviços administrativos.**
- VI. Avaliação da expectativa dos alunos iniciantes.**
- VII. Avaliação da expectativa dos alunos concluintes.**
- VIII. Avaliação Instituição pelos ex-alunos.**
- IX. Pesquisa de perfil socioeconômico dos alunos. x. Pesquisa de clima organizacional.**
- XI. Pesquisa de imagem e posicionamento de mercado da Instituição**

A Instituição realiza as avaliações dos professores pelos alunos, a avaliação dos alunos pelos professores, a pesquisa de perfil socioeconômico dos alunos (juntamente com a pesquisa do perfil do aluno ingressante), e a pesquisa de satisfação do aluno. Ao longo do quinquênio, a Instituição pretende consolidar o programa completo de autoavaliação institucional.

Como ação inovadora, a Instituição criará QRCODES distribuídos nas instalações da Instituição, permitindo a avaliação não apenas no período oficial da avaliação, mas a qualquer tempo.

11.2.6. Aspectos metodológicos

Além de fundamentar-se nos princípios do SINAES, a metodologia da autoavaliação procura preservar também a identidade, a vocação, as características particulares e a realidade institucional da Instituição. Além disso, a ótica da pesquisa é colocada na perspectiva de satisfação e não de avaliação docente. Este aspecto é importante, pois busca a participação consciente do aluno como cliente e não a sua promoção no processo avaliativo.

Neste sentido, de pesquisa sobre o nível de satisfação do aluno de graduação e pós-graduação, descrevem-se os objetivos e procedimentos metodológicos das pesquisas propostas.

OBJETIVOS

- I. Avaliar os cursos de graduação e pós-graduação em relação aos conteúdos programáticos, metodologia de ensino e desempenho dos professores.**
- II. Gerar resultados que se constituam em instrumento de tomada de decisão de caráter estratégico e operacional visando a implementação de programas de melhoria da qualidade de ensino.**

METODOLOGIA

Para o levantamento dos dados necessários à construção dos indicadores de satisfação do desempenho docente, disponibiliza-se um questionário, a ser respondido via Internet, cujas perguntas de caráter objetivo, foram definidas para que as respostas dos alunos possam ser efetivadas dentro de uma escala de satisfação de 1 (um) a 5 (cinco) pontos, em que a nota 1

(um) representa a menor
maior satisfação para o item

satisfação e 5 (cinco) significa a
avaliado.

11.2.7. Resultados da autoavaliação

A avaliação interna entendida como processo de diagnóstico e aperfeiçoamento apresentará, para cada instrumento aplicado e para as bases de dados constituídas, resultados de forma clara e objetiva que possam ser interpretados e utilizados pelos diversos atores do processo: gestores, professores, funcionários, alunos e comunidade. Nesta perspectiva, os relatórios bem como a forma de comunicação, serão elaborados visando sempre subsidiar a tomada de decisões em todos os níveis do processo de avaliação.

Pretende-se que os relatórios produzidos permitam uma reflexão clara da realidade, evitando juízos de valor sem fundamento, com base apenas em impressões pessoais ou de grupos. Os relatórios da avaliação interna apontarão os pontos fortes e fracos a partir dos dados analisados, enfatizando todas as dimensões institucionais que necessitem de intervenção.

Os diversos relatórios da avaliação institucional são elaborados por uma equipe técnica responsável, especialmente designada para esta atividade, sendo que a divulgação dos resultados acontece durante encontros de professores, seminários ou outros tipos de eventos para tal finalidade.

Cabe ressaltar que o programa de avaliação institucional da Instituição vem sendo implementado de forma gradativa, mas abrangente e integral.

Como ação inovadora, a Instituição criará QR-CODE para divulgar os resultados da CPA, além da divulgação que ocorrerá no site institucional.

11.2.8. Avaliação Externa

A avaliação externa corresponde às avaliações realizadas pelo MEC ou por outros agentes externos. Todas as avaliações às quais a Instituição seja submetida, passam a integrar o programa de avaliação institucional.

Por fim, cabe destacar que qualquer que seja o tipo de avaliação, tanto a interna quanto a externa, é monitorado pela CPA, que tem, entre outros, os requisitos de autoridade e autonomia para receber todas as informações necessárias ao bom desempenho de suas funções, principalmente no que se refere à sua função precípua de emitir relatórios com recomendações ao Instituição.

11.3.

Comunicação

11.3.1. Comunicação com a Sociedade Externa

Para se comunicar com a comunidade externa, a Instituição utiliza, prioritariamente, as tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) a serem implementadas. Dessa forma, explora, dentre outros, o portal eletrônico – site institucional que:

1. **Descreve a missão, visão, objetivos e valores que norteiam o trabalho desenvolvido pela Instituição;**
2. **Apresenta a descrição dos diferentes cursos de graduação oferecidos;**
3. **Elenca as informações a respeito das normas para ingresso na Instituição, bem como os processos didáticos acadêmicos;**
4. **Disponibiliza o Programa Institucional de Iniciação científica e Extensão, que descreve as atividades desenvolvidas pela Instituição.**

A Instituição utiliza também diversos canais de comunicação (site, redes sociais, rádio, jornal e televisão), que possibilitem a divulgação das ações, projetos, pesquisas, eventos, ou seja, tudo que movimenta o dia-a-dia da instituição. Para divulgação do vestibular, utilizará site específico, permitindo ao candidato conhecer os cursos, financiamentos e datas disponíveis para realização do Processo Seletivo. A Instituição utiliza todas as redes sociais: Facebook (divulgação de cursos, eventos, vestibular, comunicados), Youtube (vídeos institucionais), Twitter e Instagram.

11.3.2. Comunicação com a Comunidade Interna

Para se comunicar com a comunidade interna, além dos canais a serem utilizados também para a comunidade externa, a Instituição utiliza:

1. **Portal Eletrônico:** disponibiliza as seguintes informações - Histórico da Instituição, descrevendo a missão, visão, objetivos e valores que norteiam o trabalho desenvolvido; informes sobre os cursos;
2. **Campus Digital:** disponibiliza ao discente as informações necessárias ao desenvolvimento acadêmico, tais como o

-
- Manual do Aluno (MIA),
Elaboração de Trabalhos Acadêmicos (META);
3. **Secretaria Online:** protocolos em geral, calendários, departamento financeiro, biblioteca;
4. **Pesquisa:** que descreve as atividades de pesquisa desenvolvidas pela instituição;
5. **Espaço do Aluno:** espaço exclusivo do discente da Instituição, que disponibiliza as informações necessárias ao acompanhamento da vida acadêmica tais como - notas, frequência, atividades de nivelamento, entre outros, além de acesso a documentos institucionais como PDI, PPI e PPC;
6. **Espaço do Professor:** espaço exclusivo para o docente da Instituição que disponibiliza as informações necessárias à dinamização do processo acadêmico tais como - lançamento de notas, frequência, calendário de avaliações, ementas, atividades para extensão, recursos, etc.;
7. **Redes Sociais:** a Instituição está em todas as redes sociais: Facebook (divulgação de cursos, eventos, vestibular, comunicados), Youtube (vídeos institucionais), Twitter e Instagram;
8. **Ouvidoria;**
9. **Atendimento Presencial:** a instituição disponibiliza ainda, no campus, atendimento presencial para todos os alunos, em seus diferentes departamentos. Assim, além da estrutura utilizada também pelo público externo, há também a oportunidade dos atendimentos realizados pelos Gestores de Cursos e Diretoria Geral/Financeira, ocasião que, mediante agendamento prévio, o aluno escolhe o melhor horário para discutir assuntos relacionados ao curso;
10. **Colegiados:** em todas as instâncias, via órgãos colegiados (Representantes de Turma, Comissão Própria de Avaliação - CPA, Colegiados de Cursos, Conselhos), há a previsão de participação de representantes dos discentes e/ou da comunidade externa, sendo tais participações essenciais para que as reuniões dos respectivos colegiados aconteçam;
11. **Computadores de acesso:** a instituição disponibiliza computadores, onde a comunidade acadêmica tem acesso a diversas informações e serviços, como - notas e faltas, informações de protocolos, negociação online, emissão de 2ª via de boleto, localização de salas;

12. **Murais físicos:** nos corredores de acesso às salas de aula, os alunos terão acesso a informações de interesse acadêmico através destes murais.

12. DEMONSTRAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRAS

A gestão financeira é reservada à Mantenedora, em conjunto à entidade Mantida executar as estratégias estabelecidas. Após um planejamento orçamentário de capital e financeiro, definem-se alçadas mensais corporativas para os gestores.

A Instituição não utiliza, em princípio, recursos de terceiros para financiar ações de curto prazo (capital de giro). Em se tratando de investimentos imobilizados, procura adequar custos com oportunidades, ou seja, viabilidade técnica, econômica e financeira, objetivando a criação de valor. Não obstante, em havendo necessidade de captação de recursos para investimentos em ativos fixos, estes serão captados por meio de produtos financeiros de longo prazo junto às linhas disponibilizadas por bancos de fomentos.

A concretização dessas melhorias, bem como de outras ações previstas no PDI, requer o comprometimento de um percentual fixo de receita advinda do pagamento das mensalidades (semestralidades). Os resultados positivos serão reinvestidos para melhoria das condições de oferta e/ou ampliação. Em caso de resultado negativo, a mantenedora fará o respectivo aporte financeiro. Com base em estimativas previstas em receita, a mantenedora se compromete a investir os valores necessários para o desenvolvimento da Instituição.

Tendo em vista que a principal fonte de recursos da Instituição origina-se das mensalidades cobradas, a previsão leva em consideração as possíveis inadimplências no recebimento de mensalidades e evasões, bem como as outras receitas provenientes de taxas escolares permitidas.

O planejamento econômico-financeiro do presente PDI da Instituição compreende a definição das fontes e aplicações de recursos referentes aos cursos existentes, em fase de implantação e a implantar no período correspondente à vigência deste plano: 2022-2026. Os cursos e vagas que serviram como base para este planejamento já foram descritos anteriormente em quadro específico.

Os recursos provenientes da cobrança de mensalidades somados aos aportes da mantenedora serão, em princípio, suficientes para a subsistência Institucional, devendo-se compreender as diversas aplicações que se farão necessárias nas modalidades abaixo, contempladas individualmente:

- 1) **Manutenção e ampliação de infraestrutura;**
- 2) **Renovação permanente do acervo;**
- 3) **Implantação e melhoria da rede de informação;**
- 4) **Capacitação do corpo docente;**
- 5) **Capacitação do quadro técnico;**
- 6) **Implantação de projetos de iniciação científica;**
- 7) **Manutenção operacional das diversas áreas de ensino, iniciação científica e extensão.**

Segue a previsão de planejamento financeiro considerando os primeiros anos de andamento da Instituição.

12.1. Estratégias de Gestão Econômico-Financeira

A gestão econômico-financeira da Instituição é determinada por uma política institucional cuja principal finalidade é garantir a plena consecução dos compromissos expressos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o período 2022-2026.

12.1.1. Princípios

Os princípios norteadores desta política institucional de gestão econômico-financeira são:

- a) **Aperfeiçoamento dos processos administrativos;**
- b) **A otimização dos recursos disponíveis;**
- c) **Um adequado reinvestimento dos resultados operacionais obtidos;**
- d) **A definição e implementação de mecanismos e instrumentos que assegurem a integral realização das receitas previstas;**
- e) **A identificação de fontes alternativas de receitas, para o financiamento de projetos educacionais específicos;**
- f) **A sustentação da expansão da instituição com recursos próprios, de forma exclusiva ou o mais possível preponderante;**
- g) **Definição da estrutura de custos das ações e projetos que integram o programa de manutenção e ampliação da instituição;**
- h) **A análise de viabilidade financeira dos planos, programas e projetos educacionais de cada curso, preservada sua adequação às políticas e diretrizes institucionais, bem como o nível de qualidade acadêmica.**

12.1.2 Objetivos

Os objetivos de sua gestão econômico-financeiro são:

- a) A sistematização e o controle da forma de aquisição de bens patrimoniais otimizando e racionalizando a utilização dos bens existentes, prevenindo e eliminando duplicações;
- b) A racionalização e a otimização da alocação, da distribuição e da utilização dos recursos financeiros;
- c) A implementação de um processo de elaboração colegiada do orçamento da Faculdade;
- d) A realização de inventários patrimoniais regulares e o estabelecimento de um processo permanente de monitoramento da depreciação e obsolescência de equipamentos;
- e) O desenvolvimento de processos de análise com base em índices de desempenho financeiros e econômicos;
- f) O desenvolvimento de parcerias com a comunidade empresarial com vistas à obtenção de recursos financeiros adicionais.

12.1.3. Estratégias

As estratégias de gestão econômico-financeira da Instituição têm como referenciais a necessidade de garantir o cumprimento dos compromissos expressos em seu PDI proporcionando ao mesmo tempo educação de excelência e competitividade.

Estas estratégias, garantidas pela boa sustentabilidade financeira da Instituição, levam em conta:

- a) Os programas acadêmicos previstos no PDI;**
- b) A gestão estratégica dos cursos;**
- c) A gestão estratégica da instituição.**

12.1.4. Materialização das estratégias de gestão econômico-financeiras

Ao garantir a sustentabilidade financeira da instituição, o setor financeiro colabora com o desenvolvimento de soluções inovadoras das áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, de acordo com a legislação vigente, com o contexto locorregional da instituição e com os compromissos expressos no seu PDI.

Sob esta égide, são desenvolvidos e aprimorados mecanismos de gestão acadêmica, que se materializam no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Projeto Pedagógico de Cursos (PPC) e seus subprojetos, contemplando de maneira mais que satisfatórias todas as ações que atendam o entrelaçamento do trinômio Ensino – Pesquisa – Extensão.

12.1.5. Metodologia de análise e avaliação econômico-financeira

As metodologias utilizadas para a análise e avaliação econômico-financeira da Instituição envolvem:

- a) Sistema de informações sólido e ágil, com obtenção de dados proporcionados por um software desenvolvido na própria instituição;
- b) Rigoroso controle dos processos administrativos – organogramas, fluxo de documentos e informações;
- c) Comparação entre os resultados previstos e os realizados;
- d) Sinergia permanente com as mantidas;
- e) Identificação de problemas estratégicos via diagnóstico institucional – Comissão Própria de Autoavaliação, ouvidoria, avaliações externas (relatórios oficiais do MEC), etc.
- f) Desenvolvimento do orçamento e aprovação de desembolsos com as participações dos órgãos colegiados a depender do nível de execução e posterior aprovação no Conselho Superior.

12.1.6. Política de alocação de recursos

A política de alocação de recursos tem como princípios norteadores:

- a) A adequação entre a proposta de desenvolvimento da mantida e a captação de recursos;
- b) O orçamento previsto e aprovado pela comunidade acadêmica;
- c) A compatibilidade entre cursos oferecidos e as verbas e recursos disponíveis;

- d) A comparação entre as despesas efetivas, e as referentes as despesas correntes de capital e de investimento.**

12.1.7. Alocação de recursos para investimento e expansão

Os princípios para alocação de recursos para investimento e expansão da instituição levam em conta:

- a) Os objetivos e metas propostos pelo PDI;**
- b) O interesse estratégico das ações desenvolvidas na instituição;**
- c) Os recursos obtidos pela instituição;**
- d) Manutenção da estrutura da instituição;**
- e) A aprovação do Conselho Superior de Administração.**

12.1.8. Responsabilidade social na alocação de recursos

As ações de responsabilidade social da Instituição têm como respaldo a provisão de recursos norteados pelos seguintes critérios:

- a) Elaboração do projeto conforme as normas da Instituição;**
- b) Consonância com demandas sociais e responsabilidade social da Instituição e de seus agentes;**
- c) Contribuição para o desenvolvimento regional;**
- d) Contribuição para a diminuição dos desequilíbrios socioeconômicos;**
- e) Caráter inclusivo da ação;**
- f) Contribuição para o aperfeiçoamento dos processos administrativos;**
- g) Ações de capacitação do corpo docente;**
- h) Ações de capacitação do pessoal técnico-administrativo;**
- i) Viabilidade financeira da ação proposta.**

12.1.9. Planejamento anual

O planejamento econômico financeiro anual é aprovado pelo Conselho Superior de Administração, após construção pela comunidade interna, e acompanhado pela Mantenedora, tendo como princípios o funcionamento sustentado da instituição e sua expansão.

O Planejamento Econômico-financeiro é realizado de modo a garantir compatibilidade entre as ações planejadas e os investimentos para sua viabilização, tendo em conta que a prioridade é a consolidação da instituição.

12.1.10. Investimentos

em capacitação

Os investimentos em capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo recebem tratamento individualizado, conforme adequação com os objetivos propostos pelo curso e pela Instituição, conforme previsto neste PDI.

12.1.11. Investimentos na infraestrutura

Os investimentos relacionados à manutenção da infraestrutura serão feitos para atender às necessidades do adequado funcionamento da instituição e evolução dos cursos.

12.1.12. Fontes de receitas primárias

As principais fontes de receitas da Instituição são provenientes das mensalidades dos alunos. Neste aspecto, a instituição realizará esforços durante todo o ano para manter o número de alunos e estipular metas para aumento na captação de candidatos nas campanhas de vestibular, metas estabelecidas conforme o contexto econômico e social da região.

As receitas da Instituição serão apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles avisos bancários, recibos e outros.

12.1.13. Fontes de receitas secundárias

Os emolumentos representam significativa fonte de arrecadação e os resultados destes destinam-se ao aperfeiçoamento dos processos envolvidos nos próprios setores de onde eles se originam.

Outras fontes secundárias de receita são:

- a) A terceirização de serviços (estacionamento, cantina e reprografia);**
- b) Investimentos do capital próprio da Mantenedora.**

A Instituição tem a possibilidade de lançar mão de diversas opções de linhas de crédito oferecidas pelos bancos. Esse é um aspecto, ainda, em fase de estudo.

12.1.14. Impacto da captação de alunos

Existe uma política da Mantenedora, do setor financeiro e da assessoria de marketing de captação de alunos para manter de modo saudável os aportes financeiros de que a instituição necessita.

Ela se alicerça em ações cada vez mais direcionadas aos públicos-alvo que se constituem em egressos do ensino médio, alunos de cursos pré-vestibular e os diferentes convênios que a Faculdade mantém com empresas e instituições parceiras.

12.1.15. Inadimplência

Há uma política de manutenção de alunos inadimplentes e em dificuldades financeiras de tratamento individualizado, negociação e renegociação dos débitos, política esta que vem se mostrando em outras instituições como eficaz, dado os bons resultados tanto na retenção destes alunos quanto na manutenção da inadimplência em níveis abaixo da média estadual e nacional.

12.1.16. Segurança do Patrimônio

Os bens do ativo imobilizado no final do exercício estarão cobertos com seguros, em montante suficiente para assegurar a reposição dos bens e continuidade das atividades da instituição.

12.2. Planos de Investimentos

Os planos de investimentos da Instituição são divididos basicamente em investimentos de curto prazo e longo prazo.

12.2.1 Investimentos a serem realizados em curto prazo

- a) **Aperfeiçoamento dos processos administrativos;**
- b) **Ampliação das funcionalidades e espaço nos servidores de informática;**
- c) **Aperfeiçoamento dos sistemas de informática;**
- d) **Desenvolvimento de novos softwares;**
- e) **Manutenção física da infraestrutura da Instituição;**
- f) **Manutenção dos laboratórios da instituição;**
- g) **Programas de qualificação docente;**
- h) **Programas de qualificação do pessoal técnico-administrativo;**
- i) **Melhoria nos processos de divulgações das informações;**
- j) **Manutenção do acervo da biblioteca;**

- k) **Implantação de novos cursos de pós-graduação contemplando todas as áreas de graduação.**

12.2.2. Investimentos a serem realizados em longo prazo

- a) **Construção de novas salas de aula, se necessário, com a possibilidade de aumento de vagas;**
- b) **Construção de novos laboratórios, se necessários, consultados, Coordenação do curso e Coordenação de Áreas;**
- c) **Aquisição dos equipamentos necessários para o funcionamento dos laboratórios dos cursos a serem implementados;**
- d) **Aquisição do acervo bibliográfico necessário para o funcionamento dos cursos;**
- e) **Ampliação da infraestrutura geral de modo a proporcionar boas condições de atendimento aos novos aportes de alunos, docentes e pessoal técnico-administrativo.**

PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

| | Receitas | | | | |
|----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| Anuidades/Mensalidades | 1.580.241,60 | 1.896.289,92 | 2.275.547,90 | 2.730.657,48 | 3.276.788,98 |
| Taxas/Secretaria | 15.802,42 | 18.962,90 | 22.755,48 | 27.306,57 | 32.767,89 |
| Serviços | 12.641,93 | 15.170,32 | 18.204,38 | 21.845,26 | 26.214,31 |
| Diversos | 65.738,05 | 78.885,66 | 94.662,79 | 113.595,35 | 136.314,42 |
| RECEITA BRUTA | 1.674.424,00 | 2.009.308,80 | 2.411.170,56 | 2.893.404,67 | 3.472.085,61 |
| Bolsas | 50.232,72 | 60.279,26 | 72.335,12 | 86.802,14 | 104.162,57 |
| Inadimplência | 126.419,33 | 151.703,19 | 182.043,83 | 218.452,60 | 262.143,12 |
| TOTAL DESCONTOS | 176.652,05 | 211.982,46 | 254.378,95 | 305.254,74 | 366.305,69 |
| Receita Operacional | 1.497.771,95 | 1.797.326,34 | 2.156.791,61 | 2.588.149,93 | 3.105.779,92 |
| | Despesas | | | | |
| | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| 1. PESSOAL | | | | | |
| Docente | 299.554,39 | 359.465,27 | 431.358,32 | 517.629,99 | 621.155,98 |
| Técnicos e Administrativo | 149.777,20 | 179.732,63 | 215.679,16 | 258.814,99 | 310.577,99 |
| Encargos | 287.572,21 | 345.086,66 | 414.103,99 | 496.924,79 | 596.309,74 |
| Subtotal | 736.903,80 | 884.284,56 | 1.061.141,47 | 1.273.369,77 | 1.528.043,72 |

| 2. MANUTENÇÃO | | | | | |
|--------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Despesas Administrativas | 37.444,30 | 44.933,16 | 53.919,79 | 64.703,75 | 77.644,50 |
| Aluguel | 29.955,44 | 35.946,53 | 43.135,83 | 51.763,00 | 62.115,60 |
| Subtotal 2 | 67.399,74 | 80.879,69 | 97.055,62 | 116.466,75 | 139.760,10 |
| 3. INVESTIMENTO | | | | | |
| Mobília | 240.000,00 | 37.743,85 | 45.292,62 | 54.351,15 | 65.221,38 |
| Manutenção | 47.928,70 | 44.933,16 | 53.919,79 | 64.703,75 | 77.644,50 |
| Biblioteca | 184.000,00 | 26.959,90 | 32.351,87 | 38.822,25 | 46.586,70 |
| Equipamentos | 156.000,00 | 35.946,53 | 43.135,83 | 51.763,00 | 62.115,60 |
| Subtotal 3 | 627.928,70 | 145.583,43 | 174.700,12 | 209.640,14 | 251.568,17 |
| 4. OUTROS | | | | | |
| Treinamento | 16.475,49 | 19.770,59 | 23.724,71 | 28.469,65 | 34.163,58 |
| Pesquisa e Extensão | 29.955,44 | 35.946,53 | 43.135,83 | 51.763,00 | 62.115,60 |
| Eventos | 31.453,21 | 37.743,85 | 45.292,62 | 54.351,15 | 65.221,38 |
| Subtotal 4 | 77.884,14 | 93.460,97 | 112.153,16 | 134.583,80 | 161.500,56 |
| TOTAL | 1.510.116,38 | 1.204.208,65 | 1.445.050,38 | 1.734.060,45 | 2.080.872,55 |

CONCLUSÃO

O presente Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) partiu da realidade local e regional e projetou as perspectivas e políticas a serem adotadas em suas decisões e ações. Com isso, busca-se manter e, principalmente, evoluir na direção de melhorias no cumprimento de sua missão.

Como todo planejamento, o controle e as estratégias executadas pela instituição deverão ser acompanhados. Os caminhos devem ser revistos, pois no meio da dinamicidade da realidade na qual está inserida, certamente novas alternativas e variáveis surgirão. Embora a previsão inicial seja para um quinquênio, o presente Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) poderá sofrer alterações, na busca do atendimento da missão e dos objetivos ora apresentados para a Faculdade ESAS - Ensino Superior Albert Sabin .

